



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – PPG/MDR

MAGNO MARTINS CARDOSO

**ANÁLISE COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, NA
PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR, BRASIL E FRANÇA**

MACAPÁ
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO / MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL – PPG/MDR

MAGNO MARTINS CARDOSO

**ANÁLISE COMÉRCIAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, NA
PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR, BRASIL E FRANÇA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

MACAPÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborada por Maria do Carmo Lima Marques – CRB-2/989

C266a

Cardoso, Magno Martins.

Análise comercial do município de Oiapoque, na perspectiva do comércio exterior, Brasil e França. / Magno Martins Cardoso. Macapá, AP: Unifap, 2023.
1 recurso eletrônico. 177. folhas.

Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Amapá, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Comercio Exterior. 2. Oiapoque. 3. Amapá e Guiana Francesa. I. Filocreão, Antônio Sérgio Monteiro; Orientador. II Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 382.0981

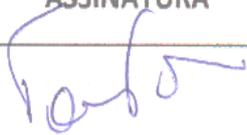
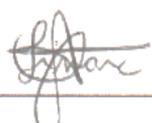
CARDOSO, Magno Martins. **Análise comercial do município de Oiapoque, na perspectiva do comércio exterior, Brasil e França.** Orientador: Antônio Sérgio Monteiro Filocreão. 177. folhas. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional – Universidade Federal do Amapá, 2023.

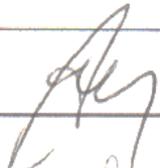
ANÁLISE COMÉRCIAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR, BRASIL E FRANÇA

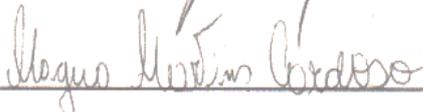
MAGNO MARTINS CARDOSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação / Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Data de aprovação: 05/09/2023

BANCA EXAMINADORA	ASSINATURA
Prof. Dr. José Alberto Tostes – PPGDAS/UNIFAP	
Prof. Dr. Linara Oieiras Assunção – EXTERNO/UNIFAP	

ORIENTADOR: ANTÔNIO SÉRGIO MONTEIRO FILOCREÃO 

MESTRANDO: MAGNO MARTINS CARDOSO 

“E certo de que nunca fui o melhor, mas sempre fiz o possível para tentar superar minha limitação e validar meus sonhos” (Magno Martins).

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por toda graça, saúde e paz.

Aos meus pais, Benedito do Carmo Cardoso (*in memoriam*) e Maria dos Anjos Freitas Cardoso, que me ensinaram humildemente os caminhos corretos.

A minha esposa Shirlen Silva de Souza e minha filha Árya Rebeca Martins Silva a quem dedico todo amor, carinho e dedicação, esses são meus maiores tesouros.

A todos meus familiares em geral.

Ao Instituto Federal do Amapá (IFAP) onde exerço atualmente a função de professor efetivo de administração, estendo estes agradecimentos em nome da professora reitora Marialva do Socorro Ramalho de Oliveira de Almeida, do diretor geral do campus avançado Oiapoque professor Eliel Cleberson da Silva Nery e do diretor de ensino Simeão Mendes Carneiro pela oportunidade concedida para realizar esta pós graduação. Ao apoio das minhas amigas de profissão Whitney Cabral, Lidiane Amanajás e Pâmela Rabelo.

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), primeiramente em nome do meu orientador professor Dr. Antônio Sérgio Monteiro Filocreão, a qual manifesto apreço e admiração, aos professores do colegiado do MDR, professores: Dr. Gutemberg Silva; Dr. Jadson Porto, Dr. José Alberto Tostes, Dr. José Francisco Carvalho; Dr. Marco Chagas, Dr. Raullyan Silva; a Monnya Cardoso, pelo apoio junto à secretaria e aos demais servidores desta conceituada instituição.

Aos colegas da turma MDR, em especial a minha amiga Andreia Barreto, que além de ser representante da turma compartilhou comigo grande parte dos trabalhos acadêmicos propostos durante essa trajetória.

A todos de forma geral que de forma direta ou indireta contribuíram para a realização deste trabalho e/ou sonho.

O meu muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise do setor de comércio no município de Oiapoque, contextualizando a perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França. O município de Oiapoque possui território dentro dos limites da faixa de fronteira brasileira, sendo considerado uma cidade gêmea do município de São Jorge na Guiana Francesa/França, um país pertencente ao bloco da União Europeia. Essas características contribuem para uma visão internacionalizada da região em uma concepção geopolítica de integração e desenvolvimento econômico por meio dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento a rodovia 210 perimetral norte ao Arco Norte brasileiro e a BR 156 ao Eixo do Escudo das Guianas, sendo uma região estratégica para se pensar o desenvolvimento econômico no aspecto regional, nacional e internacional. A pesquisa realizada foi exploratória, considerando dados qualitativos e quantitativos. O resultado da pesquisa evidenciou que o município de Oiapoque representa a 5º maior economia do estado. Em 2020, o setor de serviço concentrou 90,2% do produto interno bruto, a indústria 6,1% e a pecuária 3,7%. O comércio foi o setor que apresentou o maior número de estabelecimentos abertos entre 2010 a 2020, tendo como principal atividade econômica desenvolvida o comércio varejista. Os empregados com vínculos formais registrados apresentaram majoritariamente o ensino médio completo, com remuneração média de 1,01 a 1,5 salário e faixa etária entre 18 a 24 anos. Em relação ao comércio exterior, o principal destino das exportações do município é a Guiana Francesa e as importações são em grande maioria proveniente da China.

Palavras-chave: comércio de Oiapoque; fronteira; Amapá e Guiana Francesa; comércio exterior; Brasil e França.

ABSTRACT

This work aims to show an analysis of the trade sector in the Oiapoque county, contextualizing the perspective of foreign trade between Brazil and France. The Oiapoque county has territory within the limits of the Brazilian border strip, being considered a twin city of São Jorge county in French Guiana / France, a country belonging to the European Union block. These features contribute to an internationalized vision of the region in a geopolitical conception of integration and economic development through the National Development Axes from highway 210, known as the north perimeter road to the Brazilian North Arch and the 156 BR to the Guiana Shield Axis, being a strategic region to thinking about economic development in the regional, national and international aspect. The research was exploratory, considering qualitative and quantitative data. The result of the research showed that the Oiapoque city represents the 5th largest economy in the state. In 2020, the service sector concentrated 90.2% of the gross domestic product, industry 6.1% and livestock 3.7%. Commerce was the sector that had the highest number of establishments opened between 2010 and 2020, having as main economic activity developed the retail trade. Employees with formal registered ties mostly had completed high school, with an average salary of 1.01 to 1.5 salaries and aged between 18 and 24 years. Regarding foreign trade, the main destination for the municipality's exports is French Guiana and imports are mostly from China.

Keywords: Oiapoque commerce; border; Amapá and French Guiana; foreign trade; Brazil and France.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTOS

Foto 1 - Ponte sobre o rio Oiapoque.....	47
--	----

GRÁFICOS

Gráfico 1 - Densidade da malha rodoviária pavimentada por país (km/1.000 km ²).....	38
Gráfico 2 - Investimento público federal em rodovias no Brasil como percentual do PIB (2006 a 2020).....	39
Gráfico 3 - Investimento público federal em rodovias no Brasil, 2006 a 2021.....	39
Gráfico 4 - Densidade da malha rodoviária federal pavimentada por região do Brasil (valores em km/1.000 km ²)	40
Gráfico 5 - Participação do PIB Norte/Brasil e Amapá/Norte 2016 – 2020	62
Gráfico 6 - Participação do Valor Adicionado Bruto do Amapá, por setor de atividade 2020	63
Gráfico 7 - valor adicionado bruto a preços correntes no amapá 2010/2020	64
Gráfico 8 - Participação do valor adicionado bruto, por setor econômico do setor terciário do Amapá em 2020.....	65
Gráfico 9 - Participação percentual dos municípios no PIB do Amapá 2019 - 2020.....	66
Gráfico 10 - Participação percentual no PIB do Amapá dos cinco maiores municípios de 2016 - 2020.....	66
Gráfico 11 - PIB per capita dos 6 maiores municípios no estado do Amapá.....	68
Gráfico 12 - Participação do setor agropecuário no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020.....	69
Gráfico 13 - Participação da Indústria no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020.....	69
Gráfico 14 - Participação das atividades de administração pública no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020.....	70
Gráfico 15 - Participação do setor terciário no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020.....	70
Gráfico 16 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020	71

Gráfico 17 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque em 2020.....	72
Gráfico 18 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque em 2020.....	73
Gráfico 19 - Número de empresas abertas e fechadas em Oiapoque (2010-2021)	74
Gráfico 20 – Participação de estabelecimento por setor econômico em 2021	75
Gráfico 21 - Número de estabelecimento do setor de comércio por atacado e varejo	76
Gráfico 22 - Estabelecimentos predominantes no comércio varejista.....	76
Gráfico 23 - Número de vínculos empregatícios ativos por setor econômico 2010 a 2021	77
Gráfico 24 - Número de vínculos empregatícios ativos (serviços e comércio).....	77
Gráfico 25 - Faixa de remuneração média no setor de comércio 2021	78
Gráfico 26 - Nível de escolaridade no setor de comércio 2021.....	79
Gráfico 27 - Faixa etária dos trabalhadores no setor de comércio 2021	80
Gráfico 28 - Composição do sexo dos trabalhadores no setor de comércio em 2021	81
Gráfico 29 - Exportações e importações entre Brasil e França 2010 a 2022 (FOB US\$)	82
Gráfico 30 - Exportações e importações entre Brasil e Guiana Francesa 2010 A 2022 (FOB US\$).....	83
Gráfico 31 - Exportações e importações do Amapá entre 2010 a 2022 (FOB US\$).....	83
Gráfico 32 - Exportações e importações de Oiapoque entre 2017 a 2022	85
Gráfico 33 - Entrada de pessoas natural da França via fronteira Amapá 2010 - 2022.....	88

IMAGENS

Imagem 1 – Localização das cidades das cidades de Oiapoque, Vila Vitória e São Jorge na Fronteira entre Brasil e Guiana Francesa	49
--	----

MAPAS

Mapa 1 - Projetos da agenda prioritária de integração no eixo do escudo guianês.....	31
Mapa 2 - Mapa dos principais níveis de integração entre o amapá e a Guiana Francesa.....	52
Mapa 3 - Atividade fonte de renda: comércio geral	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – PIB a preços correntes Brasil, Norte e Amapá 2010 – 2020	61
Tabela 2 - Participação do Valor Adicionado Bruto por Setor Econômico do Amapá (2016 – 2020).....	62
Tabela 3 - PIB valor adicionado bruto a preços correntes por setor de atividade no Amapá 2010/2020	63
Tabela 4 - Participação do valor adicionado bruto, por setor econômico do setor terciário do Amapá (2016 a 2020)	64
Tabela 5 - PIB a preços de mercado do estado e municípios 2010 - 2020.....	65
Tabela 6 - PIB per capita dos municípios do estado do Amapá 2010-2020.....	67
Tabela 7 - Participação dos setores produtivos no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá 2019 - 2020	68
Tabela 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020.....	71
Tabela 9 - Participação e variação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes do município de Oiapoque (2019 -2020).....	72
Tabela 10 - Número de estabelecimento ativos por setor econômico em Oiapoque – Rais Oiapoque 2010 a 2021	75
Tabela 11 - Faixa de remuneração média geral.....	78
Tabela 12 - Nível de escolaridade agrupada nos setores econômicos em Oiapoque	79
Tabela 13 - Faixa Etária dos trabalhadores nos setores econômicos entre 2010 a 2021.....	80
Tabela 14 - Sexo dos trabalhadores nos setores econômicos em Oiapoque.....	81
Tabela 15 - Ranking dos 10 países destino das exportações amapaense em 2022.....	84
Tabela 16 - Ranking dos 10 países originários das importações amapaense em 2022	84
Tabela 17 - Exportações de Oiapoque por países.....	85
Tabela 18 - Importações de Oiapoque por países.....	86
Tabela 19 - Principais produtos importações para o Oiapoque.....	86
Tabela 20 - Principais produtos exportações para o Oiapoque	87
Tabela 21 - PIB e renda per capita dos territórios da França (2020 – 2021).....	90
Tabela 22 - Distribuição das unidades jurídicas e volume de negócios de acordo com o tipo de unidades jurídicas e setores económicos na Guiana em 2021	91
Tabela 23 - índice de preços nos departamentos ultramarinos e na França em 2023.....	91

LISTA DE SIGLAS

EID	Eixos de Integração e Desenvolvimento
ENID	Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento
CAF	Comitê de Articulação Federativa
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
COSIPLAN	Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento
CNT	Confederação Nacional do Transporte
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSEE	Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos
IIRSA	Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAFTA	Acordo de Livre Comércio Norte-Americano
PDFF	Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira
PDP	Plano Diretor Participativo
PIB	Produto Interno Bruto
PPA	Plano Plurianual
SEPLAN	Secretaria de Estado do Planejamento
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	ECONOMIA, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	18
	2.1 Definições gerais sobre economia.....	18
	2.2 Diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.....	18
	2.3 Economia e Comércio Internacional	23
	2.4 Definições de comércio internacional, comércio exterior e comércio transfronteiriço.....	27
3	PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE BRASIL E FRANÇA	29
	3.1 Geopolítica de Integração e desenvolvimento econômico Sul-Americana.....	29
	3.2 O território amapaense sobre influência do Eixo do Escudo das Guianas, Eixo Nacionais de Integração e Desenvolvimento (BR 156-210), e a Faixa de Fronteira Brasileira.....	32
	3.3 Perspectivas de comércio exterior entre Brasil e França.....	42
4	OIAPOQUE: CARACTERÍSTICAS, DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E RELAÇÃO DE COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO COM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE NA GUIANA FRANCESA	53
	4.1 Oiapoque: Características gerais	53
	4.2 Dinâmicas socioeconômicas e interações de comércio transfronteiriço entre Oiapoque e Saint George.....	55
5	ANÁLISE DO COMÉRCIO DE OIAPOQUE: PARTICIPAÇÃO, DESEMPENHO E COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO	61
6	DADOS ECONÔMICOS SOBRE A FRANÇA E TERRITÓRIOS: UM OLHAR COMPARATIVO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PIB, DIVISÃO DAS ATIVIDADES E ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR NA GUIANA FRANCESA	89
7	PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EM OIAPOQUE	94
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	104
	APÊNDICE 1 – CARTA DE ANUÊNCIA	111
	APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	112
	APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA ACOI	113
	APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PREFEITO	114
	APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA CÂMARA DE VEREADORES	115
	APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO	116

1 INTRODUÇÃO

O estudo do tema em questão surgiu em decorrência da possibilidade de analisar a estrutura do setor de comércio local em Oiapoque e suas respectivas relações de comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana Francesa/FR. Apresentar os elementos que compõem a conjuntura deste setor no aspecto regional é de extrema relevância pelas características que são próprias de uma região de fronteira, podendo esses dados serem utilizados para potencializar as atividades já existentes e explorar novos horizontes potenciais que favoreçam maior dinamicidade ao desenvolvimento econômico regional.

Um aspecto relevante a ser considerado nesse cenário, é que o Amapá é o único estado brasileiro a fazer contato territorial com um país pertencente ao bloco da União Europeia, por meio de sua fronteira entre Oiapoque (Amapá – BR) e São Jorge (Guiana/Francesa – FR), uma fronteira diferenciada que vivencia um momento singular de sua integração econômica por meio do eixo do escudo das Guianas, com a construção da ponte binacional sobre o rio Oiapoque.

Essas características contribuem para uma visão internacionalizada da região em uma concepção geopolítica de integração e desenvolvimento econômico por meio dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento (EID) (BR-156; 210) e pela iniciativa da IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana – IIRSA) por meio do Eixo do Escudo das Guianas, sendo uma região estratégica para se pensar o desenvolvimento econômico no aspecto regional, nacional e internacional. Hoje com expectativas enormes considerando a via de acesso rodoviário por meio da ponte binacional construída sobre o rio Oiapoque, que liga Brasil à Guiana Francesa fisicamente.

Como justificativa, tem-se que: “a análise estrutural do setor comercial se reveste de especial importância dado o seu potencial de geração de empregos, renda e interação com as demais atividades econômicas” (IBGE, 2021). “Uma análise econômica pode ser usada para diagnosticar falhas de mercado, e muitas vezes, pode ser usada também para formular soluções para o problema” (KRUGMAN; WELLS, 2007).

Nesse sentido, para compreender a formação e a organização socioespacial e econômica do município de Oiapoque, faz-se necessário considerar a construção histórica e geográfica local, articulada com os contextos regional e global de desenvolvimento (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Quando se fala em possibilidade de desenvolvimento para população situada no limite internacional, não é possível trabalhar apenas com os eventos que ocorrem nos limites territoriais. É igualmente importante compreender as territorialidades que se desenvolvem nas vizinhanças e, fundamentalmente, as que atravessam e que tensionam o território propositivo. Daí a importância de se compreender o conceito de território sob a perspectiva do desenvolvimento e as especificidades dos territórios de fronteira (SABATEL; COSTA, 2013).

Do ponto de vista político-institucional é uma fronteira peculiar, haja vista ter próximo do Brasil, o departamento ultramar francês, a Guiana Francesa. Nesse sentido, os arranjos institucionais atinentes ao espaço geográfico são mais complexos que o usual nas interações fronteiriças, pois também consideram parâmetros estabelecidos pela União Europeia, bloco regional do qual a França é signatária (SILVA; MICELI; SILVA, 2019).

Essa relação evidencia a participação de dois estados em blocos econômicos distintos, o Brasil no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a França, na União Europeia, explicando a importância que estas Organizações Internacionais podem ter para o desenvolvimento socioeconômico das populações dos Estados participantes do Acordo, pois, existem entre os dois blocos várias parcerias, inclusive as comerciais (BRITO; BRITO; BATISTA, 2017).

O município de Oiapoque faz parte da Faixa de Fronteira brasileira e está interligado pela BR 156 Corredor Transfronteiriço à capital, Macapá, e à Guiana Francesa, através da ponte Binacional (BOTELHO; TOSTES, 2015). Além de ser considerada uma cidade gêmea de uma cidade estrangeira, que favorece o desejável processo de integração entre os países (BRASIL, 2010). Está Localizado no extremo norte do Brasil, está enquadrado no contexto amazônico que por si só apresenta desafios no que concerne ao desenvolvimento carecendo de políticas públicas efetivas que visem atender às demandas específicas regionais (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

A esse respeito, as cidades localizadas na fronteira neste século XXI, assumem papel estratégico do ponto de vista econômico e da circulação por serem os pontos mais avançados da soberania deste país no contexto de cooperação e da integração regional (SILVA, 2013). Até a primeira metade dos anos de 1990, a base econômica da cidade de Oiapoque esteve fundamentada na exploração do ouro, ainda que outros elementos como a atividade pesqueira, a agricultura, o funcionalismo público, privado, liberal contribuíssem para avolumar a vida financeira da cidade. No entanto, sobretudo por força de leis ambientais, a partir do ano de 2005, o ouro foi diminuindo sua presença na cena (FEITOSA; MOURA, 2018).

Na atualidade, uma nova dinâmica espacial e econômica regional, inaugura um milênio não tão dependente da economia do garimpo, essa nova dinâmica está associada cada vez mais com a promoção do comércio transfronteiriço, culminando com a fortificação do mercado local e regional (ALMEIDA; RAUBER, 2017, FEITOSA; MOURA, 2018).

A questão norteadora para o problema da pesquisa surge a partir da seguinte indagação: Qual a importância do setor de comércio no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França? Como possível hipótese para esta pergunta tem-se que: O setor de comércio no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, é importante devido ao seu potencial de geração de emprego e renda.

Como objetivo geral busca-se analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge, Guiana Francesa. Como objetivos específicos busca-se: Apresentar a trajetória e perspectivas de cooperação entre Brasil e França, em um contexto geopolítico de integração e desenvolvimento econômico sul-americano; analisar a estrutura e desempenho do comércio local no município de Oiapoque e sua relação transfronteiriça com o município de São Jorge na Guiana Francesa – FR; analisar o desempenho do comércio exterior entre Brasil e França.

Para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, seguindo um modelo conceitual e operativo da pesquisa, foi escolhida, a pesquisa exploratória, que tem por objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses (GIL, 2002; 2008). Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições, desenvolver, esclarecer e modificar conceitos, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores (GIL, 2002).

Os dados obtidos a partir das descrições do objeto de estudo são quantitativos e qualitativos. Os instrumentos utilizados para coleta de dados, foram: a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e a pesquisa de campo. Em relação ao estudo de campo, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias (GIL 2002; 2008).

A técnica de pesquisa utilizada para coleta de dados primários foi a entrevista estruturada que consiste na conversação face a face, de maneira metódica, proporcionando informações necessárias sobre o assunto pesquisado. Outro elemento que seria utilizado na pesquisa seria o questionário de múltipla escolha com resposta aberta que possibilitaria mais informações sem prejudicar a tabulação (MARCONI; LAKATOS, 2017). Ressalta-se que em virtude das dificuldades de liberação junto ao setor competente para aplicação da pesquisa de campo, houve a necessidade de adaptar o questionário para uma entrevista estruturada com os comerciantes.

Além da introdução e conclusão, o texto foi dividido em 6 partes: a primeira, um referencial teórico que dialoga com os aspectos da economia, crescimento e desenvolvimento econômico. A segunda, aspectos gerais sobre o contexto sobre a perspectiva de comércio exterior entre Brasil e França. A terceira, aborda as características e dinâmicas socioeconômicas de Oiapoque e a relação de comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana Francesa. A quarta, faz uma análise do setor de comércio de Oiapoque em termos de participação, desempenho e comércio transfronteiriço. A quinta, busca analisar a participação do PIB, renda per capita e a variação dos índices na França e seus territórios, com objetivo de evidenciar os impactos da inflação nos preços praticados na Guiana Francesa nos últimos anos. Por fim, a última parte faz referência a uma análise a partir das discussões com atores locais sobre a importância do setor de comércio no contexto transfronteiriço para a promoção do desenvolvimento econômico do município de Oiapoque.

2 ECONOMIA, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

2.1 Definições gerais sobre economia

A composição etimológica da palavra *economia* vem do grego *oikos* (casa) e *nomos* (norma, lei), que no sentido original, seria a “administração da casa”, que pode ser generalizada como “administração da coisa pública” (VASCONCELOS, 2006; VASCONCELOS; GARCIA, 2014; MANKIW, 2009).

A atividade econômica em sua forma primitiva e simples decorre das relações entre o homem, com sua capacidade de trabalho físico e suas necessidades de subsistência, e a natureza, como o conjunto de recursos a aproveitar e de obstáculos a vencer (LEITE, 2011).

A economia pode ser definida como a ciência social que estuda como o indivíduo e a sociedade decidem utilizar recursos produtivos escassos, na produção de bens e serviços, de modo a distribuí-los entre as várias pessoas e grupos da sociedade, com a finalidade de satisfazer às necessidades humanas (VASCONCELOS, 2006; MANKIW, 2009; VASCONCELOS; GARCIA, 2014; GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Um sistema econômico pode ser definido como a forma política, social e econômica pela qual está organizada uma sociedade, em que os elementos básicos que constituem o sistema econômico são compostos por: - estoque de recursos produtivos ou fatores de produção que inclui recursos humanos (trabalho e capacidade empresarial), o capital, a terra, as reservas naturais e a tecnologia; - complexo de unidades de produção: constituído pelas empresas; - conjunto de instituições políticas, jurídicas, econômicas e sociais: que são a base da organização da sociedade (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, 2014).

Esses modelos econômicos podem ainda ser classificados em: economia de mercado, regido pelas forças de mercado, predominando a livre iniciativa e a propriedade privada dos fatores de produção; economia centralizada, ou planejada, em que as questões econômicas fundamentais são resolvidas por um órgão central de planejamento, predominando a propriedade pública dos fatores de produção (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, 2014; KRUGMAN; WELLS, 2007).

2.2 Diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico.

O conjunto de conceitos e teorias econômicas sobre o termo desenvolvimento ficou conhecido como “teorias e princípios do desenvolvimento”, essas teorias buscam entender como as sociedades conseguiram organizar seu processo produtivo para aproveitamento dos recursos naturais e aumento da produtividade (CASTRO, 2012).

Para Vasconcellos e Garcia (2008, p. 160):

Crescimento e desenvolvimento econômico são dois conceitos diferentes. Crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia, da forma a melhorar os indicadores de bem estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia).

Souza (2003, p. 318) reforça a diferenciação dos termos:

O termo crescimento econômico compreende a expansão do produto real da economia, durante certo período de tempo, sem implicar em mudanças estruturais e em distribuição de renda. Ele não se confunde, portanto, com desenvolvimento econômico, que é um conceito mais amplo, pois além de implicar no aumento do produto real *per capita*, ele significa mudança de estrutura, como crescimento da participação do produto industrial na produção total, e melhoria dos indicadores sociais e da distribuição de renda.

Segundo Castro (2012) o desenvolvimento como crescimento econômico foi objeto de muita polêmica, travada em função das diferentes percepções e conceitos. Por outro lado, a polêmica também envolvia as orientações dadas para solucionar os problemas de crescimento econômico, seja no interior do país, seja nas relações dele com outros países.

Para Souza (2012) o desenvolvimento econômico define-se, portanto, pela existência de crescimento econômico contínuo, em ritmo superior ao crescimento demográfico, envolvendo mudanças de estrutura e melhoria de indicadores econômicos, sociais e ambientais.

Distinguir crescimento de desenvolvimento econômico no plano histórico só faz sentido a partir de uma perspectiva teórica que supõe possível e frequente o aumento da renda per capita sem mudanças profundas na sociedade, quando isso só pode ocorrer em situações muito particulares. Não há consenso e nem possibilidade de definir de forma definitiva qual dessas instâncias seja a mais estratégica, nem prever quando a mudança em uma instância provocará mudança na outra, mas sua interdependência é um fato social indiscutível que torna duvidosa a conveniência de se distinguir crescimento de desenvolvimento econômico (PEREIRA, 2006).

Não existe uma definição universalmente aceita de desenvolvimento. Uma primeira corrente de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento como sinônimo de desenvolvimento. Já uma segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente. O desenvolvimento econômico não pode ser confundido como crescimento, porque frutos dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e o conjunto da população (SOUZA, 2012).

Mesmo com tanta controvérsia, o crescimento econômico, apesar de não ser condição suficiente para o desenvolvimento, é um requisito para superação da pobreza e para construção de um padrão digno de vida (OLIVEIRA, 2002).

Para Vasconcelos (2006), a teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico, entretanto, discute estratégias de longo prazo, quais medidas devem ser adotadas para um crescimento econômico equilibrado e autossustentado. Portanto, agora o foco é analisar o comportamento do produto potencial, ou de pleno emprego, da economia, a longo prazo.

A discussão sobre o tema desenvolvimento econômico ficou mais evidente a partir do século 19, a concentração da renda e riqueza mundial evidenciava as disparidades entre as nações ricas e pobres pois poucas cidades possuíam abastecimento de água, saneamento e iluminação pública, a saúde era precária, as taxas de mortalidade muito altas e as pessoas possuíam baixa expectativa de vida (SOUZA, 2012).

Para Pereira (2006) o desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passou a ocorrer nos países que realizaram sua revolução capitalista; sendo um processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

Na América Latina, os estudos empíricos ocorreram no fim dos anos de 1940 e início dos anos de 1950, economistas dos países pobres começaram a elaborar diagnósticos da realidade de seus países, com o objetivo de captar recursos dos países desenvolvidos, sobretudo dos Estados Unidos da América, e implementar planos de desenvolvimento. A ideia dos economistas da CEPAL, era a de que os norte-americanos estabelecessem para a região algo parecido como o plano Marshall, elaborado para a reconstrução da Europa, devastada pela guerra (SOUZA 2012).

No Brasil o debate sobre o desenvolvimento econômico tomou forma com os estudos da comissão Mista Brasil-EUA (1951/1953) e do Grupo Misto BNDE-CEPAL (1953/1955),

que forneceram elementos para os planos nacionais subsequentes. Nesse período o relatório da comissão mista salienta o crescimento industrial e o amplo mercado interno justificava a produção em escala. Entre os problemas, a comissão mista apontou a carência de infraestrutura (energia, transporte, comunicação), produção agrícola insuficiente, sobretudo de alimentos, etc. Sugerindo o ingresso de capitais estrangeiros, elaborando uma política semelhante à da CEPAL, com a vantagem “de produzir projetos de investimentos que respondiam diretamente às necessidades de acumulação industrial no Brasil” (SOUZA, 2012).

Os estudos sobre o desenvolvimento econômico na América Latina, em especial no Brasil, buscam estabelecer modelos de desenvolvimento econômico que possibilitem a independência comercial e o fortalecimento das bases industriais, com o objetivo de criar um ambiente de desenvolvimento nacional, incluído nesse processo a necessidade de investimento em melhorias estruturais. Entendendo o funcionamento da economia, podemos analisar se o governo deve intervir ou não nas mais variadas situações, e de compreender os princípios básicos que devem nortear as decisões sobre políticas públicas (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

As razões para estudar a economia é que ela ajudará a entender o mundo em que se vive, a possibilidade de se tomar um participante mais perspicaz na economia e proporciona melhor entendimento sobre o potencial e sobre os limites da política econômica, essas questões devem estar sempre na mente dos formuladores de políticas em todas as esferas do governo seja municipal, estadual e federal (MANKIW, 2009).

Ao expressar suas ideias e teorias sob forma de modelos os economistas buscam apresentar de forma simplificada um problema real que facilita seu entendimento, a partir dessa análise o governo passa a ter um papel importante no desenvolvimento econômico: (i) provendo um bom arcabouço institucional; (ii) investindo na infraestrutura básica da economia e na formação de capital humano; e (iii) incentivando setores e ações que geram externalidades positivas e inovações (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Os economistas que estudavam a atividade econômica no século XIX ou durante a Grande Depressão não dispunham de um indicador de atividade agregada “um total” em que se basear. Posteriormente a Segunda Guerra Mundial as contas de renda e produto nacional ou simplesmente “contas nacionais” foram criadas, está medida do produto agregado nas contas nacionais é representada pelo produto interno bruto ou PIB (BLANCHARD, 2017).

Existem três formas de calcular o PIB, a primeira considera, que o PIB é o valor dos bens e serviços finais produzidos em uma economia em um dado período, uma forma de

calcular o PIB: pelo registro e soma da produção de bens finais. A segunda, considera que o PIB é a soma dos valores adicionados na economia em um dado período. O valor adicionado é definido como o valor de sua produção menos o valor dos bens intermediários utilizados na produção. essas duas definições implicam que o valor dos bens e serviços finais (a primeira definição do PIB) pode também ser considerado como a soma dos valores adicionados por todas as empresas na economia (a segunda definição do PIB). A terceira é perspectiva da renda, nesse caso o valor adicionado é igual a soma da renda do trabalho com a renda do capital (BLANCHARD, 2017; LEITE, 2011).

A razão entre o PIB real e a população do país, fornece o padrão de vida médio do país. Ao avaliar o desempenho de uma economia de ano para ano, os economistas se concentram na taxa de crescimento do PIB real, ou seja, no crescimento do PIB, o período de crescimento positivo do PIB são chamados de expansão, e os de crescimento negativo, de recessão. Por ser um indicador da atividade agregada, o PIB é, obviamente, a principal variável macroeconômica (BLANCHARD, 2017).

No entanto, na visão de muitos economistas o PIB não mede adequadamente o bem-estar da coletividade, para isso, as Nações Unidas utilizam o índice de desenvolvimento humano (IDH)¹, que, além de um indicador econômico (PIB per capita), inclui dois indicadores sociais: um índice de expectativa de vida e um índice de educação.

Para Souza (2012) os principais indicadores do desenvolvimento econômico são: número de pessoas pobres com renda insuficiente para o atendimento das necessidades básicas; mortalidade infantil; renda per capita; educação; saúde; segurança e qualidade do meio ambiente. Os indicadores econômicos considerados em níveis globais do desenvolvimento mundial são os que mostram os níveis de vida em todo o mundo, como: expectativa de vida; analfabetismo; mortalidade infantil; PIB; índice de desenvolvimento humano; nessa lista também está incluído outro indicador do desempenho econômico importante que é a taxa de expansão das exportações.

Quando se tenta compreender os objetivos do desenvolvimento regional, logo nos deparamos com o fato de que toda proposta de desenvolvimento tem como objetivo criar condições para que os indivíduos se reconheçam como pessoas humanas nos espaços em que vivem e sejam dotados de dignidade (COSTA; BEZERRA, 2020).

¹ IDH É uma média aritmética desses três indicadores, e varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior o padrão de desenvolvimento humano do país (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, p.92)

Em síntese, existe uma similaridade entre os conceitos e termos apresentados sobre desenvolvimento econômico, sendo considerado uma ciência social que utiliza os recursos produtivos escassos e a necessidade de se buscar menores impactos sobre a vida em sociedade, com melhor distribuição de renda e qualidade de vida, os sistemas econômicos são as formas com que os sistemas econômicos buscam simplificar e organizar seus esforços para alcançarem os seus objetivos.

Desta forma, as variáveis econômicas são apresentadas como fundamentais para o desenvolvimento econômico, mas que não podem ser dissociadas da realidade da vida em sociedade, sem considerar os padrões e necessidades mínimas de vida para qualquer ser humano é necessário considerar um conjunto de medidas para promover o desenvolvimento, não se limitando apenas ao crescimento econômico como único indicador para o desenvolvimento.

2.3 Economia e Comércio Internacional

As trocas estão no coração da teoria econômica, o comércio internacional é apenas mais uma maneira de efetuar trocas, nesse caso trocas com um cidadão residente em outro país (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010). O mercado foi, na sua origem, o local onde as pessoas se encontravam para trocar produtos, posteriormente, em local fisicamente definido, as trocas se realizavam de forma indireta, com a intermediação de moeda, os produtos e serviços trocados passaram a ter preço, definido em unidade monetária (LEITE, 2011).

Aos poucos, surgiram oportunidades para que se organizassem mercados onde se realizavam trocas diretas entre as pessoas que deles participavam, oferecendo ou adquirindo bens úteis e dando lugar ao aparecimento dos comerciantes, que se especializaram em promover e intermediar essas trocas. Muitas das cidades influentes do mundo, à época da chegada dos europeus ao Brasil, foram, na sua origem, simples mercados e centros de comércio; nelas se acentuou progressivamente a especialização do trabalho e floresceram corporações profissionais. Instituíram-se manufaturas industriais, nas quais se reunia a força de trabalho voltada para o exercício de atividades de produção, com especialização das tarefas. A ampliação das trocas entre mercados demandou significativo progresso dos meios de transporte, inclusive por meio da construção naval e do conhecimento da astronomia, que possibilitou a própria viagem dos navegadores portugueses que aportaram à costa brasileira em 1500 (LEITE, 2011, p.4).

A integração econômica e comercial tem desenvolvido economias e proporcionado melhores condições de vida de diversas populações de países, ao abrir suas economias ao

mercado internacional tem sido possível observar um grande crescimento econômico, por outro lado, o mercado pode representar riscos às empresas nacionais, o que pode ocasionar a intervenção do estado com medidas protecionistas para evitar desigualdades sociais. Nesse sentido, nem uma empresa está livre da influência das forças estrangeiras nos mercados nacionais. O comércio exterior oferece oportunidades e ameaças que surgem em decorrência da dinâmica da globalização (SEGRE, 2012).

Os debates sobre a expansão do comércio tiveram uma nova configuração nos anos 1990, após a Segunda Guerra Mundial, as democracias avançadas, conduzidas pelos Estados Unidos, adotaram uma ampla política de remover barreiras para o comércio internacional; essa política refletia a visão de que o livre comércio era uma força não apenas para a prosperidade, mas também para promover a paz mundial. Na primeira metade dos anos 1990, foram negociados vários acordos importantes de livre comércio. O mais notável foi o Acordo de Livre Comércio Norte-Americano (NAFTA, do termo em inglês North American Free Trade Agreement) entre Estados Unidos, Canadá e México, aprovado em 1993, e o acordo chamado de Rodada do Uruguai, que estabeleceu a Organização Mundial de Comércio, em 1994 (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

A liberalização comercial brasileira começou a ser implementada em 1988, e ocorreu em três ondas de redução tarifária: a primeira entre 1988-89, com tarifa média nominal de 57,5% que foi reduzida para 32,1%; a segunda, entre 1991-93, quando a tarifa caiu para 13,5%, com redução acentuada das importantes barreiras não-tarifárias à importação; e a terceira em 1994, ao se reduzir a tarifa a 11,2%. Após 1994, houve alguma reversão da liberalização comercial, com a tarifa nominal média excedendo 15% em 1997-98. O impacto da liberalização comercial na economia brasileira foi abrangente e significativo (ABREU, 2007).

A diminuição da proteção após 1988 levou ao aumento contínuo da penetração de importações, medida como proporção do consumo aparente. No aspecto da produtividade estimou-se que o impacto da liberalização generalizada das políticas econômicas teve como consequência o aumento da produtividade total dos fatores de 58% entre 1990 e 1994, dos quais cerca de 56% podem ser relacionados à remoção de barreiras não-tarifárias e à redução de tarifas. Resultados mais desagregados mostram uma forte relação entre o aumento da produtividade da mão-de-obra e a produtividade total dos fatores, e maior abertura medida por variáveis como proteção nominal, efetiva e relação importação-PIB (ABREU, 2007).

A mudança de conceitos de mercado, da escala regional para a mundial, requer qualificações. A primeira é que do comércio mundial só participam empresas, já que os consumidores não se apresentam diretamente como compradores, mas por intermédio de empresas de comércio que oferecem os produtos importados aos consumidores locais. A segunda é que os preços nacionais são convertidos pela taxa de câmbio, o comércio bilateral depende das políticas cambiais. A terceira é que os governos nacionais interferem diretamente nos preços por meio de dois instrumentos: os subsídios aos produtos exportados; e os obstáculos à importação, mediante impostos e exigências de toda natureza (LEITE, 2011).

A economia internacional usa os mesmos métodos fundamentais de análise que outros ramos da economia, no entanto, o assunto central da economia internacional, consiste de aspectos levantados pelos problemas especiais da interação econômica entre Estados soberanos. Sete temas são recorrentes durante o estudo da economia internacional: (1) ganhos decorrentes do comércio, (2) padrão de comércio, (3) protecionismo, (4) equilíbrio dos pagamentos, (5) determinação da taxa de câmbio, (6) coordenação da política internacional e (7) mercado de capitais internacional (LEITE, 2011).

São diversos os fatores que influenciam o comércio exterior sendo difíceis fazer generalizações quanto ao comportamento de economias nacionais, todavia, alguns aspectos são marcantes: países de grande proporção geográfica e territorial como o Brasil, tendem a apresentar menor proporção de comércio externo em relação à sua própria produção total, em razão da sua geografia e seu mercado interno, ainda desenvolvido de modo insuficiente, exportam, predominantemente, produtos da natureza e importam manufaturados; já os países de vanguarda econômica são exportadoras de produtos transformados, bens de capital e outros produtos com elevada tecnologia. Importam produtos primários ou semimanufaturados; existem ainda as cidades estados, de mínimo território, que quando desenvolvidas, se constituem em entrepostos de comércio e transformação de insumos importados (LEITE, 2011).

Os mercados internacionais raramente são livres, na sua totalidade, aos exportadores e importadores, os governos intervêm impondo tarifas, cotas de importação, barreiras não tarifárias, e subsídios às exportações, as moedas estrangeiras ainda dependem da taxa de câmbio, que define a relação de troca entre as duas moedas. O protecionismo, embora temporariamente justificável, tem sido considerado, com frequência, obstáculo ao progresso, além de conducente as ineficiências econômicas (LEITE, 2011).

A busca do livre comércio, em escala mundial, é objetivo geralmente aceito, em princípio, nos países que adotam economia de mercado como instrumento capaz de contribuir, a longo prazo, para melhor alocação de recursos (LEITE, 2011). De acordo com a teoria das vantagens comparativas relativas, mesmo que um país seja menos produtivo do que o outro na criação de todos os bens, ele ainda assim se beneficiará do comércio internacional por se especializar naquilo em que é *relativamente* melhor. O mesmo vale para o país que é mais produtivo em tudo. Além de possibilitar a produção em maior escala e a exploração das vantagens comparativas, há outros canais através dos quais o comércio ajuda no desenvolvimento econômico (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Outro fator é que o comércio internacional representa a única maneira de uma economia pequena produzir quantidades maiores para vender ao mercado mundial, caso não houvesse essa possibilidade, países pequenos e menos populosos seriam menos produtivos e, portanto, mais pobres, graças ao comércio internacional, não há uma relação importante entre o tamanho e a renda de um país (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

Além de possibilitar a produção em maior escala e a exploração das vantagens comparativas, há outros canais através dos quais o comércio ajuda no desenvolvimento econômico: a primeira, possibilidade aos empresários de importar novas variedades de insumos produtivos, melhores ou mais baratos que seus similares nacionais que ajudam a impulsionar a produtividade do setor de bens ou serviços finais. A segunda, bens importados trazem um conjunto de tecnologias e ideias que chegam ao conhecimento do produtor doméstico. A terceira, o consumidor para ter acesso a maior variedade de produtos com qualidade e preços diferentes. A quarta, a competição trazida pela abertura ao comércio internacional aumenta o grau de concorrência, com maior concorrência ocorrem menores preços e maior eficiência na alocação de recursos (GUIMARÃES; GONÇALVES, 2010).

É importante ressaltar a importância do comércio internacional e desmistificar os principais equívocos relativos à vantagem comparativa que se revelam mais persistentes, dentre os quais podemos citar: Mito 1: o livre comércio é benéfico somente se seu país for forte o suficiente para enfrentar a concorrência estrangeira. Mito 2: a concorrência estrangeira é injusta e fere outros países quando é baseada em baixos salários. Mito 3: o comércio explora um país e o torna pior se os seus colaboradores receberem salários muito mais baixos do que os trabalhadores em outras nações (KRUGMAN, 2015).

O grande fato é que o comércio internacional permite um aumento na produção mundial e isso permite que cada país especialize-se em produzir a mercadoria em que tem

uma vantagem comparativa. Um país tem uma vantagem comparativa na produção de um bem se o custo de oportunidade de produzir esse bem, for menor do que em outros países. O comércio entre dois países pode beneficiar ambos, se cada um exportar mercadorias nas quais tem uma vantagem comparativa (KRUGMAN, 2015).

2.4 Definições de comércio internacional, comércio exterior e comércio transfronteiriço

A princípio pode se afirmar que comércio são relações que implicam uma reciprocidade nas atividades de permuta, troca, compra e venda, de produtos ou serviços. O comércio pode ser subdividido em dois grupos: nacional, quando as transações são realizadas entre pessoas (físicas ou jurídicas) de uma mesma nação, ou, internacional, quando as transações são realizadas entre pessoas (físicas ou jurídicas) de nações distintas (SEGRE, 2012).

O comércio internacional é caracterizado pelo intercâmbio de mercadorias e serviços e também pela movimentação de capitais entre nações (SEGRE, 2012). A análise do comércio internacional enfoca primariamente as transações *reais* na economia internacional, ou seja, as transações envolvendo o movimento físico de mercadorias ou um compromisso tangível de recursos econômicos (KRUGMAN; OBSTFELD; MELITZ, 2015).

Por outro lado, o comércio exterior, são os termos, regras e normas nacionais das relações de negócios, transações e estudos realizados no comércio internacional (SEGRE, 2012). A falta de regulamentação do comércio exterior, representam verdadeiras barreiras ao comércio internacional, na maioria das vezes são representados por: entraves burocráticos, dificuldades nas transações com o exterior, estabelecimento de cotas ou proibições às importações de determinados produtos. (VASCONCELOS; GARCIA, 2008, 2014).

Logo, o “comércio exterior”, está relacionado à organização da estrutura política nacional para a formulação de estratégia e ações que viabilizem o “comércio internacional”, este último, por sua vez, é representado pelos fluxos das transações de comércio, serviços e capitais entre as nações.

Outro termo utilizado nesta produção sobre o contexto do setor de comércio no município de Oiapoque está relacionado ao comércio transfronteiriço, por se tratar de uma cidade de fronteira em contato territorial com o município de São Jorge na Guiana Francesa.

Segundo Silva (2023), diferente do que ocorre no comércio exterior em que as normas de comércio obedecem ao procedimento comum de exportação, o comércio transfronteiriço é praticado comumente por chamados imigrantes pendulares, residentes das cidades-gêmeas, e que em virtude da proximidade, podem circular facilmente entre estas cidades. Na prática, a saída de mercadorias do território não se submete ao Processo de Exportação Comum:

O Processo de Exportação Comum está previsto na IN RFB 1.702/2017, ato normativo que disciplina o despacho aduaneiro de exportação processado. Essa norma prevê o procedimento que deve ser seguido pelas empresas que atuam no comércio exterior. As exportações são realizadas por meio de Declaração Única de Exportação (DU-E), que ocorre no Sistema Integrado de Comércio Exterior (SISCOMEX), um sistema rígido e oneroso, que exige o respeito às fases para o processamento das exportações no sistema. Já a IN SRF 118/92, em conjunto com outras normas, é utilizada, atualmente, pela RFB na fiscalização do que aqui se nomeia de comércio transfronteiriço. A IN SRF 118/92, na prática, é uma espécie de Procedimento Especial Simplificado, exceção ao procedimento previsto na IN RFB 1702/2017 (Procedimento Comum de Exportação), porque permite a saída do território nacional de mercadorias nacionais adquiridas no mercado interno somente com a apresentação da Nota Fiscal (NF), desde: I - que se comportem no limite de valor equivalente a US\$ 2 000,00 (dois mil dólares dos Estados Unidos) e, se em valor superior, não revelem destinação comercial. Ou seja, não há necessidade de habilitação no SISCOMEX e demais exigências previstas pela IN RFB 1702/2017 para a saída do país com a mercadoria (SILVA, 2023, p.12).

Percebe-se que os termos apresentados sobre o contexto do setor de comércio em Oiapoque apresentam características locais, regionais e internacionais. Portanto, para que as ações de comércio transfronteiriço com o município vizinho “São Jorge - Guiana Francesa/FR”, ocorra de forma mais contínua, faz-se necessário considerar um conjunto de fatores que envolvem o setor de comércio na região.

Nesse sentido, a próxima seção visa apresentar as principais características deste território no contexto geopolítico de integração e desenvolvimento econômico na América Latina e as perspectivas de cooperação e comércio exterior entre Brasil e França, considerando as implicações políticas necessárias para que haja uma maior dinâmica de cooperação e comércio transfronteiriço local.

3 PERSPECTIVA DE COOPERAÇÃO E COMÉRCIO EXTERIOR ENTRE BRASIL E FRANÇA

Essa etapa do trabalho foi dividida em três partes. A primeira, apresenta a “geopolítica de integração e desenvolvimento econômico Sul-Americano”, a segunda, “o território amapaense sobre influência do Eixo do Escudo das Guianas, Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (BR 156-210), e a faixa de fronteira brasileira”, a terceira as “Perspectivas de cooperação e comércio entre Brasil e França”.

3.1 Geopolítica de Integração e desenvolvimento econômico Sul-Americana

Os ideais da integração latino-americana não são novos e nem recentes, faz referência ao período de independência das ex-colônias espanholas no início do século XIX, o processo de integração regional reside na atuação da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) desde as décadas de 1940, caracterizadas em fases (RUCKERT; CARNEIRO, 2018).

A primeira fase, o regionalismo fechado, consistia na criação de blocos regionais de comércio com a finalidade de promover o desenvolvimento através da integração econômica (1950-1970), a segunda, o regionalismo aberto (1990), denota um processo de interdependência econômica e acordos políticos em um contexto de abertura e desregulamentação, a terceira, o regionalismo pós-neoliberal (2000) que reconhece a importância do comércio e agrega fatores estratégicos como segurança, solução de conflitos, defesa dos direitos humanos, vigência da democracia, desenvolvimento socioeconômico, proteção ao meio ambiente e integração física e energética (RUCKERT; CARNEIRO, 2018).

Uma das possibilidades apontadas para essa concordância de acesso internacional sul-americana foi consolidada pela Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), que teve início no ano de 2000 na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília (IIRSA, 2011; RUCKERT; CARNEIRO, 2018; VITTE, 2018).

Este encontro lançou um processo de integração e cooperação de múltiplos eixos denominados Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID's) reunindo os doze países independentes da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela, com o objetivo de promover a integração regional para enfrentar os desafios e as vantagens oferecidas pela globalização

(IIRSA, 2011; RUCKERT; CARNEIRO, 2018; VITTE, 2018).

A IIRSA, foi considerada o principal exemplo dos resultados da implementação das teses do regionalismo aberto da CEPAL, sofrendo modificações político-institucionais com o advento do regionalismo pós-neoliberal assumido por um grande número de governos de centro-esquerda da União das Nações Sul-Americanas UNASUL². Os governos sul-americanos, ao discordar da abordagem puramente comercial neoliberal dos EID's, buscaram um maior controle político sobre o tema da infraestrutura, incorporando a IIRSA ao Conselho Sul-Americano de Infraestrutura e Planejamento – COSIPLAN³ – da UNASUL em 2009 (RUCKERT; CARNEIRO, 2018; VITTE, 2018).

Uma importante observação relacionada a esta mudança de institucionalidade é que o COSIPLAN acabou dando continuidade à lógica do ordenamento territorial reinante na Iniciativa anterior e que tinha entre seus pressupostos regionalizar a América do Sul segundo a concepção de eixos de integração e desenvolvimento (EID) (VITTE, 2018).

As iniciativas da IIRSA resultaram em Portfólios de Projetos Prioritários com origem em 2004, contemplando 335 projetos de infraestrutura com investimento estimado em US\$ 37,4248 bilhões. Em 2010, visando a finalização da primeira etapa do trabalho (2004-2010) o portfólio era composto por 524 projetos com investimento estimado de US\$ 96,1192 bilhões. Já em 2011 a elaboração da Agenda de Projetos Prioritários resultou em um portfólio de 531 projetos com um investimento estimado de US\$ 116,1206 bilhões para o Plano de Ação Estratégico (PAE, 2012-2022)⁴, a serem aplicados pelos países integrantes da UNASUL, no contexto do COSIPLAN (IIRSA, 2011).

Para o Eixo das Guianas três grupos de projetos prioritários foram definidos pela agenda 2012-2022, com investimentos previstos em torno de US\$ 1,0308 bilhão, visando otimização das conexões rodoviárias entre Caracas e Manaus; pavimentação dos trechos faltantes na conexão entre Brasil e Guiana; melhoramento das rodovias de conexão entre Cidade Guiana (Venezuela) - Georgetown (Guiana) e Apura - Zanderij – Paramaribo

² UNASUL foi criada pelos presidentes da América do Sul no ano de 2008 como um espaço de articulação e diálogo político de alto nível que envolve os doze países da região. Neste âmbito institucional, foram criados oito conselhos setoriais de nível ministerial, sendo um deles o COSIPLAN. Uma das tarefas centrais, encomendadas pelos presidentes ao Conselho, foi a identificação e seleção de um conjunto de obras de alto impacto para a integração e o desenvolvimento da América do Sul (IIRSA, 2011).

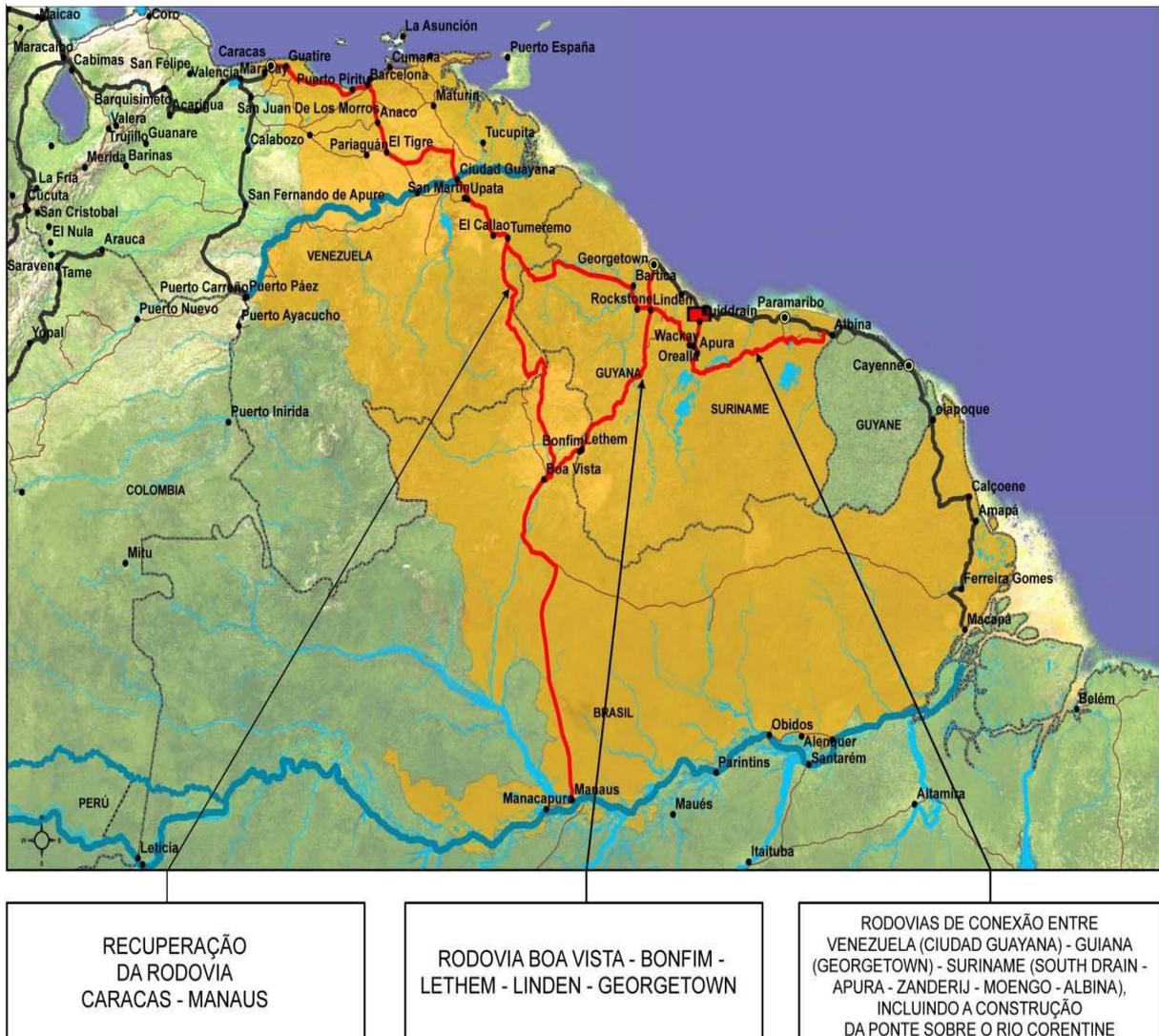
³ O COSIPLAN é a instância de discussão política e estratégica na Unasul. Sua atuação que se dá por meio de consulta, avaliação, cooperação, planejamento e coordenação de esforços e articulação de programas e projetos para implementar a integração da infraestrutura sul-americana (VITTE, 2018, p 52).

⁴ O PAE 2012-2022 é produto de um processo de discussão e consensos alcançados pelo COSIPLAN, integrado a partir de propostas dos funcionários dos Ministérios das áreas de infraestrutura e/ou planejamento, ou seus equivalentes, dos Estados Membros da UNASUL (IIRSA, 2011).

(Suriname); e a construção da ponte que une Guiana e Suriname sobre o Rio Corentine (IIRSA, 2011).

O Mapa 01 abaixo, tem como objetivo indicar os principais eixos de integração e desenvolvimento econômico no Eixo do Escudo das Guianas, e ao mesmo tempo ilustrar as obras prioritárias previstas para o referido eixo.

Mapa 1 - Projetos da agenda prioritária de integração no eixo do escudo guianês



Fonte: (IIRSA, 2011)

Por se tratar de faixas multinacionais de território nas quais se concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais. Os EID's representam uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável da região permitindo maior acesso a zonas de alto potencial produtivo que atualmente se encontram isoladas ou subutilizadas devido ao deficiente fornecimento de serviços básicos de transporte, energia ou comunicações (IIRSA, 2011).

Cabe salientar que:

A região América do Sul é, no plano interno, um território fortemente assimétrico, caracterizado por fraturas e descontinuidades socioeconômicas. As regiões periféricas – sendo algumas delas transfronteiriças – do vasto espaço interiorano da América do Sul são bons exemplos das fraturas, descontinuidades e desigualdades territoriais da região-continente. Espaços opacos e distantes, com baixos índices populacionais e com fracos IDHs, são um dos grandes desafios para projetos de infraestruturas de conexão, visto que, em grande parte da América do Sul eles tendem a ser apenas espaços de passagem de mercadorias com poucas perspectivas de articulações e conexões com processos de desenvolvimento regional (RUCKERT; CANEIRO, 2018, p.18).

Apesar de apresentar assimetrias regionais, o ideário da América do Sul como uma região geopolítica pode ser compreendido como uma inovação territorial, sendo as propostas neoliberais da IIRSA uma base comum para a promoção das infraestruturas de conexão por governos sul-americanos, que passou a constar no planejamento do COSIPLAN sob o tema do desenvolvimento regional (RUCKERT; CARNEIRO, 2018).

No plano interno brasileiro, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), denominados desde a década de 1970 de corredores de transporte destinados à exportação de grãos e minérios pelos portos do Brasil, serviram de modelo para a proposta de integração para a formação de uma área de livre comércio com a implementação de corredores bioceânicos para interligar o subcontinente, principalmente, ao mercado asiático (RUCKERT; CARNEIRO, 2018).

3.2 O território amapaense sobre influência do Eixo do Escudo das Guianas, Eixo Nacionais de Integração e Desenvolvimento (BR 156-210), e a Faixa de Fronteira Brasileira.

Essa seção visa apresentar o contexto territorial do espaço amapaense em relação ao Eixo do Escudo das Guianas, Eixo Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID's) por meio das Br 156 e 210 e a faixa de Fronteira Brasileira, com o objetivo de evidenciar as influências que o município de Oiapoque sofre em relação aos aspectos nacionais e internacionais de integração e desenvolvimento econômico. Esses fatores são essenciais para entender a dinamicidade e a complexidade da estrutura local do comércio de Oiapoque.

No Brasil, o tema ordenamento territorial surgiu de forma efetiva por ocasião da Assembleia Constituinte de 1988, no auge da luta pela redemocratização do país. Inspirado nos “planos de ordenação do território”, à semelhança de experiências então em curso no continente europeu, o tema acabou consagrado em nossa Carta Magna (BRASIL, 2005a).

Seja ordenação “termo usado em Portugal” ou ordenamento, “mais utilizado no Brasil”, o mais importante é notar que o tema nasceu no país como um instrumento de planejamento, como elemento de organização e de ampliação da racionalidade espacial das ações do Estado (BRASIL, 2005a).

Dessa forma, o ordenamento está ligado ao poder público e às políticas que se sustentam nas leis, mas que respeitam as vocações locais e as vivências cotidianas de um determinado território. O ordenamento deve ajudar ao desenvolvimento de um território na medida em que sinaliza claramente os rumos a serem trilhados. Em outras palavras, a fronteira, na proposta de um ordenamento territorial coerente, precisa aproximar os territórios, conjugados numa perspectiva desigualmente combinada (SABATEL; COSTA, 2013).

O estado do Amapá foi constituído inicialmente como Território Federal do Amapá, por meio do Decreto-lei nº 5.812 de 1943, com parte desmembradas do estado do Pará, sendo sido fixado por limites: - a Noroeste e Norte, pela linha de limites com as Guianas Holandesas e Francesa; - a Nordeste e Leste, com o Oceano Atlântico; - a Sueste e Sul, o canal do Norte e o braço norte do rio Amazonas até à foz do rio Jarí; - a Sudoeste e Oeste, o rio Jarí, da sua foz até às cabeceiras na Serra do Tumucumaque; (BRASIL, 1943). Atualmente, possui uma área de 142.470,762km², com população estimada de 877,613 em 2021, e o Índice de desenvolvimento humano IDH em 2010 era de 0,708 (IBGE, 2020).

No contexto histórico, após a criação como Território Federal, em 1943, o Amapá pode ser analisado a partir de três períodos econômicos que repercutem na sua reorganização espacial, sendo: a primeira, a gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1974); a segunda, o planejamento estatal e diversificação produtiva (1975-1987); e a terceira, a estadualização e sustentabilidade econômica (após 1988) (PORTO, 2003, 2005). Esta última etapa promoveu uma nova (re)configuração da fronteira que passou a assumir aspecto transfronteiriços, bem como (re)formatações dos novos usos dos seus espaços (SUPERTE; PORTO; OLIVEIRA, 2020).

Do ponto de vista populacional, o Amapá tem experimentado, desde a década de 60, uma acentuada aceleração no seu crescimento demográfico, em função do desenvolvimento de ciclos econômicos, cujos mais notáveis foram: a instalação da ICOMI - Indústria e Comércio de Minérios S/A; na implantação do Projeto Jari, na localidade de Monte Dourado, estado do Pará, região fronteira do então município de Mazagão, hoje municípios de Laranjal do Jari e Vitória do Jari; na criação e implantação da Zona de Livre Comércio nos municípios de Macapá e Santana. Aliado ao efeito das ações exercidas pela implantação

dessas atividades econômicas, destaca-se ainda o conjunto de ações governamentais visando estimular o desenvolvimento do território amazônico através de planos e projetos especiais. no crescimento demográfico durante o período de 1980-1991, atingiu um contingente de 289.397 habitantes. O aumento na população, de 114.140 habitantes, corresponde a uma taxa média de crescimento de 4,67 % ao ano (AMAPÁ, 2017).

A região das guianas está localizada no norte - nordeste da América do Sul, e representa um complexo histórico-geopolítico com mais de 3 milhões de anos enclavado de uma parte e da outra da linha do Equador e margeada pelo oceano Atlântico ao nordeste, e os rios Orenoco a oeste e o Amazonas ao sul. Nessa região, estão localizados os únicos países da América do Sul cuja língua oficial não é nem Português nem Espanhol, mas o Inglês (Guiana), o Holandês (Suriname) e o francês (Guiana Francesa). A extensão territorial dos cinco estados da região, cerca de 170 000 km e mais de 36 000 km de plataforma continental, são ainda objeto de reivindicações territoriais e marítimas não resolvidas (SILVA, 2018).

Possuindo fronteiras secas, outras conectadas por pontes cuja circulação ainda é realizada por meio de balsas e pequenas embarcações com motor de popa. De um modo geral, cada fronteira cria uma lógica particular com dispositivos que se associam ao seu contexto histórico (SILVA; MICELI; SILVA, 2019).

No contexto geral, essa região está inserida em um cenário geopolítico de integração e desenvolvimento econômico Sul-Americano por meio do Eixo do Escudo Guianas que compreende os países (Brasil, Guiana, Suriname e Venezuela), abrangendo a Região Oriental da Venezuela (os estados de Anzoátegui, Bolívar, Delta Amacuro, Distrito Capital, Nueva Esparta, Guárico, Miranda, Monagas, Sucre e Vargas), o Arco Norte⁵ brasileiro (Amapá, Roraima, Amazonas e Pará) e a totalidade dos territórios de Guiana e Suriname. A área de influência definida para o Eixo do Escudo das Guianas é de 4.002.555 km², equivalente a cerca de 40,80% da soma total das áreas dos países (IIRSA, 2011).

As obras prioritárias desse Eixo estão voltadas para a conclusão da pavimentação da BR-156, que interligariam os circuitos produtivos a partir do porto de Santana⁶, passando pela capital Macapá até a cidade de Oiapoque, permitindo acesso rodoviário entre Brasil e Guiana Francesa, com a conclusão dessa e outras obras do eixo seria possível ir por via rodoviária, de

⁵ Arco Norte, compreendendo a Faixa de Fronteira dos estados do Amapá, Para, Amazonas e os estados de Roraima e Acre (BRASIL; 2017, p22).

⁶ O porto de Santana, no Amapá, do ponto de vista geográfico, está mais próximo da Europa do que o porto de Santos, em São Paulo – SP, em termos de custo benefício sairia mais barato realizar o transporte marítimo de mercadorias e produtos da Europa para a América do Sul, via porto de Santana, no Amapá. Em médio o longo prazo, essa opção poderia trazer maiores investimentos locais, em conseqüentemente maior desenvolvimento para a região (CONTE, 2007).

Macapá a Manaus, Boa Vista, acessar a Venezuela, o Caribe, países andinos e países da América Central e do Norte (SANTOS, 2015).

No Amapá, o Programa de Integração Nacional (PIN), foi responsável por implementar as rodovias BR's 156, 210 e a Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes (1978), visando suprir a demanda energética da capital e das atividades de mineração de manganês, permitindo assim maior circulação dos arranjos locais e acesso internacional, muito embora instaladas de forma precárias foram responsáveis por introduzir um esboço da política territorial que visava a melhoria e expansão destas redes técnicas como condição para o desenvolvimento econômico no Amapá (CARMO; MIRANDA; BARREIRA, 2019).

Na concepção de Silva (2013, p.145):

A abertura da BR-156 foi decidida em 1963 pelo Governo do Território Federal, enquanto a BR-210 foi pensada para uma escala regional, ligando o Arco Norte pelas estradas de Amapá e Roraima. A primeira não ultrapassa os limites administrativos do estado do Amapá. No entanto, a sua implementação encontra ressonância em objetivos geopolíticos, que tendem a uma integração Sul-Norte do estado, o que se configura, a partir da aurora do século XXI, uma estratégia regional de interações no platô das Guianas.

A conclusão do asfaltamento da BR-156, incluída no âmbito do projeto IIRSA, visa possibilitar o estímulo ao desenvolvimento econômico no eixo Santana-Macapá-Oiapoque, que, quando associadas às cidades francesas de Saint-Georges-de-l'Oyapock, Regina e Cayenne, pode se tornar a região territorial transfronteiriça franco-brasileira em algumas décadas o que contribuiria maior abertura dos municípios do Amapá, que se situam nesse eixo (SILVA, 2013).

No entanto, a falta de conclusão dessa rodovia evidencia a fragmentação sobre como projetos considerados estratégicos para o país e para o desenvolvimento regional/local vem sendo tratado com a conveniência política. As articulações que compõem o eixo da BR 156, denominado “Corredor Transfronteiriço”⁷ é fundamental para o entendimento das relações entre o Brasil e a França, com implicações diretas para o Amapá e Guiana Francesa, sobretudo se entendidas nos âmbitos de suas interações e integração regional (TOSTES; FERREIRA, 2016).

⁷ Corredor Transfronteiriço é, assim, o *locus* de intercessão do conjunto de condições físicas, sociais, econômicas, diplomáticas, ambientais, espaciais, culturais e de infraestrutura que visam estabelecer relações e o seu entendimento entre o Amapá e a Guiana Francesa, em sua percepção local, regional, internacional e global (TOSTES; FERREIRA, 2016).

Os investimentos concentrados na BR 156 visam fortalecer à estratégia de formação de um eixo de integração e desenvolvimento, conforme havia sido previsto desde a formulação dos ENID, em 1996, permite ainda a integração de uma parcela significativa do território do estado aos circuitos produtivos, já que a rodovia atravessa o estado de norte a sul e integra todas as cidades do estado, seja diretamente ao longo de seu eixo, ou indiretamente por meio de outras rodovias que são acessadas pela BR-156 (CARMO; MIRANDA; BARREIRA, 2019).

Semelhantemente a BR 210, denominada “Perimetral Norte”, foi concebida com o propósito de concretizar a visão geopolítica que permitiria a intensificação do comércio interamericano, por meio do Arco Norte, possibilitando o escoamento de cargas e insumos pelos portos ao norte do Brasil, desde Porto Velho, em Rondônia, passando pelos estados do Amazonas, Amapá e Pará, até o sistema portuário de São Luís, no Maranhã (BRASIL, 2016).

Portanto, o Eixo do Escudo das Guianas, significou a ratificação do Arco Norte brasileiro como corredor de desenvolvimento contribuindo para o fortalecimento político do ENID. Entretanto, até o final do mandato de Fernando Henrique (2002), não foram efetivadas as obras necessárias para a consolidação do Arco Norte e, conseqüentemente, não houve a promoção da fluidez necessária ao desenvolvimento do capitalismo no Amapá. Apesar de não ter se consolidado, o arco norte passou a ser a estratégia de integração territorial que ditaria o planejamento territorial do Amapá (CARMO; MIRANDA; BARREIRA, 2019).

De forma análoga, tem-se a perspectiva que as rodovias, fisiologicamente, agem como verdadeiras artérias vitais para estrutura dinâmica das comunicações locais, regionais e intencionais, sendo um sistema fundamental ao funcionamento do Estado, enquanto mecanismo estratégico, a constituição de uma política rodoviária ampla e integrada, permitiria à direta e eficiente comunicação em qualquer ponto do território, sendo este um pensamento extremamente geopolítico e estratégico (DAMASCENO; FILOCREÃO, 2019).

Para esses autores:

Ao se ter a perspectiva de inserção de projetos rodoviários que culminasse na articulação da Amazônia com mecanismos de infraestrutura, voltados à integração com o restante do país, além de promover o povoamento e desenvolvimento da região, deu-se o início no dia 29 de julho de 1973 em Porto Grande no Amapá, a construção da rodovia BR 210 conhecida como Perimetral Norte com cerca de 2.450 quilômetros de extensão, a qual deveria perpassar as fronteiras setentrionais do Brasil (DAMASCENO; FILOCREÃO, 2019, p.3).

No Amapá, as rodovias representam importantes estruturas para o desenvolvimento regional e econômico, visto que, a Amazônia setentrional amapaense tem nos eixos rodoviários das BRs-156 e 210 (Perimetral Norte) e nos rios Amazonas, Jari, Oiapoque e

Araguari seus principais eixos de circulação, não somente por seu valor geográfico ou de ordem física, mas também pelo que representam em sua dinâmica social, política, desenvolvimentista, histórica e cultural. A conectividade proporcionada por esses eixos possibilita atenuar as disparidades regionais e integrar diversas regiões ao contexto sociopolítico e econômico brasileiro (SANTOS, 2015).

Cabe destacar que a relação de infraestrutura possui dois conceitos complementares: a primeira, a infraestrutura social e urbana, voltada para dar suporte aos cidadãos e seus domicílios, constituída por habitação, saneamento e transporte urbano; a segunda, a infraestrutura econômica, cujo objetivo maior é dar apoio às atividades do setor produtivo:

Não resta dúvida de que a oferta eficiente de serviços públicos de infraestrutura é um dos aspectos mais importantes das políticas de desenvolvimento econômico e social. A prestação eficiente de tais serviços condiciona significativamente a produtividade e a competitividade do sistema econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social (IPEA, 2010, p.16).

Nesse sentido, o surgimento das rodovias sem dúvida é fator primordial para a especialização da produção e para a criação dos mercados nacionais ao permitir a conexão entre diferentes áreas, a integração territorial e populacional, e a ampliação do mercado de trabalho. A disseminação dessa infraestrutura permite a redução dos custos de transporte e a sociedade passa a ter à sua disposição novos bens e serviços a preços cada vez menores. Portanto, as rodovias são consideradas cruciais no processo de desenvolvimento econômico e social de um país (CNT, 2018).

No Brasil, as rodovias são essenciais para a circulação de 61,1% das cargas pelo território nacional e para a movimentação interestadual e internacional de 92,5 milhões de passageiros. É importante mencionar que os benefícios associados à infraestrutura rodoviária instalada só podem ser captados pelos agentes econômicos se sua oferta se der em condições adequadas para a circulação de passageiros e de cargas (CNT, 2018).

O Plano Plurianual 2016 – 2019, da Secretaria de Estado e Planejamento – SEPLAN, evidencia que:

O desenvolvimento da infraestrutura do Amapá para os próximos anos apresenta muitos desafios. A promoção do desenvolvimento Econômico e social amapaense depende, em elevada proporção, da criação de condições adequadas de logística de transportes, de saneamento, de programas de habitação e de matrizes energéticas capazes de darem suporte a esse desenvolvimento. O Eixo de desenvolvimento da Infraestrutura, em especial, estão os projetos estruturantes do transporte modal, a logística de integração e desenvolvimento, com a expansão da pavimentação da malha rodoviária estadual e federal e o aproveitamento da ferrovia, hidrovias, do porto de Santana e terminais de cargas e de passageiros (SEPLAN, 2015, p.14).

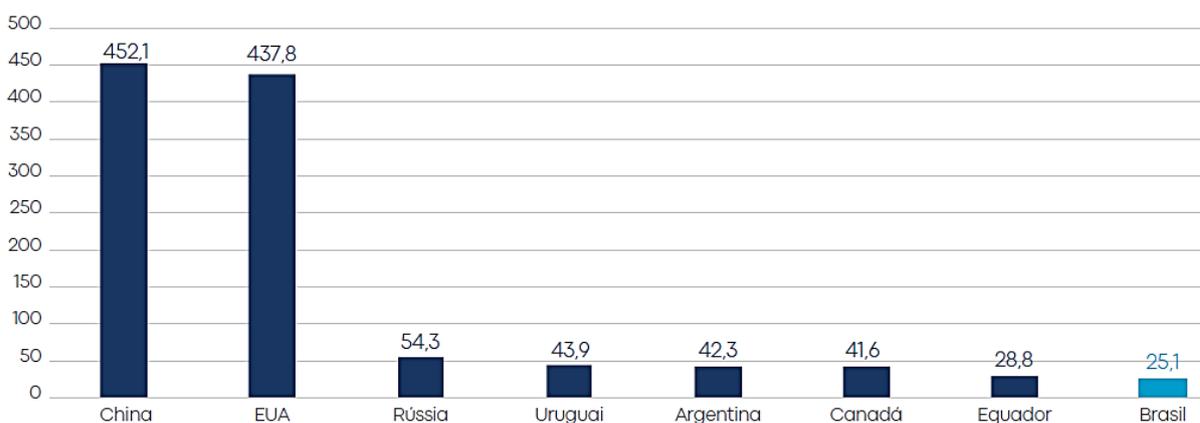
No entanto, uma pesquisa realizada pela Confederação Nacional de Transporte (CNT), indicou que o Amapá obteve o pior resultado dentre os entes federativos na avaliação das condições gerais das rodovias, em 2017, com mais de 96%, (488 km) de extensão avaliada como: regular, ruim ou péssimo, apresentando algum tipo de deficiência no estado geral, considerando uma extensão total de 505 km em todo o estado. O custo operacional devido às condições do pavimento chega a 25,1% no transporte rodoviário (CNT, 2017).

Em 2019, o estado do Amapá apresentou novamente resultados semelhantes ao ano em que foi considerado o pior dentre os entes federativos em relação a estrutura rodoviária, sendo que mais de 92 % da extensão das rodovias pesquisadas foram reclassificadas como regular, ruim ou péssima. Nesse período ainda colecionou o título de pior estado na avaliação das condições da sinalização, com 87,8% da extensão avaliada com algum tipo de problema de sinalização (CNT, 2020).

Esse desempenho é reflexo de um sistema nacional deficitário que apresenta dados preocupantes. Entre 2009 e 2019, a malha rodoviária brasileira, cresceu apenas 0,5% saindo de 1.712.092,7 km em 2009 para 1.720.700,0 km em 2019. Desse total 12,4% é pavimentada (213.452,0 km) 9,1% é planejada (157.309,0 km) 78,5% é não pavimentada (1.349.938,0 km). Considerando ainda que: 61,9% das rodovias avaliadas, em 2020, apresentaram algum tipo de problema no estado geral 52,2% dos trechos avaliados têm problemas no pavimento 58,9% dos trechos avaliados apresentam deficiência na sinalização 62,1% dos trechos avaliados têm falhas na geometria (CNT, 2021).

A baixa densidade rodoviária brasileira fica evidente quando comparada a de outros países, ou até mesmo em relação a alguns países da América Latina, conforme é apresentado no Gráfico 01 (CNT, 2021).

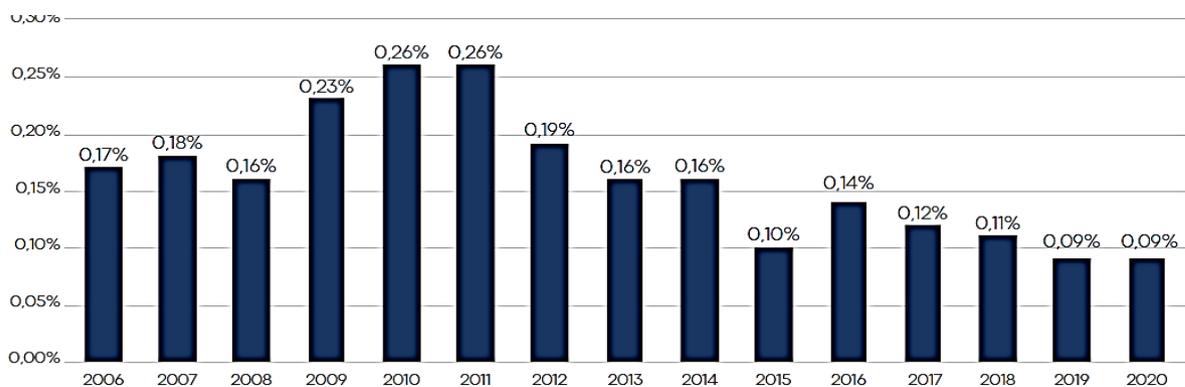
Gráfico 1 - Densidade da malha rodoviária pavimentada por país (km/1.000 km²)



Fonte: (CNT, 2021)

Ao analisar a execução de investimentos federais em rodovias, é possível observar que no período compreendido entre 2006 a 2020 os percentuais de investimentos do PIB, não chegaram a 1% de investimento em rodovias, os melhores resultados da série ocorreram em 2010 e 2011, respectivamente com 0,26% de percentual do PIB. Após 2011, os investimentos públicos federais em transporte diminuíram consideravelmente tendo o pior desempenho da série em 2019 e 2020, com 0,09% de participação do PIB em ambos os anos, conforme apresentado no (Gráfico 02) (CNT, 2021).

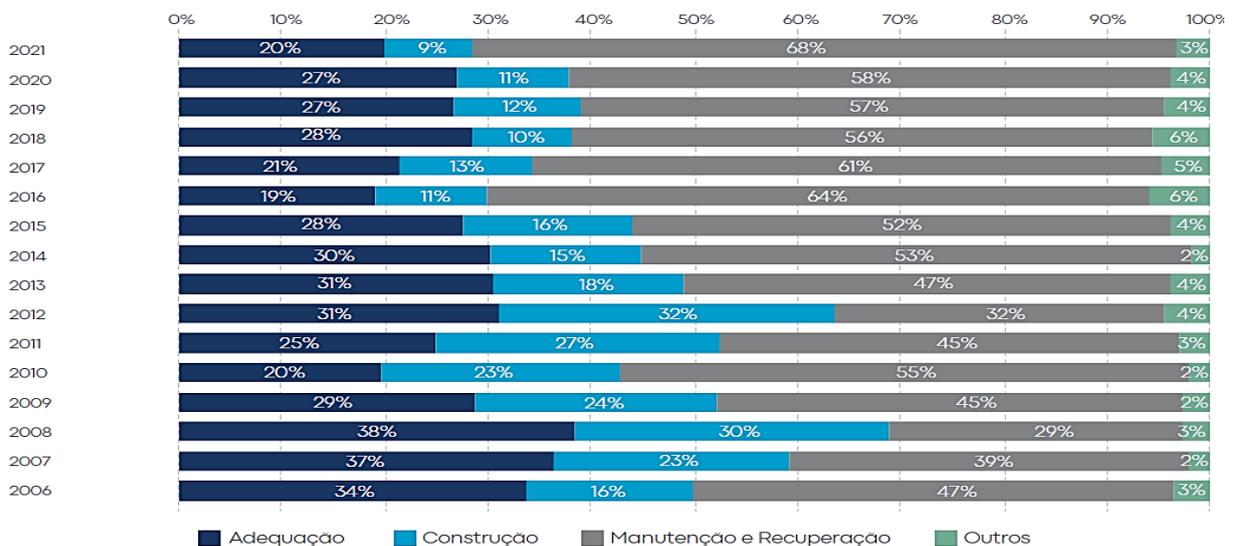
Gráfico 2 - Investimento público federal em rodovias no Brasil como percentual do PIB (2006 a 2020)



Fonte: (CNT, 2021)

Outro fator que contribui para precária estrutura de transporte brasileira é a forma como os recursos federais são alocados. A maioria dos investimentos são alocados a “manutenção e recuperação” das vias, em 2021, esses investimentos chegaram a 68% de participação, o maior resultado da série. Por outro, a “construção” de vias teve sua participação reduzida para 9%, conforme demonstra o Gráfico 3 (CNT, 2021).

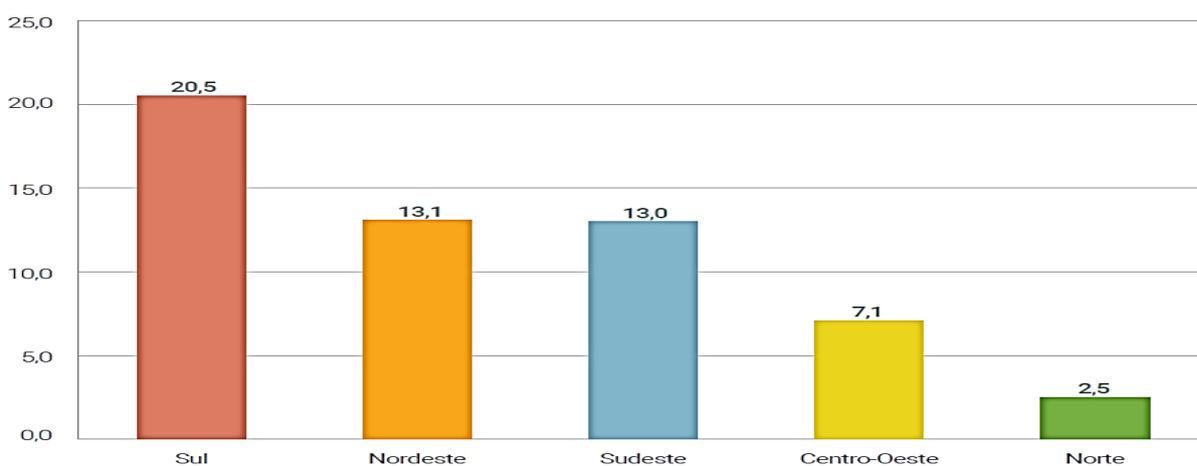
Gráfico 3 - Investimento público federal em rodovias no Brasil, 2006 a 2021



Fonte: (CNT, 2021)

Em relação as regiões brasileiras a região Norte é a que possui menor concentração de pavimentação de rodovias possuindo apenas 2,5km² de rodovias pavimentadas a cada 1.000 km² conforme indicado no (Gráfico 04). Deixando nítido o problema da desigual de infraestrutura no país, o que pode acarretar impactos negativos em relação aos potenciais de desenvolvimento regionais (CNT, 2019).

Gráfico 4 - Densidade da malha rodoviária federal pavimentada por região do Brasil (valores em km/1.000 km²)



Fonte: CNT (2019)

Isso aprofunda os problemas relacionados a infraestrutura e planejamento do setor logístico de transporte brasileiro. No caso específico do Amapá, o baixo investimento em infraestrutura, dificulta o processo do desenvolvimento regional, pois a infraestrutura de transporte seria responsável por: realizar interligação, escoar produção, conectar pessoas, lugares e impulsionar a economia (CNT, 2019).

A priorização deste setor nas políticas públicas e a maior eficiência na gestão pública são imprescindíveis para reduzir os problemas, aumentar a segurança e evitar desperdícios. Toda a sociedade paga o preço da ineficiência da infraestrutura de transporte, se a rodovia tem problemas, há mais consumo de combustível e maior desgaste dos veículos. Isso gera custos, que elevam o valor dos produtos. Além disso, há a questão dos acidentes rodoviários, que tiram vidas e oneram o Estado (CNT, 2019).

Além da necessidade de investimento em infraestrutura, a descentralização das atividades de planejamento e a centralização da execução política vem sendo consideradas como principal barreira encontrada para a realização dessas obras, conforme aponta o parecer do estudo CEDES⁸ realizado para o Arco Norte (BRASIL, 2016).

⁸ Cedes – é um órgão técnico-consultivo, vinculado à Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, que, com o apoio da equipe técnica da Consultoria Legislativa, desenvolve estudos de caráter inovador ou com potencial de transformar as realidades econômica, política e social do nosso País (BRASIL, 2016).

A esse respeito, uma concepção que surgiu com objetivo de promover a integração e o desenvolvimento econômico regional, foram as políticas públicas voltadas para a faixa de fronteira⁹. O plano de reestruturação do Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF) nasceu de uma avaliação negativa por parte da Secretaria de Programas Regionais do Ministério da Integração Nacional, sobre os fundamentos e a funcionalidade do Programa Social da Faixa de Fronteira (1999-2002), indicando que os recursos destinados ao Programa eram dispersos, fragmentados em pequenas obras e ações pontuais, por iniciativas do Poder Legislativo, sem diretrizes claras e sem consideração das diferenças sub-regionais da Faixa em termos de desenvolvimento econômico e cidadania fronteiriça (BRASIL, 2005b).

Um marco para a inserção das políticas de desenvolvimento regional voltado para as regiões de fronteira, foi a elaboração da proposta da Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira organizado pelo Comitê de Articulação Federativa (CAF) da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR) que propôs, por meio de sua Resolução nº 8, de 19/11/2008, a instituição de um grupo de trabalho interfederativo que voltasse atenção particular a questões recorrentes identificadas na fronteira entre o Brasil e seus países vizinhos buscar solucionar, tanto no cotidiano das pessoas quanto no das instituições (BRASIL, 2010).

A partir de então as políticas públicas voltadas para a faixa de fronteira passaram a reconhecer as especificidades regionais, sociais e econômicas de cada região, com o objetivo de promover as potencialidades endógenas. A política nacional de desenvolvimento regional, concebida pelo Ministério da Integração Nacional, veio institucionalizar mecanismos e instrumentos indispensáveis para a consolidação dos conceitos de inserção social e econômica, no processo de valorização do potencial endógeno regional, ou expressamente o “desenvolvimento regional” (BRASIL, 2017).

O planejamento da faixa de fronteira aponta para uma macro divisão em três grandes Arcos (Norte, Central e Sul), sendo os municípios classificados respectivamente em sub-regiões. O município de Oiapoque está inserido nesse contexto na primeira Sub-região: Oiapoque-Tumucumaque (Sub-região Cultural Arco Indígena Oiapoque-Tumucumaque), que inclui os municípios de: Oiapoque, Laranjal do Jari, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Pracuuba, Calçoene, Amapá no estado do Amapá; Alenquer,

⁹ A faixa de fronteira está associada aos limites territoriais e legais na região fronteiriça de um país. Trata-se de uma região localizada no limite de um ou mais países que expressa a demarcação territorial do poder do Estado. A zona de fronteira caracteriza um espaço de interação com paisagem específica e espaço social transitivo composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional por fluxos e interações transfronteiriços (BRASIL, 2005a).

Almeirim, Faro, Oriximiná, Óbidos no estado do Para; Urucará, Nhamunda no estado do Amazonas; Caroebe, São João da Baliza e São Luiz do Anauá no estado de Roraima (BRASIL, 2017).

Dos dezesseis municípios amapaenses oito possuem parte do seu território dentro dos limites da faixa de fronteira (Amapá, Oiapoque, Calçoene, Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio e Pracuúba) o que corresponde aproximadamente cerca de 73,06% (104.813 Km²) do seu território (BRASIL, 2017).

O que acaba evidenciando a forte associação que o estado possui em relação ao contexto de integração e desenvolvimento econômico por meio das Br 156, 210 e as políticas públicas voltadas para regiões de fronteira. Portanto, no amapá, a Br 156 representa parte do corredor transfronteiriço inserida no contexto dos EID's da IIRSA, no Eixo do Escudo Guianês, e a Br 210 denominada Perimetral Norte compõem o Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento que permitiria fluidez aos portos do Arco Norte Brasileiro, ambas concebidas em uma visão geopolítica de integração e desenvolvimento, associadas ao contexto da faixa de fronteira, representam elementos de extrema relevância para a promoção do desenvolvimento regional.

Portanto, é de extrema relevância pensar o planejamento urbano da cidade de Oiapoque sob a ótica das influencias exercidas pelo: rio, rodovia e fronteira, pois estas interações tem induzido, há décadas, os processos que estimulam e motivam os fenômenos que ocorreram na dinâmica dessa cidade, com grandes transações e circulação de pessoas, além de representar grande relevância social e comercial para o Brasil (BOTELHO, 2017).

A próxima seção visa enfatizar como essas dinâmicas são evidenciadas na fronteira, em um contexto que convencionamos chamar de: “Perspetivas do comércio exterior entre Brasil e França”, por considerar que a Guiana Francesa é uma coletividade da França, país integrante do bloco europeu.

3.3 Perspectivas de comércio exterior entre Brasil e França

Brasil e a França compartilham uma fronteira de 730 km em plena Amazônia, que corre ao longo do rio Oiapoque, da sua foz até a sua nascente, e depois percorre o divisor de águas da bacia amazônica até encontrar o ponto de trijunção com o Suriname. É a maior fronteira terrestre da França, definida desde o início do século XX (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Do ponto de vista político-institucional é uma fronteira peculiar, por ter próximo ao Brasil uma Coletividade Territorial da França a “Guiana Francesa”, implicando em vários temas e arranjos institucionais mais complexos que àqueles usualmente definidos naquele espaço geográfico, sendo necessário considerar nas interações fronteiriças parâmetros estabelecidos pelo bloco da União Europeia, da qual a França é signatária (SILVA; MICELI; SILVA, 2019).

Do lado da Guiana Francesa, Saint-Georges, é a cidade da bacia do rio Oiapoque com formação territorial mais antiga. Ela foi erigida sobre as ruínas de uma antiga penitenciária abandonada em 1863. Com população multiétnica (crioulos, indígenas, quilombolas, europeus, brasileiros), voltada para o rio Oiapoque, seja em termos culturais, sociais e mesmo econômicos. Além das atividades tradicionais como caça, pesca e artesanais, a cidade vive em grande parte do comércio e das funções públicas municipais, estaduais e nacionais. Sua organização interna é dividida em três partes: Saint-Georges, “núcleo de atividades variadas”; Tampack (aldeia indígena e quilombola) e Trois-Palétuviers (aldeia indígena) (SILVA; GRANGER, 2017).

No Lado brasileiro, o município de Oiapoque sucedeu a uma aldeia fundada por garimpeiros franceses, Martinique, quando o Brasil anexou definitivamente a margem oriental do rio Oiapoque em 1900, e foi erigida em município em 1945. Quase a totalidade do município está incluída dentro das áreas de dois parques nacionais: Parque Nacional do Cabo Orange e o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque. Oiapoque e Saint-Georges se encontram hoje em um momento geopolítico e geoeconômico singular, estabelecendo-se como um nexos da integração física sul-americana com uma ponte binacional sobre o rio Oiapoque (SILVA; GRANGER, 2017).

Sob o ponto de vista local, o Município de Oiapoque está inserido na região norte do Amapá e seus vínculos com o Brasil podem ser considerados recentes devido a inconstância dos limites territoriais do “contestado franco-brasileiro”¹⁰ (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Em 1900, depois de mais de dois séculos de litígio fronteiriço, a fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França), foi estabelecida através do laudo suíço que estabeleceu o rio

¹⁰ Entre os anos de 1841 e 1900, a região ao Norte do Amapá, onde se situa o Garimpo do Lourenço, foi declarada zona neutra diante do conflito conhecido como “Contestado Brasil-França”, constituindo um capítulo à parte da geopolítica brasileira e afetando os interesses colonialistas franceses pela expansão territorial da fronteira e conseqüente apropriação dos recursos minerais. A situação chegou a provocar guerra armada entre os invasores franceses e brasileiros que, liderados por Francisco Xavier da Veiga Cabral, o Cabralzinho, expulsaram os franceses da área do contestado. A situação somente foi resolvida em 1900 nos tribunais da Suíça, com o Brasil vitorioso quanto aos direitos territoriais sobre a área contestada mediante defesa de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco. (CHAGAS, 2019, p. 3; 8).

Oiapoque como limite internacional entre os dois países. Ao longo dos 730 km da fronteira (427 km do curso deste rio), encontram-se 3 comunas francesas (Camopi, Saint-Georges e Ouanary), e um município brasileiro, Oiapoque. Na fronteira entre Brasil e França o limite internacional é o rio Oiapoque, por meio do qual a cidade de mesmo nome do lado brasileiro, no Amapá, comunica-se com Saint Georges de l'Oyapock, na Guiana Francesa (SILVA; GRANGER, 2017).

A arbitragem internacional gerou um certo período de indiferença, ficando a fronteira esquecida até meados da década de 1960. As relações entre Brasil e Guiana Francesa foram intensificadas a partir de 1964, quando brasileiros foram contratados para trabalhar como pedreiros na construção do *Centre Spatial Guyanais* (CSG), na Guiana Francesa, fazendo com que duas décadas depois a população brasileira se tornasse uma das principais populações estrangeiras ali residentes. Já no final dos anos de 1980, a corrida pelo ouro aluvial tomou forte impulso, levando a uma nova onda de imigração, dessa vez à revelia das autoridades francesas (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Até 1980, a bacia do Rio Oiapoque foi marcada pelo extremo isolamento regional, tanto para se chegar a Oiapoque, no lado brasileiro, quanto para chegar em Saint-Georges, na Guiana Francesa. O abastecimento de produtos era realizado por navios e aviões bimotores, que permitia também o fluxo de autoridades e funcionários enviados das capitais regionais, Macapá e Caiena. Apenas um navio se deslocava de Caiena para Saint-Georges a cada três semanas, o que deixava a cidade francesa muito dependente do comércio com Oiapoque em produtos de primeira necessidade. Em Oiapoque os produtos chegavam semanalmente de Macapá por navios (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Em 1982, a reforma territorial da França, conhecida com leis de descentralização, fez da Guiana Francesa uma unidade administrativa maior chamada *Région d'Outremer* (Região de Ultramar), superpondo-se, mas não substituindo o departamento. Essa mudança concedeu maiores poderes em relação ao seu planejamento territorial e às possibilidades de cooperação regional com territórios estrangeiros vizinhos. No Brasil, em 1988, a nova constituição foi promulgada, transformando os últimos territórios federais, Amapá e Roraima, em estados da federação brasileira com governador e assembleia estadual eleitos (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

A partir de 1991, seguindo os marcos da constituição de 1988, o Amapá deixou de ser território federal, superando essa condição instituída em 1943, sendo um estado pleno na unidade federativa. Nesse período, a França adotou uma nova postura em relação à sua

Guiana, com o fim da Guerra Fria, Paris entendeu a necessidade de nova abertura econômica e política, considerando as dificuldades de abastecimento alimentar, devido à falência do Plano Verde, implementado em 1977. Dessa forma, o Brasil, era visto como um país promissor igualmente em processo de transformação econômica em construção democrática, após o período dos governos militares e de José Sarney (MARTINS; CAVLAK, 2020).

A aproximação definitiva para cooperação se deu com a eleição de Antoine Karam na Guiana Francesa, em 1992, e João Capiberibe no Amapá, em 1994. Ambos governantes pressionaram seus executivos nacionais para fortalecer a parceria na zona de fronteira compartilhada, cujo motivo central era a vontade de captar mais recursos financeiros e obter mais autonomia (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Essa aproximação ganhou maior notoriedade com a assinatura do *acordo-quadro*¹¹, em 1996, que de forma lenta e gradativa formou as propostas de cooperação institucionalizada para as áreas de segurança, saúde, transportes, agricultura, língua, educação, economia e tantas outras se tornaram assuntos de uma agenda perene (SILVA; GRANGER, 2017).

Esse acordo foi assinado pelo então presidente brasileiro Fernando Henrique Cardoso em viagem oficializada à França, acompanhado por Capiberibe, assinando pela primeira vez um acordo-quadro bilateral de cooperação entre os países, cujo artigo 6 mencionava, o estabelecimento de uma cooperação transfronteiriça entre autoridades nacionais e locais (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

No ano seguinte, em 1997, o encontro em Saint-Georges, entre os presidentes, Fernando Henrique Cardoso (Brasil) e Jacques Chirac (França), estabelecia a primeira comissão mista de cooperação transfronteiriça (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2020; MARTINS; CAVLAK, 2020). Entre 1997 a 2019 foram realizados onze encontros: o primeiro em Brasília (1997), os demais se alternando entre as cidades de Caiena (1999, 2008, 2010, 2013, 2016) e Macapá (2002, 2009, 2011, 2015, 2019) (MARTINS; CAVLAK, 2020).

No caso específico das Comissões transfronteiriças entre França e Brasil, as quatro primeiras comissões (1997, 1999, 2002, 2008) serviram para montar propostas a serem viabilizadas a médio e longo prazos. Nas comissões seguintes, o reforço temático específico foi votado para a construção da ponte binacional, pavimentação da BR 156 e ao combate da mosca da carambola (Silva 2013).

¹¹ O Acordo-Quadro de Cooperação, firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa, em Paris, em 28 de maio de 1996 (BRASIL, 1997).

No quadro 01 baixo, são apresentadas as principais ações de cooperação entre Brasil e França realizados nas relações de aproximação transfronteiriça entre o Amapá e Guiana Francesa entre 1996 a 2007.

Quadro 1 - Histórico da Aproximação Transfronteiriça entre Amapá e Guiana Francesa (1996-2007)

ANO	AÇÕES
1996	<ul style="list-style-type: none"> Celebrado, em Paris/França, Acordo-Quadro de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República Francesa.
	<ul style="list-style-type: none"> Primeiro encontro transfronteiriço em Saint Georges.
1997	<ul style="list-style-type: none"> Aprovado pelo Congresso Nacional o Acordo-Quadro de cooperação por meio do Decreto Legislativo nº 5, de 28 de janeiro.
	<ul style="list-style-type: none"> Promulgado, no dia 08 de Abril, o Decreto 2.200/MRE que institui o Acordo-Quadro de cooperação. Início, no estado do Amapá, da Rodada Internacional de Negócios, que tinha como um de seus objetivos aproximar empresas amapaenses com as do planalto das Guianas.
1998	<ul style="list-style-type: none"> Reunião, em Paris/França, de comissão Franco-brasileira, nas áreas científica, técnica e cultural, em que o estado do Amapá aparece como integrante da cooperação com a Guiana Francesa.
	<ul style="list-style-type: none"> Reunião, em Brasília, de comissão Franco-brasileira, nas áreas científica, técnica e cultural, visando permitir ao governo do estado do Amapá manter e intensificar as ações de cooperação com a França e Guiana Francesa, avaliando as ações de cooperação transfronteiriças.
1999	<ul style="list-style-type: none"> Realizada em Caiena a segunda consulta transfronteiriça
	<ul style="list-style-type: none"> Missão oficial do Governador do estado do Amapá, João Alberto Capiberibe, à Europa (Bélgica, Inglaterra e França), com objetivo também de intensificar a cooperação transfronteiriça.
2000	<ul style="list-style-type: none"> Implementada a Iniciativa de Integração de Infra-estrutura Regional Sul-Americana, IIRSA, que coloca a construção da ponte binacional franco-brasileira, a pavimentação da rodovia BR 156 e o Porto Organizado de Santana/Amapá, como necessários à integração de mercados no Norte da América do Sul.
2001	<ul style="list-style-type: none"> É Instituída Comissão Bilateral relativa ao projeto de construção da ponte binacional.
2002	<ul style="list-style-type: none"> Realizada a Terceira consulta Transfronteiriça em Macapá. Assinatura, em Brasília, pelo Poder Executivo, do Decreto nº 4.373 para construção da ponte binacional
	<ul style="list-style-type: none"> Destinado R\$ 24,9 milhões, pelo PPA 2004/2007, para construção da ponte binacional, bem como R\$ 252,3 milhões para asfaltamento de trecho da rodovia BR 156.
2005	<ul style="list-style-type: none"> Ano do Brasil na França. Nesta oportunidade estiveram presente na França o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o Governador do estado do Amapá, Waldez Góes, com objetivo também de dinamizar os acordos de cooperação transfronteiriça. Naquele evento foi fechado o acordo de construção da ponte binacional.
2006	<ul style="list-style-type: none"> Autorização da Assembléia Nacional Francesa para a construção da ponte binacional. Reunião de cooperação em matéria de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Visita oficial do presidente Jacques Chirac ao Brasil. Mencionou em pronunciamento algumas relevâncias da aproximação binacional com a construção da ponte.
	<ul style="list-style-type: none"> Promulgado o acordo de cooperação para construção da ponte Binacional, inicialmente elaborado no dia 15 de julho de 2005.
2007	<ul style="list-style-type: none"> Encontro entre os dias 15 e 17 de janeiro com representantes da Guiana Francesa e de vários representantes de secretarias do estado do Amapá.
	<ul style="list-style-type: none"> Encontro no dia 18 de janeiro com o presidente da Câmara Municipal de Oiapoque.

Fonte: Governo do Estado do Amapá – GEA / Agência de Desenvolvimento do Amapá – ADAP; Ministério das Relações Exteriores/Divisão de Atos Institucionais; Ministério do Planejamento; SEBRAE/AP; IBAMA; FRANÇA, 2007. Org. (SILVA, 2008)

Como já mencionado anteriormente e exposto no quadro acima. No ano de 2005, um destes encontros resultou em um acordo bilateral para a construção da ponte rodoviária sobre o rio Oiapoque (ALMEIDA; RAUBER, 2017). O projeto desta ponte fez parte do programa de investimentos sul-americanos em infraestrutura da iniciativa IIRSA, e sua conclusão demorou 14 anos (1997-2011). Após ser concluída, precisou de mais seis anos para sua abertura parcial, em 2017, carecendo de efetivos da Polícia Federal, da Alfândega e da Vigilância Sanitária do lado brasileiro (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

A Foto 1 abaixo apresenta a estrutura e extensão máxima “380 Metros” da ponte binacional construída sobre rio Oiapoque, que liga Brasil à Guiana Francesa por via terrestre.

Foto 1 - Ponte sobre o rio Oiapoque



Fonte: própria do autor

Ao mesmo tempo que o sistema de engenharia permitiu acesso físico entre Brasil e França, ocorreu significativo reforço no controle da circulação de pessoas na bacia do Oiapoque, tendo a França instalado em 2005, um destacamento da Polícia de Fronteira Francesa (PAF) na cidade de Saint-Georges, tornando obrigatória a apresentação de visto oficial no passaporte para os brasileiros (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

A Ponte Binacional foi planejada há mais de três décadas, quando brasileiros e franceses mantinham saudáveis relações transfronteiriças. No entanto, em 2005, essa relação ganhou porte de rivalidade. A construção e abertura da Ponte Binacional que tinham por objetivos o fortalecimento das relações diplomáticas, não foi capaz de atingir seu principal objetivo, reforçando as indiferenças entre o país vizinho. A abertura da ponte aumentou o fluxo de pessoas e automóveis das Guianas em Oiapoque. Por outro lado, as restrições de entradas de brasileiros no lado francês aumentaram (FEITOSA; MOURA, 2018).

Ao invés de funcionar como elo de aproximação e potencializador da circulação regional, a abertura da ponte evidenciou os problemas e as contradições presentes na fronteira, ao temer uma invasão de produtos e migrantes brasileiros, a intensificação do controle à circulação foi aumentada, pondo fim à tolerância que ambos desfrutavam, que antes permitia a circulação de pessoas e mercadorias no lado Frances da zona de fronteira (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Até meados de 2005, muitos dos brasileiros que imigravam à região fronteira ingressavam e se instalavam facilmente em bairros periféricos de Saint-Georges, a exemplo dos bairros Savane e Crique-Onozo que fez tais localidades ficarem conhecidas como os “bairros brasileiros” de Saint Georges, devido à ampla maioria de habitantes de origem brasileira (JUNIOR, 2019).

No entanto, a partir de 2005, a instalação da Police Aux Frontières (PAF) no lado francês mudou essa relação. A PAF acabou por exercer influência na configuração urbana e habitacional da fronteira. Isso porque ao fiscalizar, advertir e expulsar as famílias consideradas “ilegais” do território francês, a PAF contribuiu para que aglomerados de pessoas ficassem desterritorializadas (JUNIOR, 2019; SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019). Fato que contribuiu para que houvesse um novo aglomerado de pessoas às margens do rio Oiapoque em frente à Saint-Georges, a comunidade de Vila Vitória (JUNIOR, 2019):

Assim, em decorrência do controle fronteiro, as famílias de origem brasileira que habitavam na Guiana passaram a se dividir em dois espaços. Primeiramente, aquelas que possuíam “papéis” para residir na Guiana, bem como as que resistiram à expulsão, se fixaram do lado francês em zonas periféricas, sobretudo, nos bairros Savane e Onozo, ocupando habitats mais isolados do centro da cidade. Em contrapartida, os indivíduos que foram expulsos, bem como aqueles que temiam à expulsão por não possuírem permissão de residência do lado francês, mudaram para o lado brasileiro do rio, fundando na margem imediatamente em face uma nova localidade: “Vitória do Oiapoque” (JUNIOR, 2019, p.122).

A imagem (1), abaixo representa a configuração da Vila Vitória em relação aos perímetros urbanos de Oiapoque e São Jorge nos limites da fronteira.

Imagem 1 – Localização das cidades das cidades de Oiapoque, Vila Vitória e São Jorge na Fronteira entre Brasil e Guiana Francesa



Fonte: Imagem extraída do software Google Earth (2023) adaptado pelo autor

Em razão do controle formal exercido sob a ponte binacional, o rio continuou sendo o principal meio de acesso informal de pessoas e mercadorias. Os guianenses, recorrem às catraias, para evitar a fiscalização das alfândegas, transportando mercadorias e produtos frescos como: carnes, frutas, verduras, entre outros. Por outro lado, os brasileiros atravessam o rio em busca de trabalho informal e tratamento de saúde no hospital de Caiena. Dessa forma os catraieiros atendem o fluxo informal ilegal do ponto de vista da alfândega e da migração (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Esperava-se que a combinação da abertura da ponte com a conclusão da BR-156, estabelecesse uma via de transporte rápido e fácil da capital amapaense e do porto de Santana a todas as outras centralidades do arco das Guianas aumentando o giro de capitais que por este meio alcançariam os mercados internacionais (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

A pavimentação da BR 156 entre Macapá e Oiapoque, (faltando 110 km), e o prolongamento da estrada nacional RN 2 de Caiena até Saint-Georges, no final de 2003, com 200 km, facilitaram a acessibilidade às cidades fronteiriças da bacia do Oiapoque (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019). Uma vez que, estas cidades possuem em comum uma distância bastante considerável de suas capitais.

O percurso entre Saint Georges e Caiena custa em média 3 horas de viagem, já o percurso entre Macapá e Oiapoque leva em torno de 12 horas, podendo se estender a dias dependendo da condição da estrada em períodos chuvosos no trecho não asfaltado e da condição das pontes de madeira (PEITER; et al 2019). No inverno amazônico, a BR-156 entre Calçoene e Oiapoque, formam-se atoleiros que dificultam o trânsito dos transportes, tanto de passageiros quanto de cargas (FEITOSA; MOURA, 2018).

O elo entre a ponte binacional e a estruturação da Rodovia BR156 implica em uma série de configurações no espaço geográfico do norte da América do Sul, a partir do Amapá. Embora muitas ações tenham sido desenvolvidas entre Brasil e França, Amapá e Guiana Francesa, com várias frentes institucionais, houve proporcionalmente um conjunto de entraves que sempre dificultaram maiores avanços nessa cooperação (SILVA, 2013).

Apesar da existência de uma ponte binacional que interliga os dois países fisicamente e um acordo de cooperação em diversos temas atinentes entre Brasil e França, alguns fatores vêm se constituindo verdadeiros entraves ao processo de cooperação, entre os principais estão:

- O custo dos transportes; as barreiras administrativas; os constrangimentos administrativos na ida de empresários, pesquisadores e personalidades para a Guiana Francesa; a normatização europeia imposta aos produtos importados para a Guiana, que reduz a entrada de produtos no território guianês-francês (SILVA, 2008);
- A fraqueza nas trocas comerciais transfronteiriças como Brasil revela o efeito barreira neste aspecto: a barreira da língua e a falta de tráfego de interconexão são exemplos desse entrave (SILVA, 2013);
- A dificuldade de utilização dos meios de comunicação (ALMEIDA; RAUBER, 2017);
- Acessibilidade, a rodovia BR-156 entre Calçoene e Oiapoque, permitiria melhor acesso à região, no entanto, o trecho não pavimentado, cerca de 100 km, formam atoleiros dificultam o trânsito de passageiros e cargas (AMEIRDA; RAUBER, 2017; FEITOSA; MOURA, 2018; SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019; PEITER, et al 2019).
- Entraves relativos a BR 156 de cunho ambiental em terras indígenas e alocação de recursos federais da União para concretização do trecho da rodovia. Os indígenas exigem compensações pelo asfaltamento da rodovia ao longo de suas reservas (BOTELHO, 2017).

- Exigência de passaporte e visto para a entrada de brasileiros em território da Guiana Francesa (SILVA, 2008, FEITOSA; MOURA, 2018; MARTINS; CAVLAK, 2020). Para guianenses e franceses entrarem no território brasileiro, deve-se realizar um registro na Polícia Federal. No entanto, grande parte dos visitantes do território vizinho, não realizam tal registro (FEITOSA; MOURA, 2018). A exigência de visto para ingresso de brasileiros na Guiana Francesa, na França, é dispensada pelo período de três meses (MARTINS; CAVLAK, 2020);
- A ratificação do acordo de combate aos garimpos ilegais, as quais reduziram o número de garimpos sem que, contudo, fossem criadas alternativas de subsistência para os garimpeiros (MARTINS; CAVLAK, 2020);
- A falta de participação da comunidade local e do governo municipal nas ações da comissão mista transfronteiriças, a exemplo tem-se o processo que resultou na construção da ponte binacional entre Oiapoque e Saint-Georges, o Decreto Nº 6.250, 06 de novembro de 2007 que promulgou o acordo de 2005, a Comissão Bilateral Franco-Brasileira, instituída desde o acordo de 2001, passou a se denominar Comissão Intergovernamental, não constava em nenhuma parte referência a uma representação de Oiapoque, nem do governo municipal, nem da população local (MARTINS; CAVLAK, 2020);
- Os entraves relativos ao tráfego na ponte Binacional sobre o rio Oiapoque (MARTINS; CAVLAK, 2020);
- A ausência de infraestrutura (energia, transporte, comunicações); sendo recorrentes problemas no fornecimento de energia elétrica, telefonia celular e internet; ausência de pavimentação asfáltica nas principais ruas e avenidas, de saneamento básico e de internet (MARTINS; CAVLAK, 2020).

A Ponte Binacional e a BR 156 são importantes não apenas para o estado do Amapá, mas sem dúvida para consolidar as estruturas de redes técnicas e conexões com o Platô das Guianas, possibilitando transformações sobre ambos os territórios. A ponte binacional não é apenas o nóculo de uma rede técnica regional, mas implica em um cenário com conotações de natureza cultural, social e, principalmente, econômica, se consideradas as possibilidades de cooperação com os países do Platô das Guianas (TOSTES; FERREIRA, 2016; 2017).

Esses dois nóculos, quando observados pela ótica das redes técnicas, possuem fundamental importância para potencializar a circulação na regional, no entanto, está evidente

que há um descompasso entre os dois países (Brasil e França) no que diz respeito à definição de prioridades (BOTELHO, 2017).

No Mapa 2 abaixo é possível observar os principais níveis de integração promovidas pelas rodovias no Amapá e Guiana Francesa.

Mapa 2 - Mapa dos principais níveis de integração entre o Amapá e a Guiana Francesa



Fonte: (TOSTES; FERREIRA, 2017)

Não se trata apenas de vincular a cidade como algo dependente da rodovia BR 156, e levantar discussões sobre a espacialidade do território, mas considerar a essencialidade dos níveis de integração regional no estado do Amapá com o platô das Guianas (BOTELHO, 2017).

As configurações do cenário sócio espacial e político gerado pela consolidação da BR-156 e da Ponte Binacional refletem implicações diretas no contexto das novas configurações da fronteira, em razão da possibilidade de altos fluxos transfronteiriço, essas interações mesmo que difusas, sem acordos e regulamentações bilaterais definidas, ocorrem naturalmente há bastante tempo entre Oiapoque e Saint Georges (BOTELHO, 2017).

4 OIAPOQUE: CARACTERÍSTICAS, DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS E RELAÇÃO DE COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO COM O MUNICÍPIO DE SÃO JORGE NA GUIANA FRANCESA.

4.1 Oiapoque: Características gerais

A origem da cidade de Oiapoque está diretamente vinculada às políticas de povoamento, colonização e defesa do território, os primeiros habitantes da região foram os povos Waiãpi, A palavra Oiapoque tem origem tupi-guarany, sendo uma derivação do termo oiap-oca, que significa casa dos Waiãpi. O município de Oiapoque originou-se da morada de um mestiço, de nome Emile Martinic, o primeiro habitante não-índio do município sendo essa localidade conhecida como 'Martinica' (CONTE, 2007; IBGE, 2020).

Possui uma área de 23.034,392 km², e uma população estimada de 27.906 habitantes em 2020, com índice de desenvolvimento humano de 0,658 em 2010 (IBGE, 2021). Foi elevado à categoria de município com o nome Oiapoque, pelo Decreto-lei Federal n.º 7.578, de 23-05-1945 (Brasil, 1945).

Está situado no extremo norte¹² do Amapá (AMAPÁ, 2017; ALMEIDA, RAUBER; 2017; BOTELHO 2017). A cerca de 590 quilômetros de distância da capital Macapá, sendo o principal meio de acesso realizado pela BR-156. Limita-se com os Municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari (CONTE, 2007; AMAPÁ, 2017; BOTELHO, 2017).

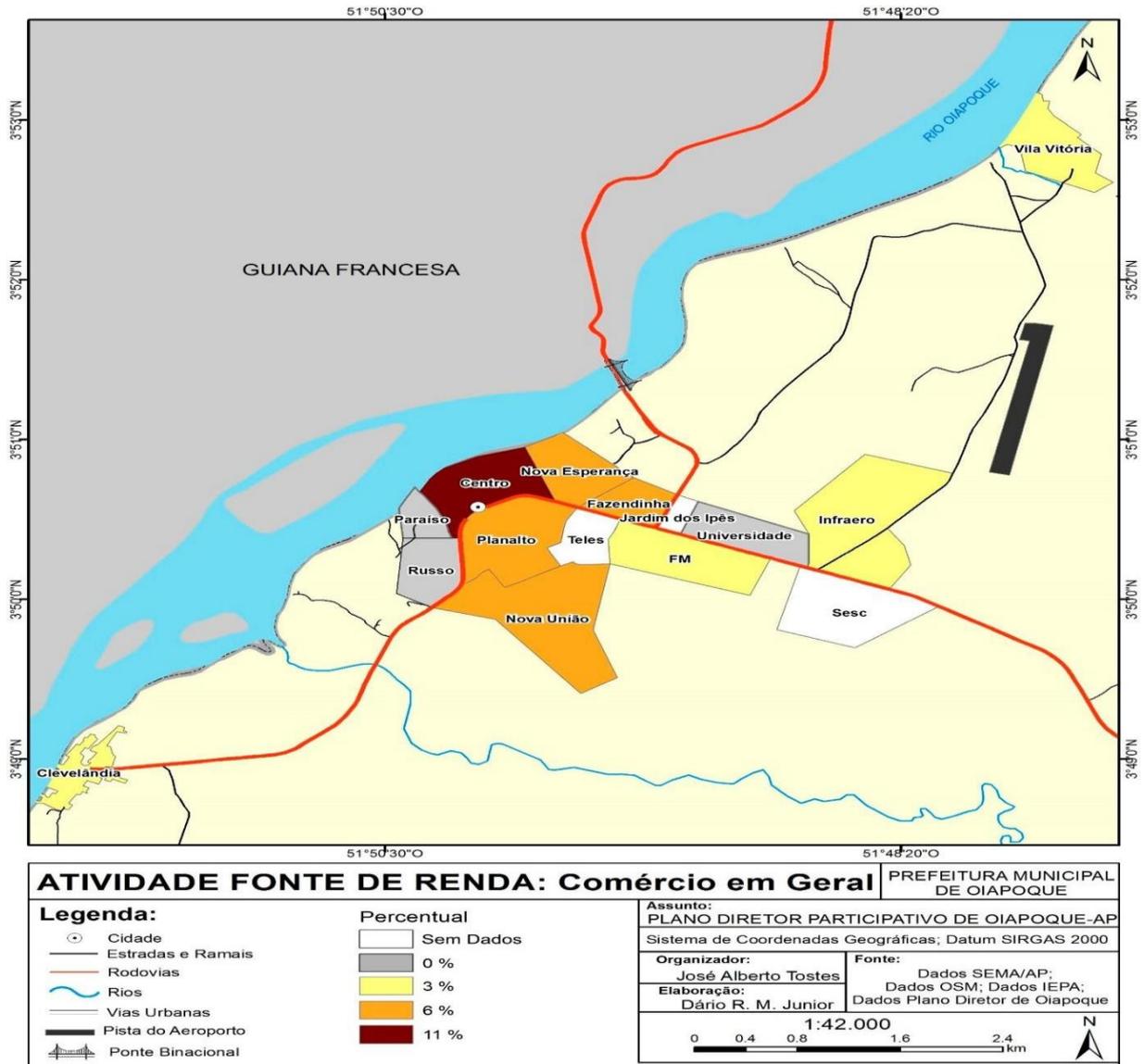
Faz parte da Faixa de Fronteira brasileira e está interligado pela BR 156 ao denominado “Corredor Transfronteiriço” que lhe permiti acesso rodoviário ao porto de Santana, e à Guiana Francesa, através da ponte Binacional (BOTELHO; TOSTES, 2015). É o único município amapaense com sede na linha de fronteira, sendo desta forma constituindo cidade-gêmea, com a cidade de Saint-Georges na Guiana Francesa (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

No Mapa 3, elaborado pelo Plano Diretor Participativo de Oiapoque (PDPO), é possível observar uma estrutura básica do município de Oiapoque com suas principais vias de ligação servindo para caracterizar os arranjos locais e conseqüentemente o objeto de estudo, além disso, esse mapa representativo indica a divisão percentual da fonte de renda do

¹² Oiapoque se destaca por ser conhecido comumente como o ponto máximo ao Norte do Brasil (Chuí é o ponto máximo ao Sul) popularmente a frase “do Oiapoque ao Chuí” representa essa conotação (CONTE, 2007).

comércio em geral, em que o bairro Centro concentra 11%, seguido pelos bairros (Planalto; Nova União; Nova Esperança e Fazendinha), com 6% e 3% nos bairros (FM e Infraero) (PDPO, 2020).

Mapa 3 - Atividade fonte de renda: comércio geral



Fonte: Prefeitura de Oiapoque (PDPO, 2020)

A cidade de Oiapoque é composta por treze bairros e uma área de quilombo: o Centro da cidade, o Bairro Nova Esperança, Bairro Nova União, Bairro Paraiso, Bairro Russo, Bairro Fazendinha, Bairro Universidade, Bairro FM, Bairro Planalto, Bairro Teles, Bairro Jardim do Ipês, Bairro Sesc e o Bairro Infraero, esses dois últimos caracterizando a periferia menos favorecida da cidade, enquanto o Centro, visivelmente mais estruturados (COSTA; BEZERRA, 2020).

4.2 Dinâmicas socioeconômicas e interações de comércio transfronteiriço entre Oiapoque e Saint George.

Para compreender a formação e a organização socioespacial e econômica do município de Oiapoque, é necessário considerar a construção histórica e geográfica do local, articulada com os contextos regional e global de desenvolvimento (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Segundo Feitosa e Moura (2018):

Ao se propor realizar um estudo sobre a dinâmica econômica de um determinado espaço, por meio de um acompanhamento voltado para questões sócio-espacial, econômico e cultural, pretende-se analisar e compreender a importância das transformações ocorridas no espaço estudado, desde sua origem até os dias atuais, a partir de informações e dados sobre o objeto de estudo da pesquisa (FEITOSA; MOURA, 2018, p. 48).

Segundo esses autores, a partir das observações econômicas e urbanas é possível fazer uma análise geográfica das questões socioeconômicas e espaciais relacionadas as dinâmicas comerciais, que se são integrantes dos espaços geográfico e principalmente das cidades (FEITOSA; MOURA, 2018).

O município de Oiapoque exemplifica uma região de fronteira diversificada, pois apresenta um dinamismo não homogênea, agrupando costumes e vivências de pessoas vindas dos mais diversos lugares, que por vez são bem diferentes dos costumes da população local, dos índios e moradores nascidos no município (COSTA; BEZERRA, 2020).

As cidades de fronteira por si só apresentam características diferenciadas dentro dos espaços territoriais que estão inseridos, muito em razão dos fluxos transfronteiriços, que ocorrem entre limites internacionais. Isso faz com que novas concepções sejam necessárias para readequar o posicionamento da fronteira, ou seja, entender esse espaço não apenas como limite territorial, mas como um espaço de diversidade social e interesses capitalistas (COSTA; BEZERRA, 2020).

O município de Oiapoque está situado ao norte do Amapá, com uma área de pouco mais de 22 mil Km², fazendo limite com Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Município de Laranjal do Jari. Nesse extremo setentrional do Brasil, a condição periférica no âmbito nacional e o estabelecimento de relações transfronteiriças na vida cotidiana da população compõem elementos fundamentais para a caracterização do contexto regional (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Dos 16 (dezesseis) municípios amapaenses, Oiapoque representa o polo regional setentrional do estado com posição estratégica¹³ na relação com o Platô das Guianas. Possuindo diferentes escalas geográficas, uma vez que a condição de fronteira impõe articulações entre os contextos local, regional e global. Embora, isolado no contexto nacional, sua condição de fronteira com a Europa lhe favorece uma relação diferenciada (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Do ponto de vista demográfico tem uma forte presença de populações indígenas nas aldeias dispersas em todo o território, fraca densidade populacional e presença de populações flutuantes provenientes de diversas regiões do Brasil para realizarem suas atividades de garimpagem na Guiana Francesa e no Suriname (PEITER, et al 2019).

A cidade de Oiapoque e Saint Georges, são duas possessões que possuem laços fortes no aspecto comercial e cultural. Essas influências são notáveis no cotidiano: pessoas de Oiapoque recorrem a Saint George nas áreas de saúde e educação; as pessoas de Saint George e Caiena buscam os estabelecimentos comerciais e muitos possuem propriedades (como casas residenciais, hotéis, restaurantes), em Oiapoque. Em comum existe o interesse pelos mesmos produtos como: perfumes, cosméticos e gêneros alimentícios brasileiros, sendo equipado em ambos os lados (FEITOSA; MOURA, 2018).

Oiapoque e Saint George construíram ao longo de suas histórias relações fronteiriças que transcendem os limites territoriais estabelecidos nos vários acordos de fronteira assinados entre essas duas fronteiras. O cotidiano destes dois territórios sempre esteve interligado, fato que facilitou as relações comerciais entre estes dois importantes domínios. Essas intensas relações diplomáticas tornam-se influentes na dinâmica econômica e na produção do espaço urbano de Oiapoque (FEITOSA; MOURA, 2018).

A cidade de Oiapoque, economicamente, até a primeira metade dos anos de 1990 esteve fundamentada na exploração mineral do ouro, que era moeda, causa da união de todos os povos, todas as classes sociais entre os territórios fronteiriços do Amapá e Guiana Francesa (FEITOSA; MOURA, 2018).

O referido metal era tido como o principal mecanismo de troca entre mercadorias, sendo considerado quase que exclusivamente a moeda de uso corrente na cidade de Oiapoque até início dos anos 2000 (NETO; SÁ, 2019).

¹³ As cidades localizadas na fronteira neste século XXI, assumem papel estratégico do ponto de vista econômico e da circulação por serem os pontos mais avançados da soberania deste país no contexto de cooperação e da integração regional (SILVA, 2013).

O ouro mobilizou pessoas e estimulou a circulação monetária. A “economia do garimpo”¹⁴, no entanto, não propiciou uma migração qualificada de capital econômico e cultural. Os recursos investidos não permanecem na região e a crescente exploração aurífera no cenário local e regional possibilitou certa especialização econômica que veio a promover uma intensa migração, circulação pendular de pessoas e o crescimento demográfico (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Até o mês de dezembro do ano 2001 a moeda francesa era o franco, de extensa circulação e detinha forte influência nas relações comerciais entre os povos das duas cidades fronteiras, Oiapoque e Saint George. Competia em igual patamar com o ouro e colocava a moeda brasileira, em posições inferiores do *ranking* monetário, na fronteira. O cruzeiro real era a moeda brasileira que vigorou de 1º de agosto de 1993 a julho de 1994. Nesse período funcionou como sistema de Unidade Real de Valor – URV. Antes desse período o Cruzeiro vivera várias outras fases de mudança no padrão monetário (FEITOSA; MOURA, 2018).

Em julho de 1994, quando a República Federativa do Brasil tinha como Presidente Itamar Franco e como Ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso, o real entra em circulação e marca a economia brasileira. O real mudou os rumos econômicos do Brasil, trouxe confiança para o mercado brasileiro e, especialmente na fronteira franco-brasileira, abalou o império do franco. Oito anos depois, a França adotou o euro como moeda nacional e o real brasileiro, perdeu espaço no mercado da fronteira. O euro entrou em circulação oficial em janeiro do ano 2002, imediatamente passou a circular, também, na cidade de Oiapoque, dominando o mercado local (FEITOSA; MOURA, 2018).

O euro dinamizou a economia da Europa e de outros continentes, atraiu grandes investimentos, dominou o mercado, e promoveu a criação do maior espaço econômico mundial ao redor de uma mesma moeda. Com esse mesmo poderio conquistou os elementos relacionais da política econômica, influenciando na área fronteiriça. Na primeira metade dos anos 2000, três elementos monetários protagonizavam com o mesmo peso no mercado local de Oiapoque: o ouro, o euro e o real. E os três, cada um na sua importância, dinamizavam o mercado local (FEITOSA; MOURA, 2018).

¹⁴ As demandas logísticas e a renda da garimpagem do ouro passaram a centralizar, no núcleo urbano de Oiapoque, todo um conjunto de outras atividades existentes enquanto ramificações do próprio garimpo, tais como os pousos para trabalhadores potenciais, o comércio de mercadorias de consumo individual, de instrumentos de trabalho e de insumos investidos na atividade produtiva, o transporte de pessoas e mercadorias até as zonas de garimpo, a facilitação da prostituição, a venda e a transformação do ouro. Dessa forma, a “economia do garimpo” colocou-se como vetor de adensamento urbano a partir principalmente do núcleo de Oiapoque (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

Por força sobretudo de leis ambientais, a partir do ano de 2005, o ouro foi diminuindo sua presença na cena, o real não encontrou a mesma força que o euro. A intenção aqui é tratar dos fatores que influenciam a economia de Oiapoque na contemporaneidade. Portanto, é justo falar de um elemento que a partir do instante que chegou a Oiapoque dinamizou as trocas comerciais do município, relacionando-se com novas formas de produção do espaço urbano (FEITOSA; MOURA, 2018).

Essa percepção e avaliação difusa entre garimpeiros oriundos das populações nordestinas e amazônicas do Brasil, criou uma visão auspiciosa, promissora e propiciadora da fronteira do Amapá com a Guiana Francesa por concentrar elevada quantidade de recursos naturais (NETO; SÁ, 2019).

Na primeira metade dos anos 2000, três elementos monetários protagonizavam o mercado local de Oiapoque: o ouro, o euro e o real, cada um com a sua importância. Até dezembro de 2001, a moeda francesa em circulação era o franco que detinha forte influência nas relações comerciais nas cidades fronteiriças competindo de igual patamar com o ouro e colocava a moeda brasileira em desvantagens. Em julho de 1994, quando a República Federativa do Brasil tinha como Presidente Itamar Franco, o real entrou em circulação mudando os rumos econômicos do Brasil, trazendo confiança para o mercado brasileiro abalando o império do franco (FEITOSA; MOURA, 2018).

Já no final do século XX, o núcleo urbano de Oiapoque concentrava movimentos migratórios oriundos principalmente da capital amapaense e dos estados do Pará, Maranhão e Ceará (ALMEIDA, RAUBER, 2017; PEITER, et al 2019).

Entre os principais objetivos do fluxo migratório na região estão: chegar à Europa, via Guiana Francesa; “ganhar em euro”¹⁵, trabalhando geralmente em atividades que necessitam de força física e baixa qualificação profissional; trabalhar no garimpo, trabalhando nos garimpos ilegais em território internacional (ALMEIDA, RAUBER, 2017; NETO, SÁ, 2019; PEITER, et al 2019). Outro fator que se apresenta como oportunidade na região é o comércio transfronteiriço entre os países vizinhos (PEITER, et al 2019).

Por outro lado, os franceses e/ou crioulos e guianenses vêm ao Brasil em busca de “turismo” diverso e de comércio em “reais” frente a moeda brasileira desvalorizada. Esse turismo está associado ao setor de diversão, como o ecoturismo e o turismo sexual (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

¹⁵ Em 2014, o salário mínimo no Brasil era de cerca de 180 euros, na Guiana era de 1.400 euros (PEITER, et al 2019).

Na atualidade, outras formas de socialização no mercado das trocas simbólicas e materiais são acionadas para além do ouro, apresentando-se como novo mecanismo de geração de riqueza local em sentido social e financeiro (NETO; SÁ, 2019). Essa nova dinâmica, não tão dependente da economia do garimpo, está associada cada vez mais à promoção do comércio transfronteiriço, culminando com a fortificação do mercado local e regional (ALMEIDA; RAUBER, 2017, FEITOSA; MOURA, 2018).

O comércio fronteiriço local, apresenta diversidade de mercadorias, em setores como o de gêneros alimentícios, bebidas, confecções, calçados, artigos para cama, mesa e banho, eletrodomésticos, móveis, artesanatos, cosméticos, jóias, materiais e equipamentos para garimpo¹⁶, combustível e material de construção (FEITOSA; MOURA, 2018).

Visando atender essa demanda, Oiapoque compatibilizou sua estrutura social e física, para atender seu público alvo. Desta forma, houve crescimento considerável na rede de hotelaria, balneários, gastronomia diversificada, modernização dos prédios residenciais e comerciais, aumento de instituições públicas e organizações civis. Exigindo melhoria na qualidade da oferta dos serviços e produtos, para este último, visando atender parte dessa demanda, foi criada a Associação Comercial de Oiapoque (ACOI) em 13/09/1997, com o objetivo de organizar melhor a classe empresarial e também buscar melhorias para o mercado local de Oiapoque (FEITOSA; MOURA, 2018).

No comércio local os produtos e serviços podem ser adquiridos utilizando como forma de pagamento o euro, portanto, saber a cotação euro/real e o valor da grama do ouro é prática comum entre muitos comerciantes transfronteiriços. O câmbio por vezes é realizado pelos comerciantes, com menores preços de mercado objetivando torná-los atrativos aos compradores. A referida moeda, possui poder de compra quatro vezes maior do que o real, propicia novos arranjos econômicos e sociais entre os habitantes fronteiriços (NETO; SÁ, 2019).

A economia do euro é um fator importante para o setor de comércio local, A valorização da moeda europeia estimula o câmbio com a moeda brasileira, o que possibilita aos turistas maior poder de compras. Normalmente essas compras se realizam na cidade de Oiapoque, favorecendo a economia local (FEITOSA; MOURA, 2018).

De forma direta e indireta, o ouro e o euro repercutem na composição dos preços das mercadorias nos estabelecimentos comerciais em Oiapoque. Outro fator a ser considerado

¹⁶ Esses comércios vendem ferramentas utilizadas nos garimpos como motores elétricos e ferramentas manuais, além de alimentos enlatados e produtos de higiene pessoal, estes comércios aceitam como moeda de pagamento o real e o euro (FEITOSA; MOURA, 2018, p. 56).

para desenvolvimento do comércio e da cidade, é a condição da BR 156, no trecho não pavimentado entre Calçoene e Oiapoque, os atoleiros dificultam os transportes de cargas e passageiros, implicando diretamente na composição dos preços de passagens e mercadorias na cidade (FEITOSA; MOURA, 2018). Além disso, a consolidação de um grupo empresarial associado ao comércio em Oiapoque depende muito das melhorias na rede de infraestrutura, transporte, energia e comunicação (ALMEIDA; RAUBER, 2017).

O euro é uma realidade em Oiapoque, grande parte dos estabelecimentos comerciais, formais e informais, negociam em euro, entre os principais estabelecimentos que aceitam essa moeda como pagamento são: restaurantes, hotéis, pousadas, bares, comércios de grande porte e estabelecimentos comerciais vinculados a atividades turísticas, como os balneários. A valorização do euro permite a comercialização e um número considerável de turistas em Oiapoque (FEITOSA; MOURA, 2018).

No caso do ouro, mesmo tendo diminuído consideravelmente sua presença nas atividades comerciais (ALMEIDA; RAUBER, 2017; FEITOSA; MOURA, 2018), existem muitos estabelecimentos comerciais que movimentam o comércio local trabalhando com material para a atividade de garimpo, vendendo ferramentas manuais, motores elétricos, alimentos enlatados, produtos de higiene pessoal, aceitando como pagamento o real e o euro. Outros estabelecimentos como joalherias e casas de câmbio, compram e comercializam o ouro e o euro (FEITOSA; MOURA, 2018).

Assim, o comércio local continua com forte relação direta e indireta com o ouro e o euro (FEITOSA; MOURA, 2018). A relação euro e o ouro vêm se destacando como um processo de mudança nas práticas comerciais fronteiriças, pela importância que se atribui ao comércio fronteiro com o objetivo de oferecer bens e serviços na fronteira para aqueles que possuem o euro como moeda, modificando o perfil do comércio exercido exclusivamente para o ouro (NETO; SÁ, 2019).

O ouro e o euro surgem, portanto, como norteadores econômicos das práticas sociais fronteiriças, inspirando novos significados às trocas monetárias e reorganizando as relações de trabalho, atuando como moedas simbólicas que organizam as atividades cotidianas da região (NETO; SÁ, 2019). Apesar do esfriamento nas relações diplomáticas, que há mais de uma década o lado brasileiro vem sofrendo com políticas protecionistas dos governantes franceses e guianeses, as relações comerciais entre Oiapoque e Saint George se mantêm firmes nos dias atuais, avançando nos laços fronteiriços, sendo a relação comercial entre os países fator crucial para o desenvolvimento destes territórios (FEITOSA; MOURA, 2018).

5 ANÁLISE DO COMÉRCIO DE OIAPOQUE: PARTICIPAÇÃO, DESEMPENHO E COMÉRCIO TRANSFRONTEIRIÇO.

Essa seção visa apresentar uma análise socioeconômica dos setores produtivos no município de Oiapoque, a participação do setor de comércio local na economia e a relação de comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana Francesa/FR.

Para isso, serão apresentados e considerados dados sobre: 1 - PIB¹⁷ e renda per capita; 2 – Divisão do PIB por setor econômico “ótica da produção”¹⁸; 3 – dados estatísticos sobre estabelecimentos e vínculos empregatícios, e, por fim, serão apresentados dados relativos ao comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana Francesa. Cabe ressaltar que os dados apresentados consideram uma escala decrescente em nível nacional, regional e local para parametrizar os níveis de participação econômica do estado do Amapá em relação ao cenário econômico brasileiro e posteriormente enfatizar aspectos da economia local.

Nesse sentido, inicialmente, a Tabela (1) abaixo apresenta a evolução do PIB do Brasil, da região Norte e do Amapá a preço corrente nos períodos entre 2010, 2015 e 2020, para efeito de comparação em termos de participação do PIB Norte/Brasil e Amapá/Norte.

Tabela 1 – PIB a preços correntes Brasil, Norte e Amapá 2010 – 2020

Ano	BRASIL	NORTE	AMAPÁ
2010	3.885.847.000	207.093.645	8.237.795
2015	5.995.787.000	320.688.313	13.861.293
2020	7.609.597.000	478.173.049	18.469.115

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

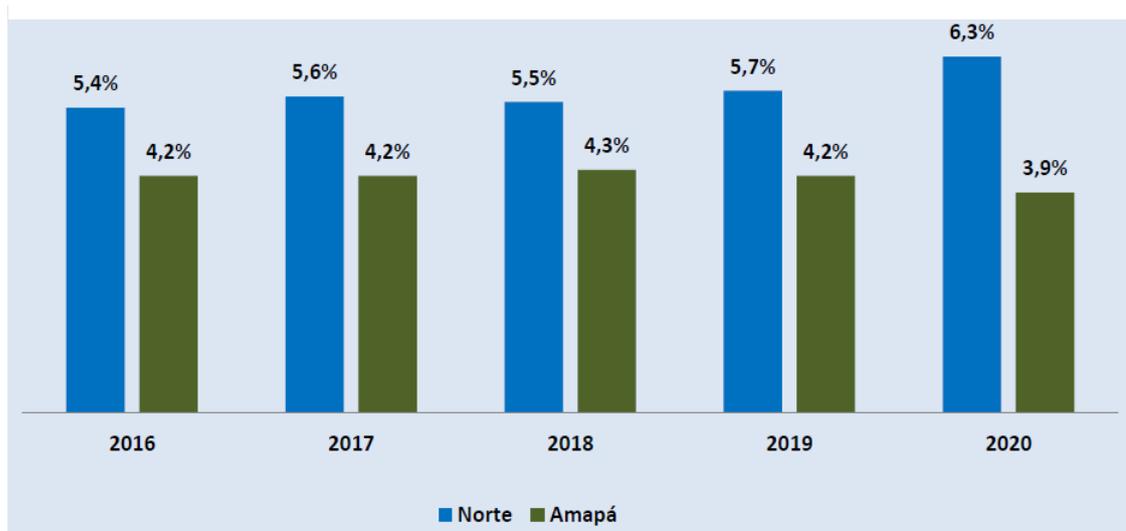
Em 2020, o PIB do estado do Amapá foi estimado em R\$ 18,5 bilhões, o que representou 3,9% de participação na composição econômica da região norte, e 0,2% na economia nacional, mantendo esse percentual dos últimos 05 anos, ficando em 25º lugar na posição do valor do PIB, quando comparando aos demais estados Brasileiros (IBGE; SEPLAN, 2022).

¹⁷ O PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. o PIB é um indicador de fluxo de novos bens e serviços finais produzidos durante um período (IBGE, 2023).

¹⁸ A mensuração dos principais agregados macroeconômicos, realizada pela “ótica da produção”, mostra os resultados do processo de produção, indicados pelo Valor Adicionado Bruto - VAB e o Produto Interno Bruto – PIB, demonstrando o dinamismo da economia estadual, no período, a partir do desempenho dos setores econômicos (primário, secundário e terciário), por unidade administrativa, na geração da riqueza estadual. (IBGE; SEPLAN 2022).

No período entre 2016 a 2020, o PIB apresentou resultados semelhantes em termos percentuais no comparativo de participação da região Norte em relação ao Brasil e o Amapá em relação a região Norte, em 2020 houve um pequeno crescimento no percentual de participação da região Norte, por outro lado houver uma redução percentual de participação do Amapá em relação a região Norte, conforme pode ser observado no Gráfico (5) abaixo

Gráfico 5 - Participação do PIB Norte/Brasil e Amapá/Norte 2016 – 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em termos de Participação percentual do valor adicionado bruto por setor econômico no estado do Amapá, Tabela (2) abaixo, é possível observar que as atividades do setor terciário representaram a maior participação do valor adicionado bruto do Amapá no período de 2016 a 2020, indicando uma forte concentração deste setor na economia do estado.

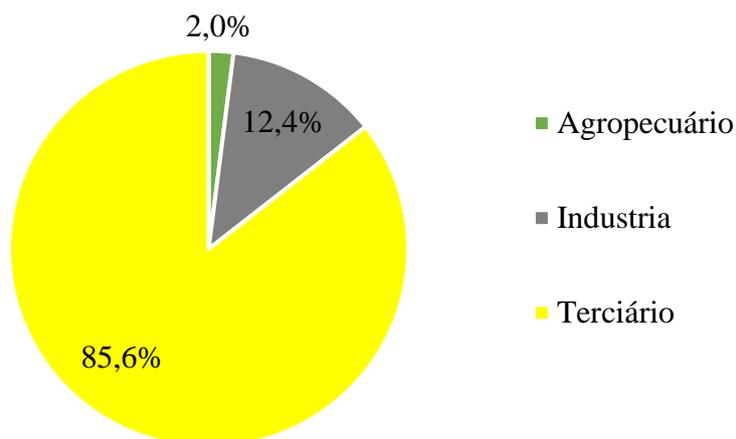
Tabela 2 - Participação do Valor Adicionado Bruto por Setor Econômico do Amapá 2016 - 2020

VA	(%)				
	2016	2017	2018	2019	2020
Total	100	100	100	100	100
Primário	2,2	2,2	1,8	1,9	2
Secundário	11,8	10,6	11,7	9,3	12,4
Terciário	86	87,2	86,5	88,8	85,6

Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em 2020, o setor terciário representou 85,6% de participação do valor adicionado bruto do estado, por outro lado, os setores de agropecuária com 2% e a indústria com 12,4% não chegaram a 15% de participação, conforme pode ser observado no Gráfico (6) abaixo.

Gráfico 6 - Participação do Valor Adicionado Bruto do Amapá, por setor de atividade 2020



Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

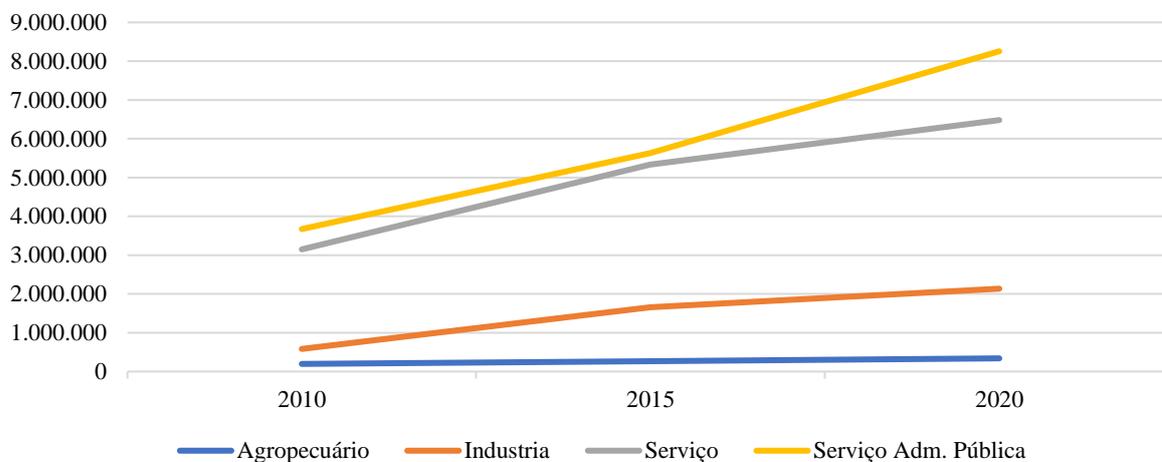
Em relação a composição do PIB do Amapá a preços correntes por setor de atividades econômicas entre 2010 a 2020 conforme Tabela (03) abaixo, é possível observar que as atividades de serviços e administração pública (setor terciário) representam a maior concentração do PIB amapaense na série avaliada.

Tabela 3 - PIB valor adicionado bruto a preços correntes por setor de atividade no Amapá 2010/2020

Ano	Agropecuário	Industria	Serviço	Adm. Pública	Total
2010	196.013	583.104	3.149.815	3.672.783	7.601.715
2015	269.394	1.657.752	5.334.001	5.629.653	12.890.800
2020	339.906	2.134.852	6.481.918	8.255.441	17.212.117

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

Cabe salientar que as atividades de serviço e administração pública que representam atividades do setor terciário tem apresentado crescimento proporcional no estado, especialmente esta última que tem aumentado a participação na concentração do PIB estadual conforme pode ser observado no Gráfico (7) abaixo.

Gráfico 7 - valor adicionado bruto a preços correntes no Amapá 2010/2020

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

Em termos de participação percentual, especificamente no setor terciário no estado do Amapá, as atividades de Administração Pública foram responsáveis por mais de 55% de participação do valor adicionado bruto, seguido pelas as atividades de serviços com mais de 30%, e as atividades de comércio que corresponderam pouco mais de 13% de participação durante o período de 2016 a 2020, conforme pode ser observado na Tabela (4) abaixo.

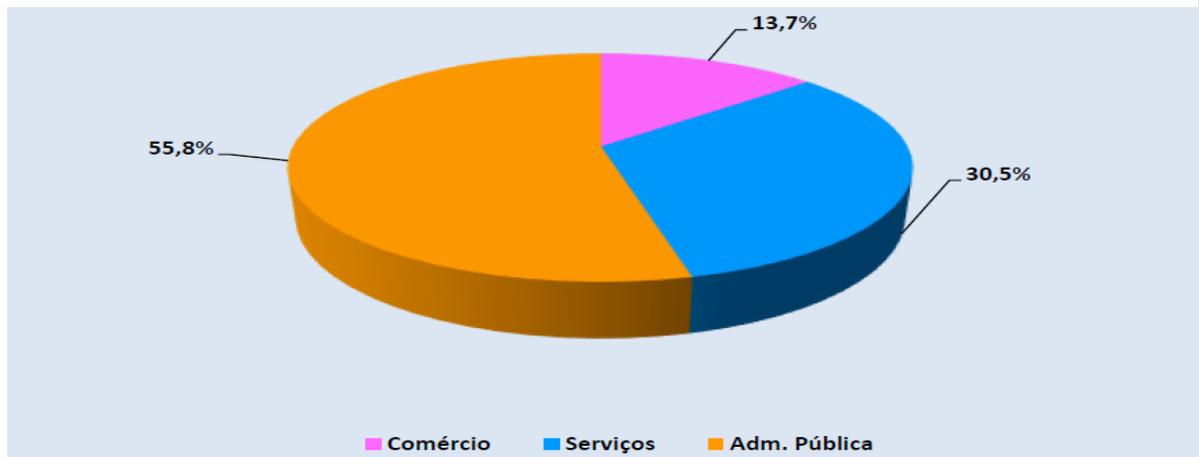
Tabela 4 - Participação do valor adicionado bruto, por setor econômico do setor terciário do Amapá (2016 a 2020)

VA	(%)				
	2016	2017	2018	2019	2020
VA	100	100	100	100	100
Adm. Pública	53,7	53,0	53,0	53,9	55,8
Comércio	13,0	14,0	14,4	13,6	13,7
Serviços	33,3	33,0	32,6	32,5	30,5

Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em 2020, as atividades de administração pública representaram 55,8% de participação do setor terciário, as atividades de serviço representaram 30,5% e as atividades de comércio representaram 13,7% deste setor em 2020, conforme pode ser observado no Gráfico (8) abaixo.

Gráfico 8 - Participação do valor adicionado bruto, por setor econômico do setor terciário do Amapá em 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em relação à composição do PIB do Amapá por divisão municipal conforme indicado na Tabela 5 abaixo, é possível observar que a primeira posição é ocupada pela capital Macapá, seguido pelos municípios de Santana, Laranjal do Jari e Ferreira Gomes, o Município de Oiapoque vem ocupando a quinta posição.

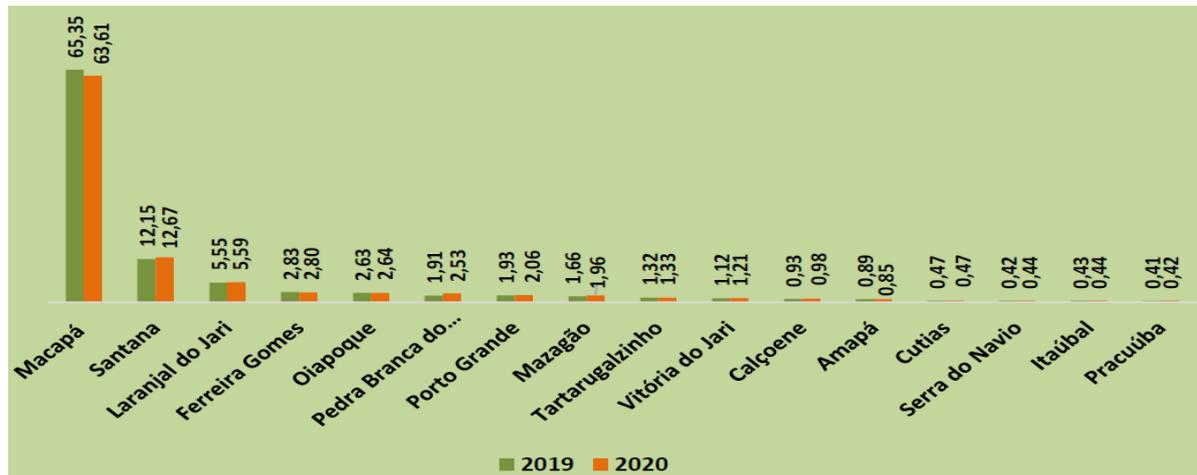
Tabela 5 - PIB a preços de mercado do estado e municípios 2010 - 2020

ANO	2010	2015	2020	
			PIB	POSICÃO
ESTADO	8.237.795	13.861.293	18.469.115	-
Macapá	5.503.896	9.126.377	11.735.557	1
Santana	1.075.428	1.936.602	2.341.304	2
Laranjal do Jari	346.803	531.997	1.034.560	3
Ferreira Gomes	69.508	351.803	519.209	4
Oiapoque	193.371	305.452	488.209	5
Pedra Branca	171.959	288.571	469.238	6
Porto Grande	211.985	295.789	381.528	7
Mazagão	150.946	204.408	363.565	8
Tartarugalzinho	101.676	165.606	246.100	9
Vitória do Jari	104.285	147.967	224.213	10
Calçoene	83.485	136.608	181.556	11
Amapá	77.628	131.867	157.700	12
Cutias	39.502	64.196	87.445	13
Serra do Navio	37.563	60.383	81.345	14
Itaubal	32.633	57.149	80.823	15
Pracuúba	37.126	56.518	76.761	16

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

Em termos de participação percentual dos municípios no PIB do estado do Amapá (Gráfico 9) abaixo, é possível observar que existe uma grande concentração do PIB na capital Macapá, que representou mais de 65% de participação do PIB no estado.

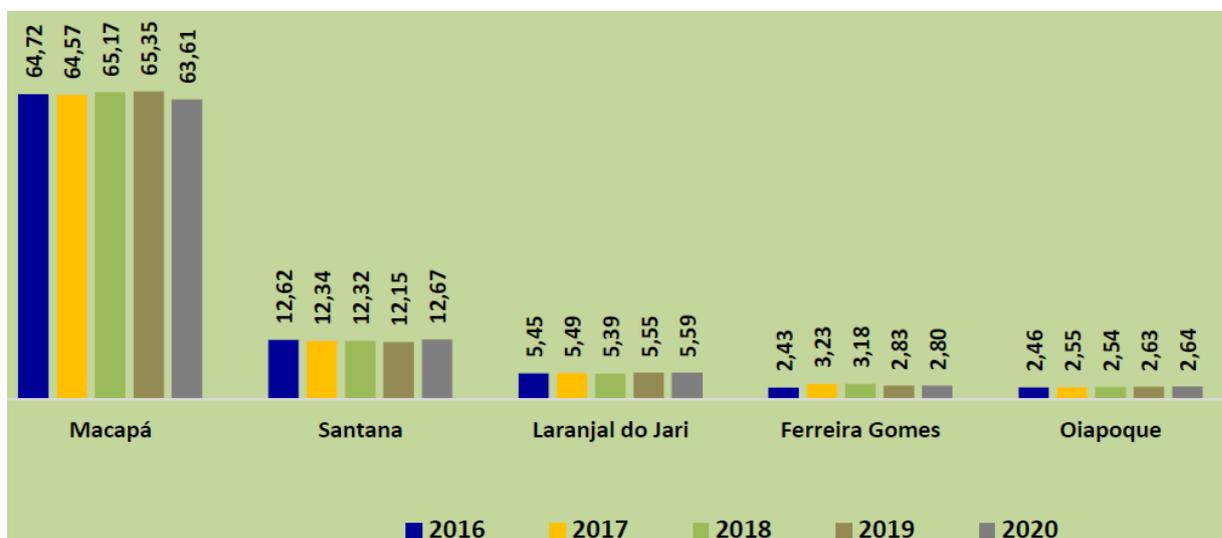
Gráfico 9 - Participação percentual dos municípios no PIB do Amapá 2019 - 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em 2020 a participação percentual dos cinco maiores municípios no desempenho do PIB do estado, representaram mais de 87% da produção, no Gráfico (10) é possível observar que a capital Macapá concentrou (63,61%), Santana (12,67%), Laranjal do Jari (5,59%), Ferreira Gomes (2,80%) e Oiapoque (2,64%). Entre os cinco, Santana, Laranjal do Jari, e Oiapoque registraram índices levemente crescentes de 2019 a 2020, ao passo que Macapá e Ferreira Gomes apresentaram diminuição percentual em sua participação no PIB, embora de poucas proporções, na participação relativa no PIB de 2019 (IBGE; SEPLAN, 2022).

Gráfico 10 - Participação percentual no PIB do Amapá dos cinco maiores municípios de 2016 - 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em relação ao PIB per capita dos municípios do estado do Amapá entre 2010-2020, conforme Tabela (6), é possível observar que o município de Ferreira Gomes ocupa a 1ª colocação, em 2ª lugar está o município de Pedra Branca do Amapari, que teve resultados superiores à capital Macapá.

Tabela 6 - PIB per capita dos municípios do estado do Amapá 2010-2020

ANO	2010	2015	2020	POSIÇÃO
Ferreira Gomes	12.042,21	50.978,51	65.169,94	1º
Pedra Branca	15.962,07	20.629,89	27.493,88	2º
Macapá	13.831,91	20.006,48	22.880,70	3º
Laranjal do Jari	8.712,54	11.638,02	20.142,52	4º
Santana	10.626,45	17.257,50	19.020,14	5º
Oiapoque	9.466,92	12.589,23	17.494,76	6º
Amapá	9.697,40	15.294,26	17.165,55	7º
Porto Grande	12.599,43	15.038,35	16.993,05	8º
Mazagão	8.863,52	10.444,43	16.485,98	9º
Calçoene	9.313,41	13.441,68	16.058,38	10º
Serra do Navio	8.519,72	12.228,27	14.822,34	11º
Pracuúba	9.813,84	12.473,72	14.632,36	12º
Itaubal	7.647,71	11.547,50	14.389,05	13º
Cutias	8.524,48	11.872,81	14.332,96	14º
Tartarugalzinho	8.176,59	10.886,56	13.849,97	15º
Vitória do Jari	8.379,70	10.301,23	13.794,34	16º

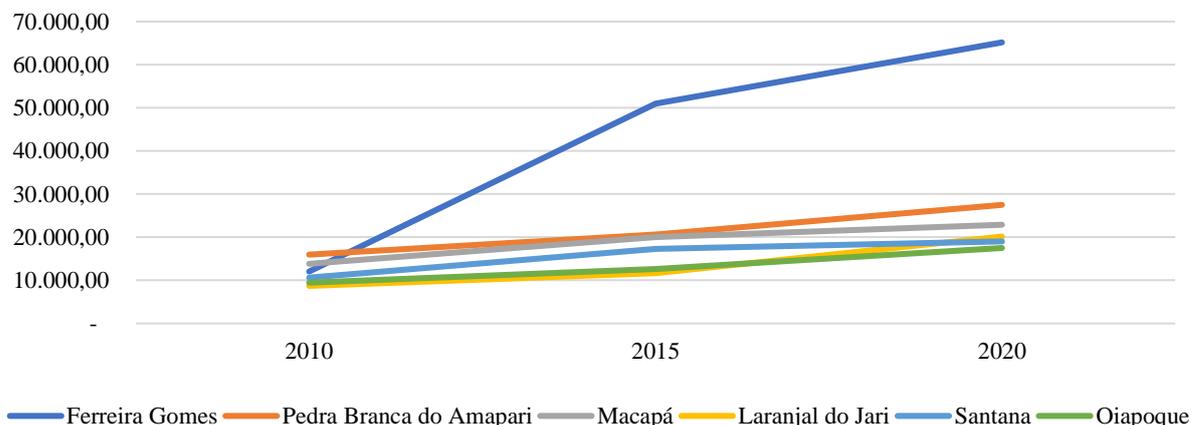
Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

O desempenho econômico significativo de Ferreira Gomes, se deu a partir de 2014 devido a ampliação do parque industrial de geração de energia elétrica, com a implantação das UHE's de Ferreira Gomes e Cachoeira Caldeirão, o PIB *Per Capita* de R\$ 28.435, em 2014, foi para R\$ 50.979 em 2015 (IBGE; SEPLAN, 2021; 2022).

A significativa evolução econômica do Município de Ferreira Gomes se consolidou a partir de 2014 e vem se perpetuando até 2020, impulsionada pela indústria de energia elétrica que mudou o seu perfil econômico e social, em decorrência da ampliação do parque de geração em seu território, com a implantação de importantes empreendimentos (UHE's "Ferreira Gomes" e "Cachoeira Caldeirão"), e também, recebido novos investimentos em diversos setores, como destaque o turismo que certamente vem crescendo a cada dia, explorando de forma plena todas as suas potencialidades gerando assim novos empregos e renda para o município (IBGE; SEPLAN, 2022, p.20).

Para efeito de melhor visualização, o Gráfico (11) abaixo foi elaborado com intuito de representar de forma mais nítida a evolução do PIB per capita dos seis maiores municípios do estado, e evidenciar o município de Ferreira Gomes que representa o maior PIB per capita do estado.

Gráfico 11 - PIB per capita dos 6 maiores municípios no estado do Amapá



Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

Em relação aos setores econômicos, a Tabela 7 abaixo, indica a participação dos setores produtivos no valor adicionado nos municípios amapaenses considerando os anos de referência de 2019 e 2020. Com exceção do município de Ferreira Gomes, todos os demais municípios do Amapá possuem maior concentração no setor terciário (serviço e administração pública).

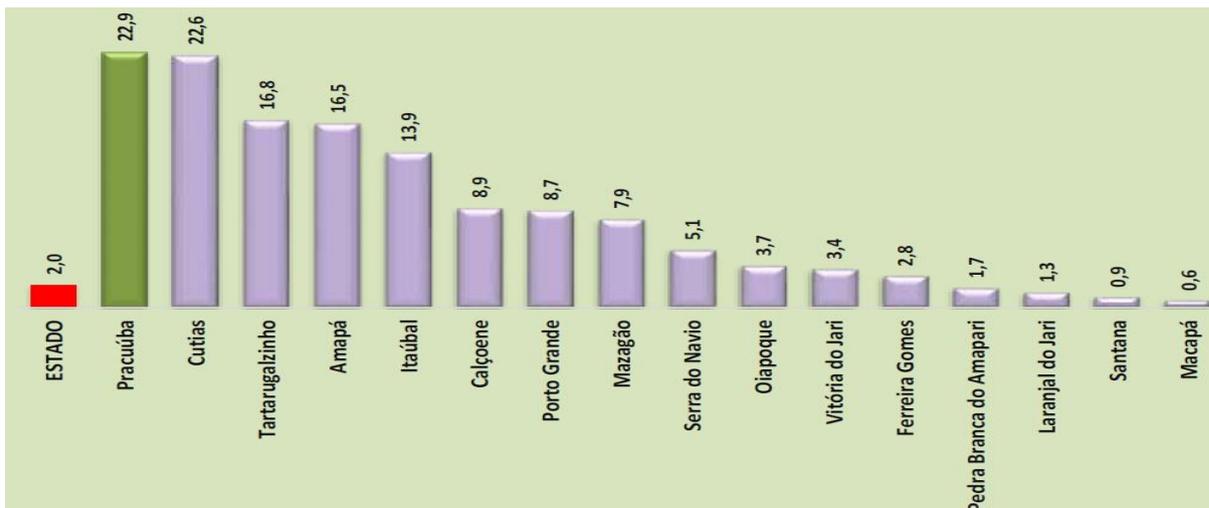
Tabela 7 - Participação dos setores produtivos no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá 2019 - 2020

ESTADO/MUNICÍPIOS	%							
	2019				2020			
	PRIM	SECUN	TERC	APU	PRIM	SECUN	TERC	APU
ESTADO	1,9	9,3	40,9	47,9	2,0	12,4	37,6	48,0
Serra do Navio	5,2	3,5	15,2	76,1	5,1	3,4	14,8	76,7
Amapá	15,7	2,4	24,3	57,6	16,5	5,1	18,2	60,2
Pedra Branca do Amapari	2,0	26,5	15,4	56,1	1,7	39,8	14,4	44,1
Calçoene	9,0	4,0	22,2	64,8	8,9	6,9	21,8	62,4
Cutias	20,8	1,4	10,6	67,2	22,6	1,2	9,0	67,2
Ferreira Gomes	3,3	72,8	5,1	18,8	2,8	73,1	4,8	19,3
Itaúbal	13,1	2,0	11,2	73,7	13,9	2,0	10,7	73,4
Laranjal do Jari	1,2	29,3	19,4	50,1	1,3	29,6	18,4	50,7
Macapá	0,6	5,8	50,1	43,5	0,6	7,9	47,2	44,3
Mazagão	9,1	5,8	13,8	71,3	7,9	14,2	13,9	64,0
Oiapoque	3,7	3,6	32,7	60,0	3,7	6,1	28,9	61,3
Porto Grande	8,7	5,8	20,6	64,9	8,7	10,8	18,2	62,3
Pracuúba	22,6	1,3	7,6	68,5	22,9	1,3	8,0	67,8
Santana	0,9	6,2	37,1	55,8	0,9	12,0	34,1	53,0
Tartarugalzinho	16,2	2,3	11,0	70,5	16,8	1,7	10,1	71,4
Vitória do Jari	3,6	4,7	12,7	79,0	3,4	6,7	13,2	76,7

Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em termos de participação percentual do setor agropecuário no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020, (Gráfico 12) abaixo, é possível observar que os municípios de Pracuúba com (22,9%), Cutias (22,6%), Tartarugalzinho (16,8%), Amapá (16,5%) e Itaúbal com (13,9%) foram os municípios que tiveram maior participação do setor agropecuário na composição do PIB dos municípios.

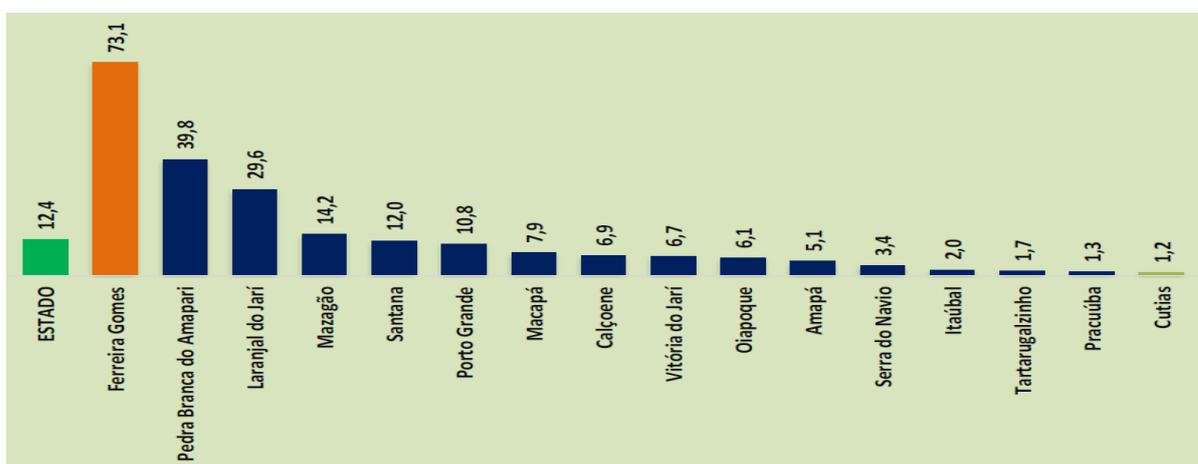
Gráfico 12 - Participação do setor agropecuário no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

No setor da indústria, como exposto anteriormente o município de Ferreira Gomes através da produção de energia elétrica tem se destacado no estado com a maior participação do setor da indústria na composição do valor agregado entre os municípios do estado conforme (Gráfico 13), em 2020, a participação deste setor no município foi de 73,1%, Pedra Branca teve participação de (39,8%), e Laranjal do Jari com (29,6%) sendo estes os municípios que apresentaram maior participação em termos de volume na indústria no estado.

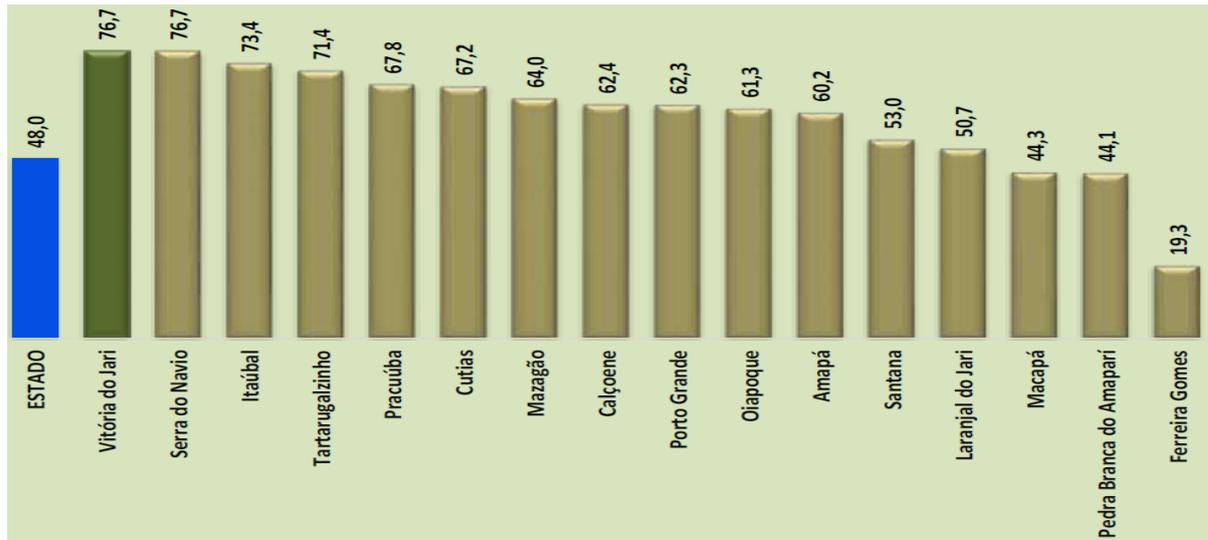
Gráfico 13 - Participação da Indústria no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020.



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em todo o estado, a participação das atividades de administração pública foram responsáveis por mais de 50% de toda a produção municipal, com exceção dos municípios de Ferreira Gomes, Pedra Branca e Macapá, indicando uma forte dependência dessas atividades nos municípios em todo estado. Conforme pode ser observado no Gráfico 14 abaixo.

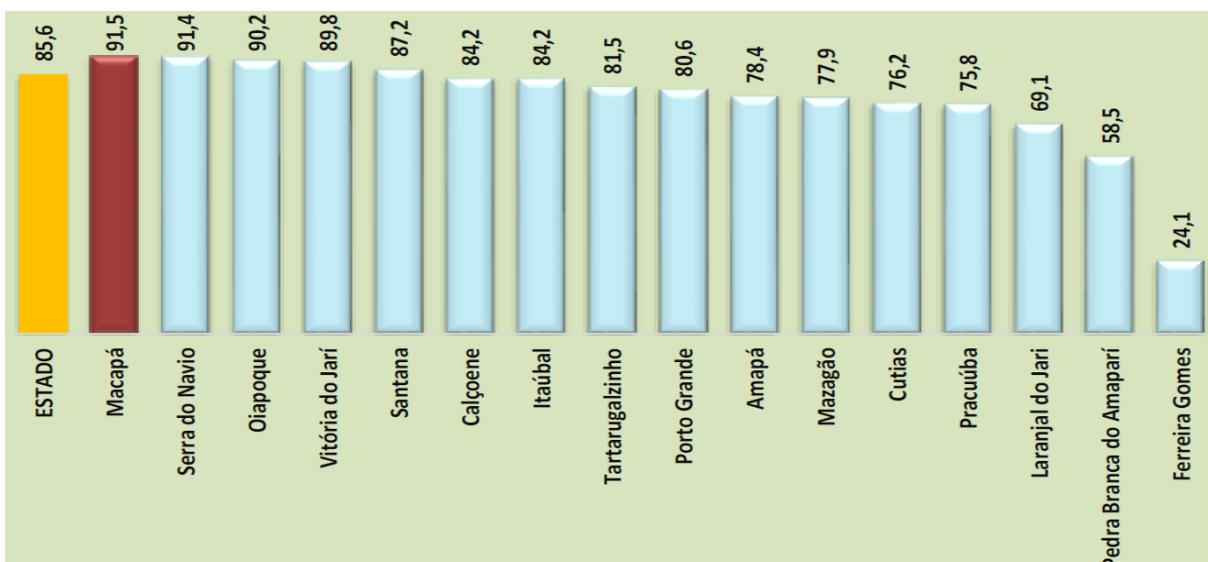
Gráfico 14 - Participação das atividades de administração pública no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em síntese, existe uma clara concentração da participação do setor terciário na composição econômica do estado representando uma média de 85,6% entre os municípios conforme pode ser observado no Gráfico (15) abaixo.

Gráfico 15 - Participação do setor terciário no valor adicionado nos municípios do estado do Amapá em 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

O município de Oiapoque, vem apresentando resultados semelhantes ao percentual de participação dos setores econômicos em todo estado, as atividades de serviços e administração representaram maior participação na composição do PIB no município conforme pode ser observado na Tabela 8, que representa a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020.

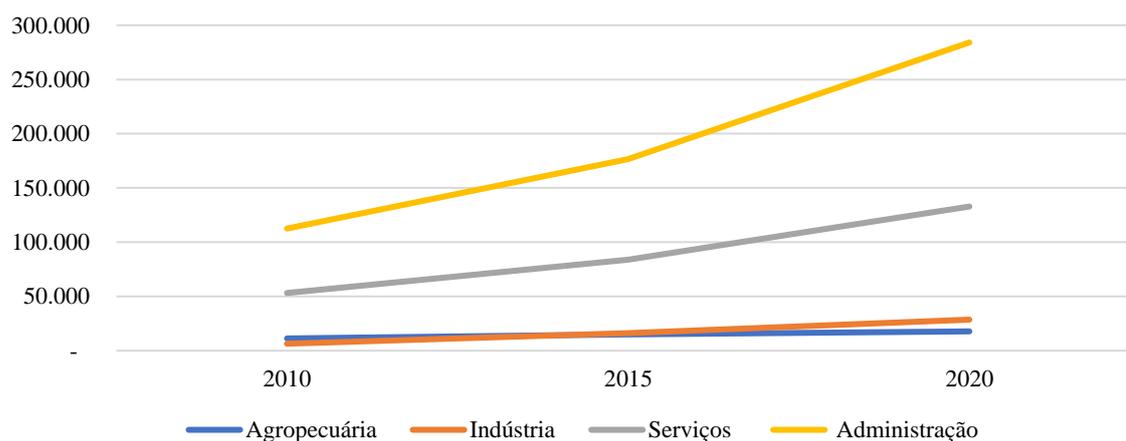
Tabela 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	Administração Pública
2010	11.296	6.418	53.203	112.586
2015	15.063	16.066	83.968	176.644
2020	17.805	28.603	132.901	284.090

Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

O Gráfico abaixo (16) indica a participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020. Sendo possível observar que as atividades administração pública tem aumentado o volume de participação em relação as demais atividades.

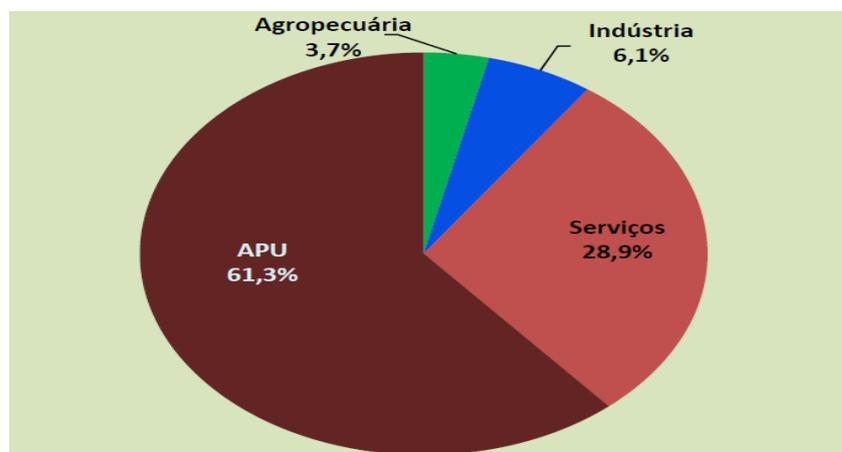
Gráfico 16 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque entre 2010 a 2020



Fonte: Contas Nacionais (IBGE, 2023) Adaptado pelo autor

Em termos percentuais em 2020, as atividades de administração pública foram responsáveis por 61,3% do PIB, serviços 28,9%, indústria 6,1% e agropecuária com 3,7% de participação conforme Gráfico 17 abaixo.

Gráfico 17 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque em 2020



Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

Em síntese as atividades do setor terciário (serviços e administração pública) foram responsáveis por 90,2% de participação do PIB em 2020. As atividades de administração com variação de 3,1 em relação a 2019, representaram 61,3% de participação em 2020, o segundo setor como maior participação no setor de serviço foi atividades imobiliárias com 9,7% de participação, as atividades do comércio foram responsáveis por 8,7% do setor. O setor agropecuário se manteve com o mesmo nível de participação em relação a 2019 com 3,7%. Já o setor de Indústria apresentou uma variação de 81,4% em relação a 2019, saindo de 3,6% para 6,1% de participação em 2020. Conforme pode ser observado na Tabela 9 abaixo.

Tabela 9 - Participação e variação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes do município de Oiapoque (2019 -2020)

(CONTINUA)

OIAPOQUE	(%)			
	Participação		Variação	
	2019	2020	2019/2018	2020/2019
VBP	100	100	8,6	6,1
AGROPECUÁRIO	3,7	3,7	5,5	7,8
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e à pós-colheita	0,2	0,2	0,8	12,8
Pecuária, inclusive apoio à pecuária Produção florestal, pesca e aquicultura	1,8	1,7	7,1	1
INDÚSTRIA	3,6	6,1	-38,7	81,4
Indústria Extrativa	0	0,2	-88,5	246,6
Indústria de Transformação	1,4	4,1	-62,6	247,5
SIUP	0,5	-0,1	-21,2	-121,5
Construção Civil	1,7	1,9	16,4	15,5

Tabela 9 - Participação e variação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços correntes do município de Oiapoque (2019 -2020)

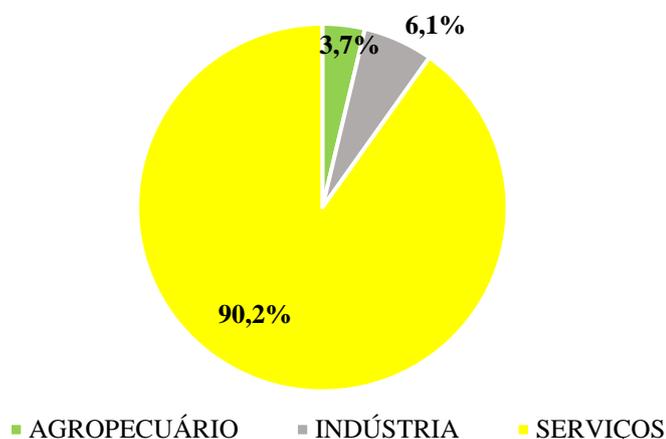
(CONCLUSÃO)

OIAPOQUE	Participação (%)			
	Participação		Variação	
	2019	2020	2019/2018	2020/2019
SERVIÇOS	92,8	90,2	12,1	3,1
Comércio e reparação de veículos automotores e motocicleta	9,4	8,7	6	-2,7
Transportes, armazenagem e correio	4,2	1,1	2,4	-6,3
Alojamento e alimentação	1,2	2,9	-0,9	-26
Informação e comunicação	0,8	0,9	35,6	20,3
Atividades financeiras de seguros e serviços relacionados	1	1	8,1	12,9
Atividades Imobiliárias	11,3	9,7	39,2	-8,5
Atividades profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares	3,2	3	13	-0,6
Administração, educação, saúde pesquisa e desenvolvimento público, defesa e seguridade social	61	61,3	9,8	8,5
Educação Saúde privada	0,1	0,1	25,5	2,3
Artes, cultura, esporte e recreação e outros serviços	0,6	1,5	12,4	-3,3

Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022)

As atividades de administração pública têm representado maior percentual de participação nas atividades econômicas do município de Oiapoque, sendo semelhante aos demais municípios do Amapá. O Gráfico 18, abaixo representa a participação percentual das atividades dos três setores econômicos em Oiapoque em 2020, sendo possível observar que o setor terciário representa 90,2% do PIB do município.

Gráfico 18 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço corrente em Oiapoque em 2020



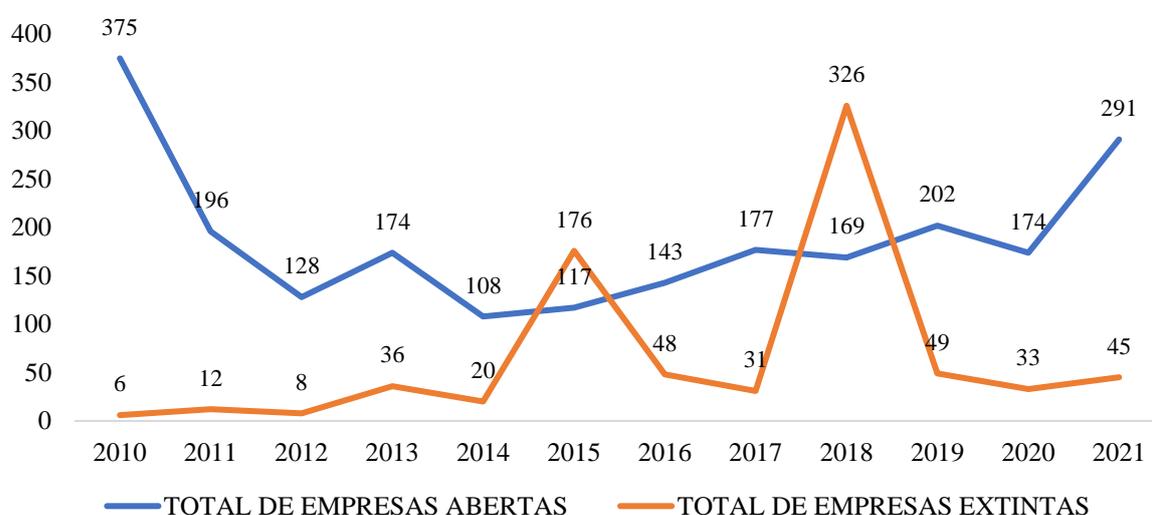
Fonte: IBGE/CONAC; SEPLAN/COPESEF (IBGE; SEPLAN, 2022) adaptado pelo autor

Em relação a atuação das empresas e vínculos empregatícios para entender como essas atividades tem contribuído para a dinâmica socioeconômica no município de Oiapoque, com destaque para o objeto desta pesquisa que visa entender a participação do comércio no município. Para isso serão considerados dados obtidos a partir do Painel do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) “RAIS”¹⁹, além de outras bases de dados institucionais.

Os dados sobre estabelecimentos e vínculos empregatícios por setor econômico, busca evidenciar um conjunto de dados relativos à participação socioeconômica das atividades produtivas no município de Oiapoque nos últimos 11 anos (2010 a 2021). Cabe esclarecer que os dados serão classificados por grupo de setores do IBGE e CNAE 2.0²⁰.

Segundo O MAPA DAS EMPRESAS²¹ o número de abertura e fechamento de empresas no município de Oiapoque entre 2010 a 2021, no Gráfico 19 é possível observar que após 2010 houve declínio do número de registro de abertura de empresas voltando a apresentar aumento significativo já em 2021 com 291 empresas abertas.

Gráfico 19 - Número de empresas abertas e fechadas em Oiapoque (2010-2021)



Fonte: Mapa de Empresas (ME, 2022)

¹⁹ “A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) tem por objetivo o suprimento às necessidades de controle da atividade trabalhista no país, para identificação dos trabalhadores com direito ao recebimento do Abono Salarial. Outras funções são o provimento de dados para a elaboração de estatísticas do trabalho e a disponibilização de informações do mercado de trabalho às entidades governamentais. Os dados coletados pela RAIS constituem expressivos insumos para atendimento das necessidades: da legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos Sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP (MTE, 2022).

²⁰ Classificação derivada da agregação das seções da classificação nacional de atividades econômicas (MTE, 2021, p.9).

²¹ O Mapa de Empresas - é uma ferramenta disponibilizada pelo Governo Federal que fornece indicadores relativos ao quantitativo de empresas registradas no País e ao tempo médio necessário para abertura de empresas (ME, 2022, pg 2).

Nos anos de 2015 e 2018 em decorrência das modificações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014 que determinou a não exigência dos comprovantes de regularidades fiscais para o encerramento de empresas e a Resolução CGSIM nº 44/2018, que possibilitou o encerramento (cancelado) pelo Governo Federal do Microempreendedor Individual (MEI) inadimplente que não tivesse entregado a declaração anual nos últimos dois exercícios, houve significativo do número de fechamento de empresas (MDICS, 2022).

Em relação à composição do Número de estabelecimento ativos por setor econômico no município de Oiapoque entre 2010 a 2021, conforme dados do Ministério do trabalho Tabela (10) é possível observar que houve uma redução do número total de estabelecimentos no município e que o setor de comércio possui a maior participação em relação aos demais setores econômicos.

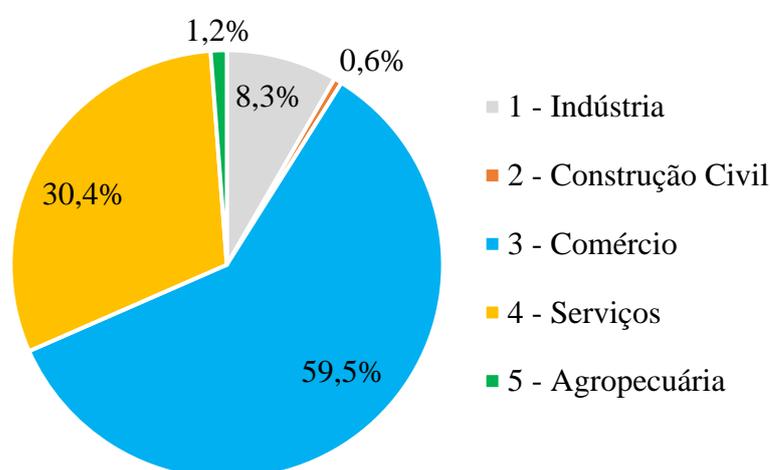
Tabela 10 - Número de estabelecimento ativos por setor econômico em Oiapoque – Rais Oiapoque 2010 a 2021

IBGE Gr Setor Oiapoque	2010	2015	2021
1 - Indústria	29	27	27
2 - Construção Civil	9	15	2
3 - Comércio	305	248	194
4 - Serviços	116	102	99
5 - Agropecuária	3	1	4
Total	462	393	326

Fonte: RAIS (MTP; 2022)

No Gráfico (20) abaixo, é possível observar que o setor de comércio representou o maior número de estabelecimento por setor econômico no município em 2021, com 59,5%.

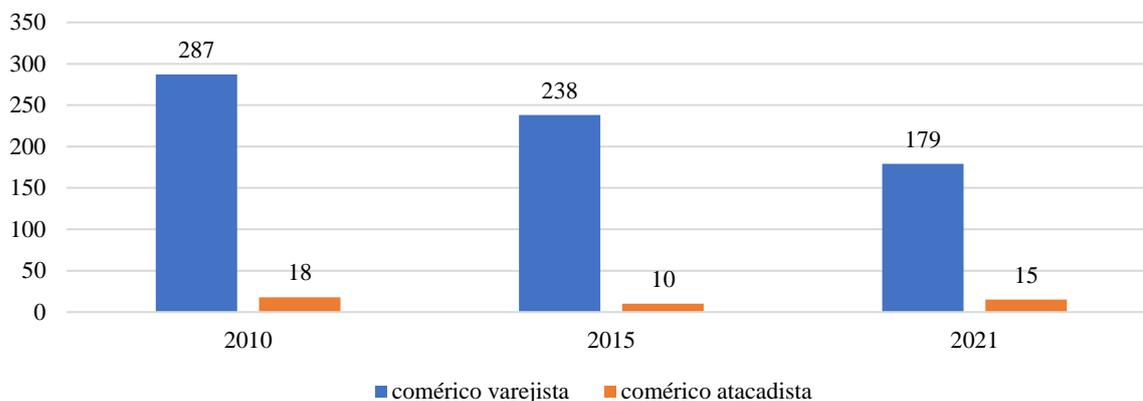
Gráfico 20 – Participação de estabelecimento por setor econômico em 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

Em relação ao grupo de estabelecimento que compõe o setor de comércio destaca-se o comércio varejista. Ressalta-se que após 2010 houve redução desse tipo de estabelecimento no município conforme indicado no Gráfico (21) abaixo.

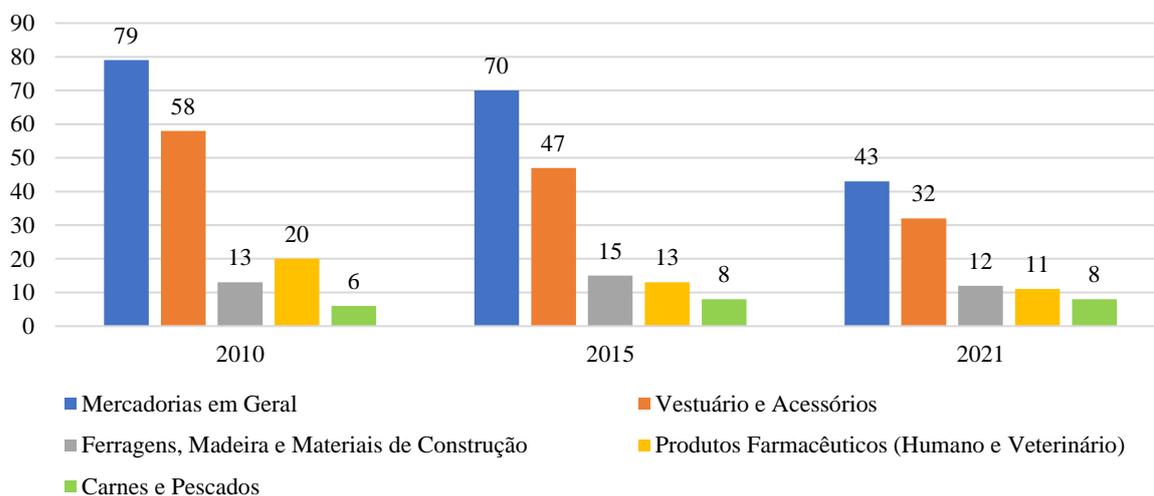
Gráfico 21 - Número de estabelecimento do setor de comércio por atacado e varejo



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

Existem 58 tipos de subclassificação das atividades do comércio, o varejo representa o segmento com o maior número de estabelecimentos registrados. No Gráfico (22) são apresentadas as cinco atividades com maior volume de participação no comércio varejista.

Gráfico 22 - Estabelecimentos predominantes no comércio varejista

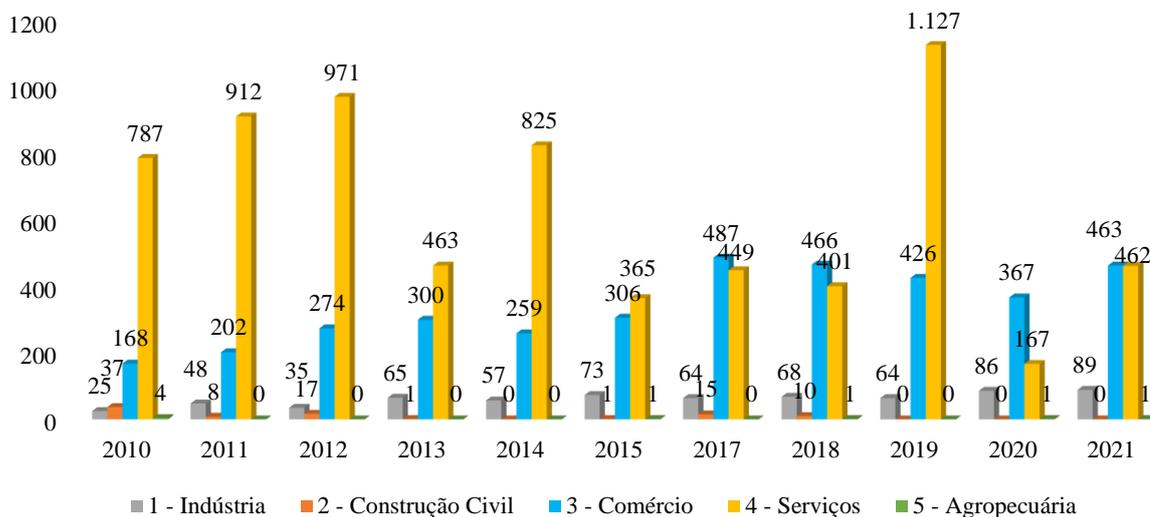


Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

No Gráfico 22 acima é possível observar que o comércio varejista de mercadorias em geral de produtos alimentícios é o ramo de atividade que apresenta o maior volume de participação, seguido pelo comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios. Cabe ainda ressaltar que as atividades deste segmento reduziram significativamente entre 2010 a 2021.

Em relação ao número de vínculos empregatícios ativos por setor econômico entre 2010 a 2021. No Gráfico 23 abaixo, é possível observar que o setor de serviço tem registrado maior volume de vínculos ativos declarados.

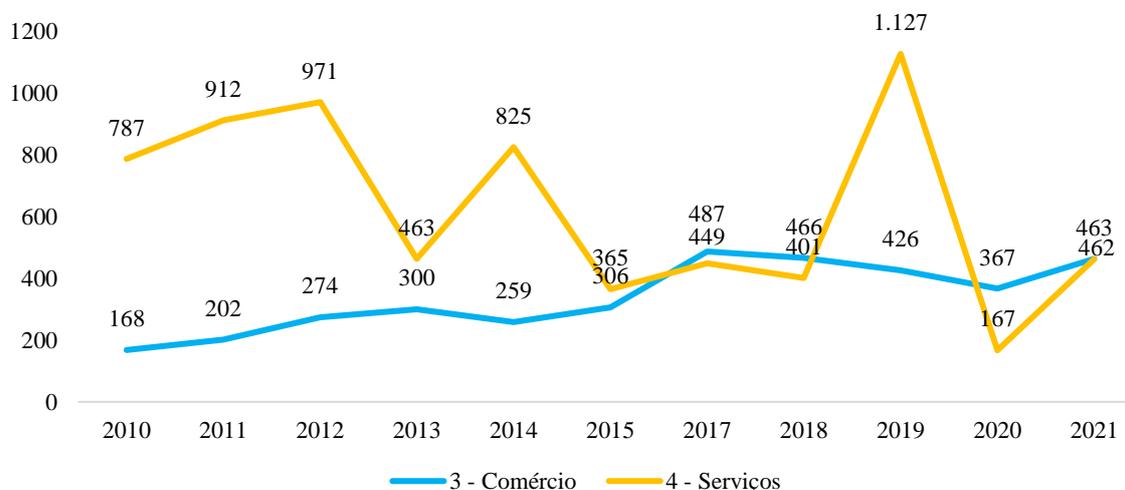
Gráfico 23 - Número de vínculos empregatícios ativos por setor econômico 2010 a 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

No entanto, é importante ressaltar que nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2021 o número de vínculos no setor de comércio foi superior ao de serviço demonstrando uma tendência de aumento gradativo no número de empregos registrados neste setor em Oiapoque. Essa tendência pode ser melhor observada no Gráfico (24) que apresenta um comparativo entre os setores de serviço e comércio.

Gráfico 24 - Número de vínculos empregatícios ativos (serviços e comércio)



Fonte: RAIS MTP (2022) Adaptado pelo autor

No aspecto da faixa de remuneração média em relação ao Salário Mínimo (SM) no agrupada entre os setores econômicos conforme Tabela 11 abaixo, é possível observar que a faixa de remuneração entre (1,01 a 1,50) representa o maior número de trabalhadores com vínculos ativos entre os setores econômicos recebendo esse valor.

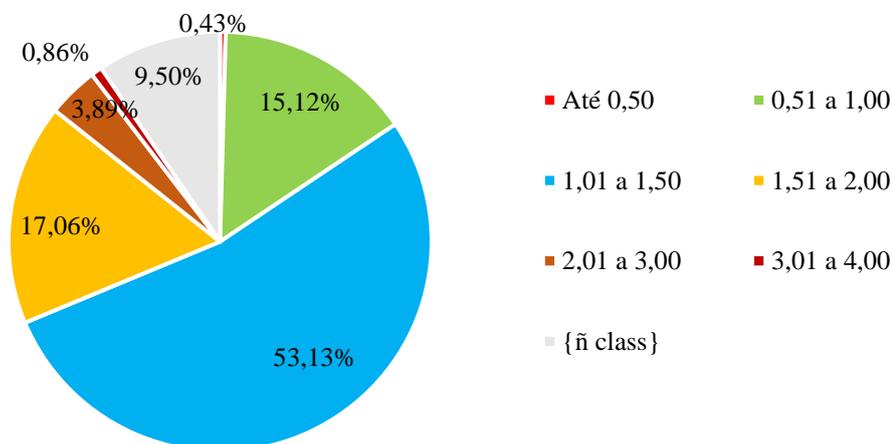
Tabela 11 - Faixa de remuneração média geral

IBGE Grande Setor	Faixa Rem. Média (SM)	2010	2015	2021
	Até 0,50	0	2	2
	0,51 a 1,00	70	87	125
	1,01 a 1,50	470	433	518
	1,51 a 2,00	189	122	174
Indústria;	2,01 a 3,00	122	52	85
Construção Civil;	3,01 a 4,00	87	27	26
Comércio;	4,01 a 5,00	46	9	9
Serviço e	5,01 a 7,00	25	5	12
Agropecuário	7,01 a 10,00	4	6	7
	10,01 a 15,00	2	2	6
	15,01 a 20,00	0	0	0
	Mais de 20,00	0	1	1
	{ñ class}	6	0	50

Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo altor

No setor de comércio, a faixa de remuneração média (1,01 a 1,50) representou mais de 53% do total trabalhadores com vínculos ativos, a segunda maior faixa salarial (1,51 a 2,0) representou 17,06%, e a faixa (0,51 a 1,00) representou 15,12% do total vínculos ativos no setor de comércio em 2021, conforme Gráfico 25 abaixo.

Gráfico 25 - Faixa de remuneração média no setor de comércio 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo altor

Nos níveis de escolaridade agrupado entre os setores econômicos em Oiapoque (Tabela 12) é possível observar que existe uma redução do analfabetismo indo de 9 em 2010 para 3 em 2021, redução do grupo de pessoas com nível fundamental (fundamental completo, 6ª a 9ª fundamental, 5ª completo fundamental, até 5ª incompleto), e aumento dos níveis de ensino médio (incompleto e completo) e superior (incompleto e completo).

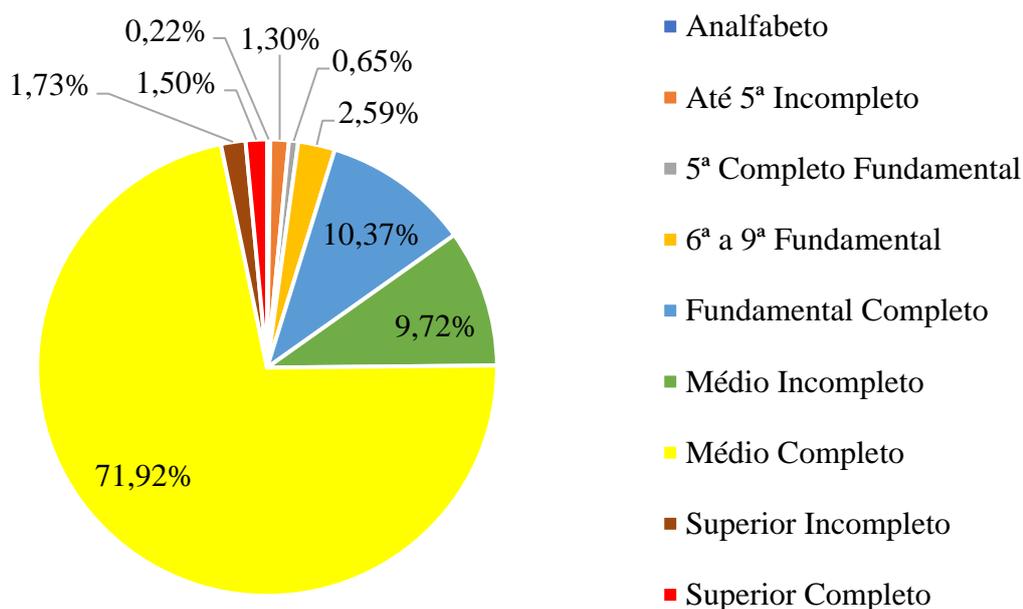
Tabela 12 - Nível de escolaridade agrupada nos setores econômicos em Oiapoque

IBGE Grande Setor	Escolaridade após 2005	2010	2015	2021
Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviço e Agropecuário	Analfabeto	9	8	3
	Até 5ª Incompleto	32	24	26
	5ª Completo Fundamental	53	27	13
	6ª a 9ª Fundamental	146	45	36
	Fundamental Completo	209	106	101
	Médio Incompleto	45	53	115
	Médio Completo	455	408	599
	Superior Incompleto	18	23	27
	Superior Completo	53	51	95
	Mestrado	0	1	0
Doutorado	1	0	0	

Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo altor

No setor de comércio, o nível médio completo também apresentou o maior nível de escolarização, em 2021, 71,92% dos trabalhadores com vínculo ativo neste setor possuía o ensino médio como maior formação, conforme pode ser observado no Gráfico 26 abaixo.

Gráfico 26 - Nível de escolaridade no setor de comércio 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo altor

Em relação a faixa etária dos trabalhadores com vínculo ativos nos setores econômicos no período de 2010 a 2021 conforme Tabela 13 abaixo. É possível observar que a faixa etária entre (30 a 39) corresponde ao maior número de pessoas com vínculo, seguido pelo grupo etário de (18 a 24) anos.

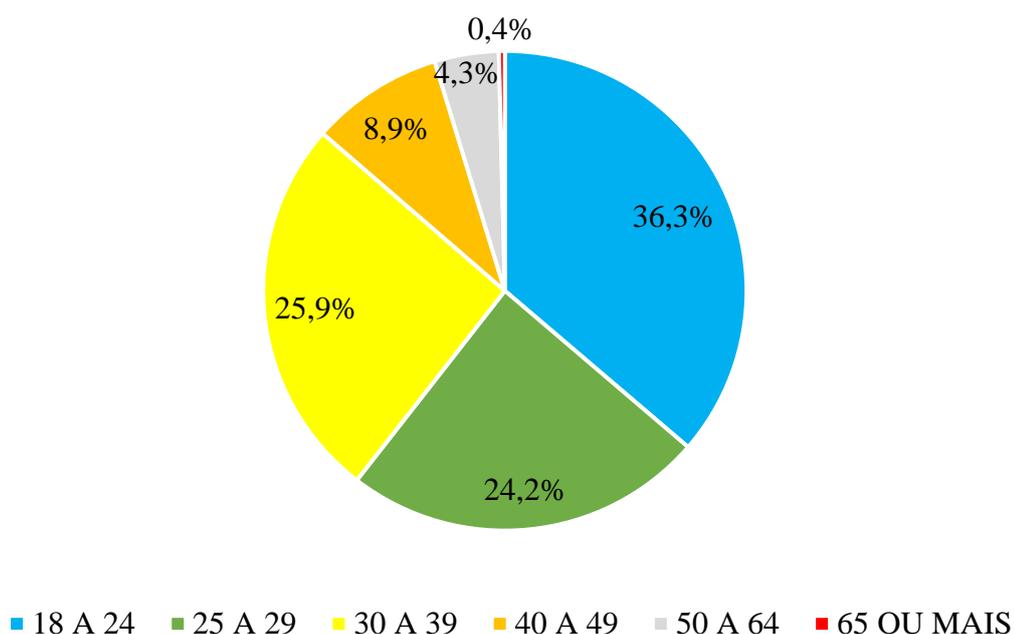
Tabela 13 - Faixa Etária dos trabalhadores nos setores econômicos entre 2010 a 2021.

IBGE Grande Setor	Faixa Etária	2010	2015	2021
	15 A 17	1	1	1
Indústria; Construção Civil;	18 A 24	148	172	241
	25 A 29	216	140	200
Comércio; Serviço e Agropecuário	30 A 39	314	237	281
	40 A 49	215	127	171
	50 A 64	118	63	113
	65 OU MAIS	9	6	8

Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

No setor de comércio, diferente do que ocorre na média geral, a faixa etária compreendida entre (18 a 24) apresenta a maior participação em termos percentuais, em 2021, 36,3%, das pessoas que trabalhavam neste setor possuíam entre 18 a 24 anos, demonstrando uma maior inserção de pessoas jovens no mercado de trabalho, conforme pode observado no Gráfico 27 abaixo.

Gráfico 27 - Faixa etária dos trabalhadores no setor de comércio 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

Em relação a composição do sexo dos trabalhadores com vínculos ativos nos setores econômicos (Tabela 14). A participação feminina nos anos de (2010, 2011, 2012, 2014, 2015, 2016, 2019 e 2021), foram maiores em relação ao sexo masculino sendo inferior apenas nos anos de (2013, 2017, 2018 e 2010), isso representa uma maior participação feminina nas atividades profissionais nos últimos 11 anos no município de Oiapoque.

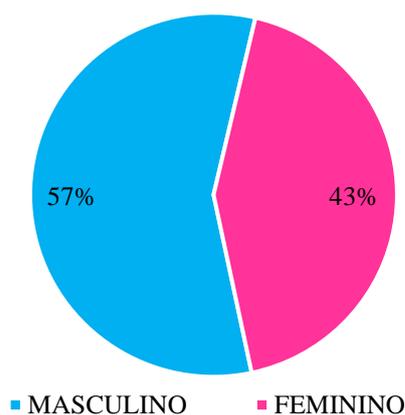
Tabela 14 - Sexo dos trabalhadores nos setores econômicos em Oiapoque

IBGE Gr Setor	Sexo Trabalhador	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Indústria; Construção Civil; Comércio; Serviço e Agropecuário	Masculino	456	497	593	460	546	366	401	531	496	743	328	504
	Feminino	565	673	704	369	595	380	410	484	450	874	293	511
	Total	1.021	1.170	1.297	829	1.141	746	811	1.015	946	1.617	621	1.015

Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

Por outro lado, no setor de comércio, diferente do que ocorre no agrupamento geral entre os setores econômicos, no mesmo período, a composição dos trabalhadores do sexo masculino apresentou maior participação em termos percentuais. Especificamente, em 2021, a participação masculina foi 57% e a feminina 43% conforme pode ser observado no Gráfico 28, abaixo.

Gráfico 28 - Composição do sexo dos trabalhadores no setor de comércio em 2021



Fonte: RAIS (MTP; 2022) adaptado pelo autor

Como já apresentado ao longo desta produção as características que são próprias do município de Oiapoque, lhe atribuem uma nova perspectiva para se pensar no dinamismo do comércio local essa relação está cada vez mais associada ao comércio transfronteiriço, que se constitui uma possibilidade de expansão do comércio local ao mercado internacional.

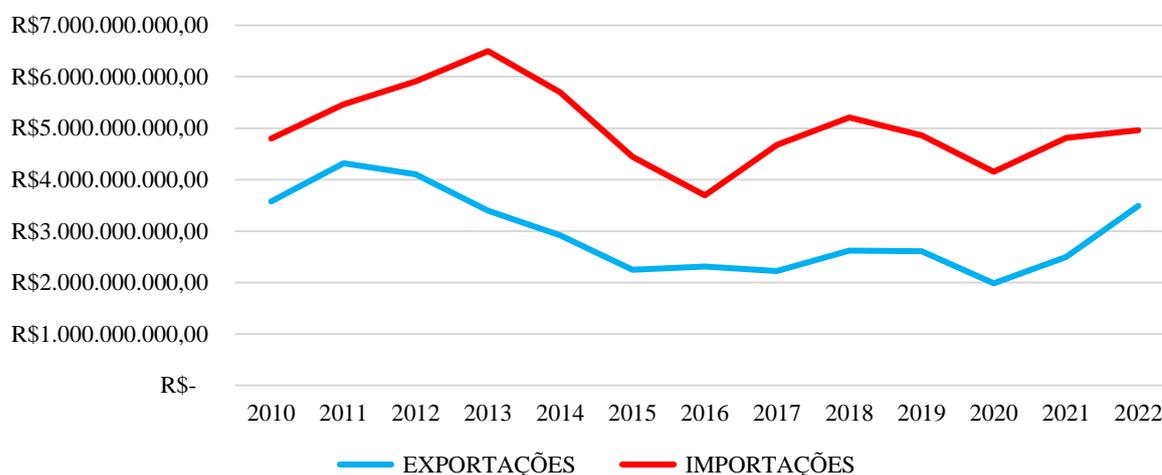
Nesse sentido, esta parte do trabalho visa apresentar o desempenho do comércio exterior brasileiro, com o objetivo de contextualizar o dinamismo do comércio exterior amapaense, especificamente visando enfatizar a relação de comércio transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge na atualidade.

Cabe ressaltar que o levantamento de dados realizados considera a seguinte relação: Brasil/França, Brasil/Guiana Francesa, para posteriormente evidenciar a relação do comércio exterior amapaense para, em fim, contextualizar o comércio exterior entre o Amapá e a Guiana Francesa.

A diferença entre as importações e exportações serve para evidenciar se houve superávit²² ou déficit²³ da balança comercial em determinado período. Ressalta-se que no painel do COMEXSTAT²⁴, as importações e exportações são registradas por padrão através do *Free on Board*²⁵ (FOB), valores cotados em dólar americano.

Ao analisar especificamente a balança comercial entre Brasil e França entre 2010 a 2022, conforme Gráfico (29), é possível observar que a balança comercial brasileira em relação à França apresenta déficit da balança comercial. Outro fator a ser observado nessa série é que após 2013 houve redução das exportações e importações para França.

Gráfico 29 - Exportações e importações entre Brasil e França 2010 a 2022 (FOB US\$)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

²² Um país tem um superávit em conta-corrente quando suas exportações excedem suas importações. (KRUGMAN, 2015).

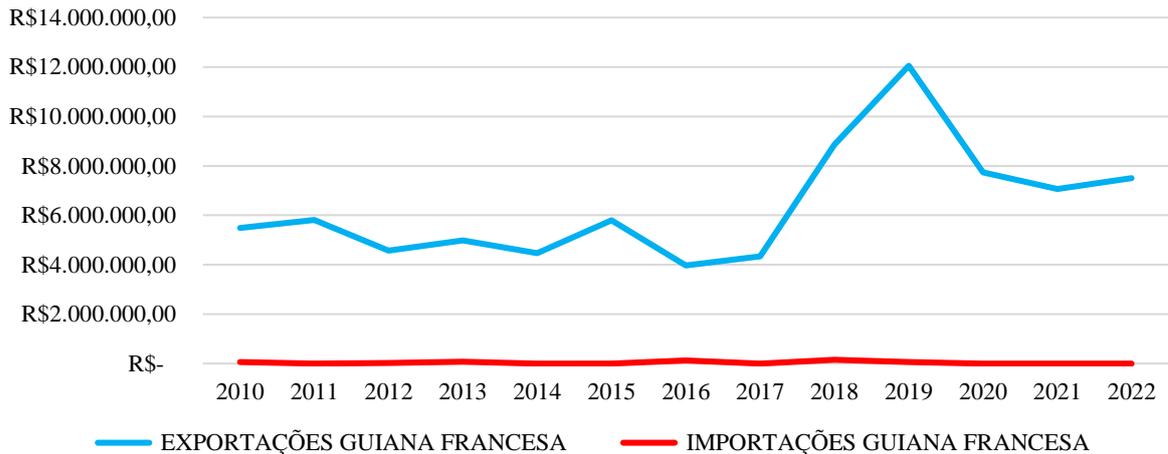
²³ Quando as importações de um país superam as exportações, o país tem um déficit em conta-corrente (KRUGMAN, 2015).

²⁴ O Comex Stat é um sistema para consultas e extração de dados do comércio exterior brasileiro. São divulgados mensalmente os dados detalhados das exportações e importações brasileiras, extraídas do SISCOMEX e baseados na declaração dos exportadores e importadores.

²⁵ *Free on Board* (FOB). Este valor é o preço do produto já dentro do navio, incluindo o transporte até o porto, porém excluindo o frete (preço do transporte até o seu destino final) e o seguro das mercadorias (KLOTZLE; PINTO; KLOTZLE, 2007, pg 6,7).

A relação com a Guiana Francesa “coletividade da França”, diferente do que tem sido apresentado no saldo da balança comercial direta entre Brasil e França tem apresentado superávit comercial, conforme pode ser observado no Gráfico (30), que indica o volume de exportações e importações do Brasil para Guiana Francesa, cabendo ressaltar que os valores apresentados são bastante inferiores aos volumes negociados diretamente com a França.

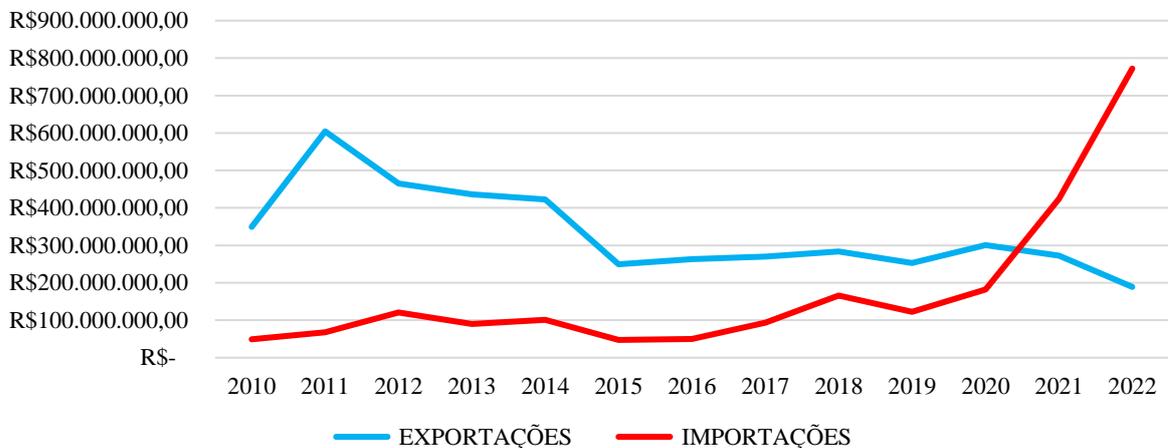
Gráfico 30 - Exportações e importações entre Brasil e Guiana Francesa 2010 A 2022 (FOB US\$)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

As exportações e importações do estado do Amapá de forma geral registravam superávit comercial até o ano de 2020, contudo, o volume das exportações vem declinando desde de 2011, se tornando deficitária nos anos de 2021 e 2022. Em contrapartida, o volume das importações aumentou consideravelmente nesse mesmo período (2021 e 2022), conforme pode ser observado no Gráfico (31) abaixo.

Gráfico 31 - Exportações e importações do Amapá entre 2010 a 2022 (FOB US\$)



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

Na Tabela 15 abaixo é apresentado o ranking dos 10 países destinatários das exportações amapaense em 2022. Sendo possível observar que o Canada foi o país que apresentou o maior volume das exportações, seguido por Portugal e Japão completando a lista dos três países com maior volume de exportações amapaense. Cabe ressaltar que Guiana Francesa e França foram classificados de forma independente. A esse respeito a Guiana Francesa ocupou a 9º posição enquanto a França ocupou a 14º posição.

Tabela 15 - Ranking dos 10 países destino das exportações amapaense em 2022

Ano	País	Valor FOB (US\$)	POSIÇÃO
2022	Canadá	R\$ 91.058.234,00	1
2022	Portugal	R\$ 25.934.632,00	2
2022	Japão	R\$ 17.738.574,00	3
2022	China	R\$ 15.133.601,00	4
2022	Dinamarca	R\$ 11.775.700,00	5
2022	Estados Unidos	R\$ 8.778.256,00	6
2022	Espanha	R\$ 3.944.673,00	7
2022	Países Baixos (Holanda)	R\$ 2.593.336,00	8
2022	Guiana Francesa	R\$ 2.206.933,00	9
2022	Suíça	R\$ 2.203.274,00	10

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

Em relação às importações, Estados Unidos, Rússia e Espanha foram os 3 países com maior volume das importações feitas pelo estado do Amapá em 2022, conforme pode ser observado na Tabela (16), abaixo que apresenta o ranking dos 10 países com volume das importações realizado pelo estado do Amapá em 2022. A França ocupou a 9º posição, enquanto que a Guiana Francesa ficou na 37º posição.

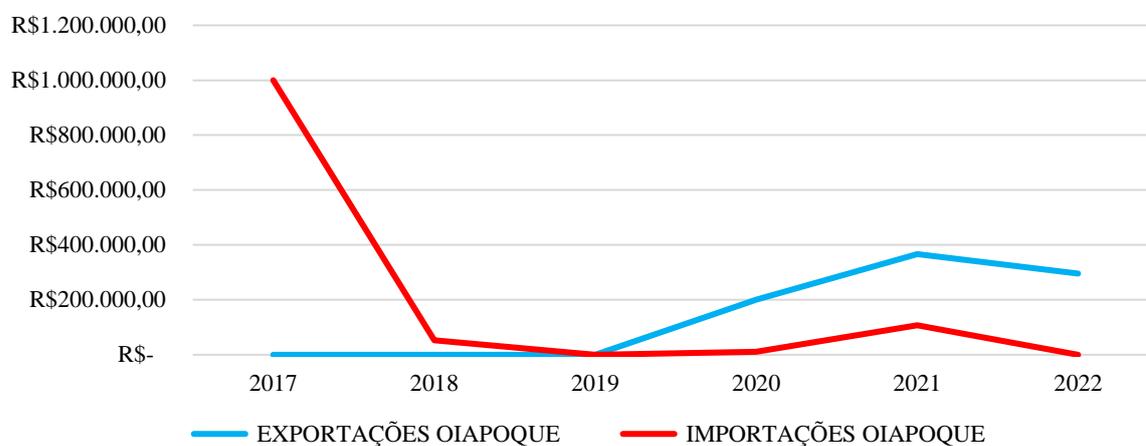
Tabela 16 - Ranking dos 10 países originários das importações amapaense em 2022

Ano	País	Valor FOB (US\$)	POSIÇÃO
2022	Estados Unidos	R\$ 690.650.981,00	1
2022	Rússia	R\$ 28.243.118,00	2
2022	Espanha	R\$ 22.669.668,00	3
2022	China	R\$ 10.828.310,00	4
2022	Hong Kong	R\$ 5.613.009,00	5
2022	Índia	R\$ 4.201.014,00	6
2022	Austrália	R\$ 3.634.855,00	7
2022	África do Sul	R\$ 1.070.184,00	8
2022	França	R\$ 950.973,00	9
2022	Tailândia	R\$ 942.137,00	10

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

No aspecto local, em relação ao município de Oiapoque, o Gráfico (32) abaixo representa o volume de exportações e importações realizado no período entre 2017 a 2022.

Gráfico 32 - Exportações e importações de Oiapoque entre 2017 a 2022



Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

Ao analisar especificamente o registro das exportações de Oiapoque é possível observar que a Guiana Francesa tem sido o principal destino dos produtos deste município, como fica evidenciado na Tabela (17) abaixo que indica o volume das exportações de Oiapoque entre 2020 a 2022.

Tabela 17 - Exportações de Oiapoque por países

Ano	Município	País	Valor FOB (US\$)
2022	Oiapoque - AP	Guiana Francesa	R\$ 290.427,00
2022	Oiapoque - AP	Estados Unidos	R\$ 5.050,00
2021	Oiapoque - AP	Guiana Francesa	R\$ 366.061,00
2021	Oiapoque - AP	Suriname	R\$ 623,00
2020	Oiapoque - AP	Guiana Francesa	R\$ 200.515,00

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

Já o registro das importações indica que a China foi o país que apresentou maior volumes de importados no município de Oiapoque, a Tabela (18) abaixo, apresenta o fluxo das importações por países no município de Oiapoque entre 2017 a 2021, nesse período o maior volume de importações registrado foi em 2017. Em 2021, China e Suíça foram os países que representaram o maior volume de importações no município. Em relação à França, o último registro de importações deste país foi em 2018, não sendo possível localizar registro de períodos anteriores no banco de dados do painel do COMEX STAT.

Tabela 18 - Importações de Oiapoque por países

Ano	Município	País	Valor FOB (US\$)
2021	Oiapoque - AP	China	R\$ 71.124,00
2021	Oiapoque - AP	Suíça	R\$ 36.420,00
2020	Oiapoque - AP	China	R\$ 3.300,00
2020	Oiapoque - AP	Singapura	R\$ 7.341,00
2018	Oiapoque - AP	China	R\$ 22.501,00
2018	Oiapoque - AP	Espanha	R\$ 9.831,00
2018	Oiapoque - AP	França	R\$ 20.834,00
2017	Oiapoque - AP	China	R\$ 1.000.145,00

Fonte: Secretaria de Comércio Exterior/COMEX STAT (ME, 2023)

Os principais produtos importados foram os do tipo “Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”, e “Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios” como pode ser observado na Tabela (19) abaixo que apresenta o registro das importações do município de Oiapoque por seção no painel do COMEX STAT.

Tabela 19 - Principais produtos importações para o Oiapoque

Ano	Descrição Seção	Valor FOB (US\$)
2021	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	71124
2021	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios	36420
2020	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	10641
2018	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	32332
2018	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios	20834
2017	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	1000145

Fonte: comexstat (ME, 2023)

Os principais produtos exportados do município de Oiapoque em 2022, foram os do tipo “produtos minerais”, “Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas” e “Matérias têxteis e suas obras”, como pode ser observado na Tabela (20) abaixo que apresenta o registro das exportações do município de Oiapoque por seção no painel do COMEX STAT.

Tabela 20 - Principais produtos exportações para o Oiapoque

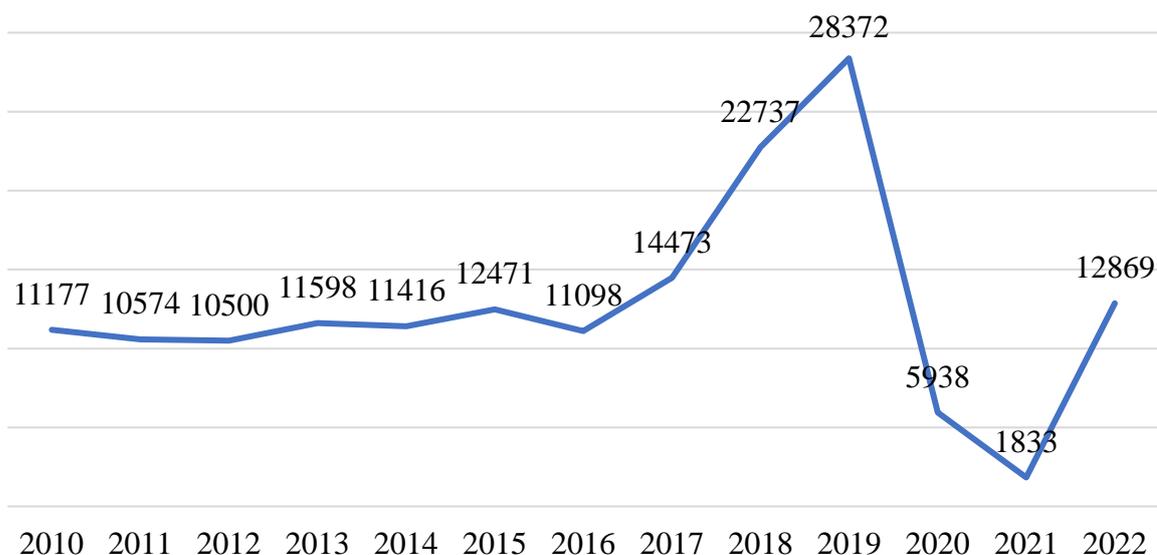
Ano	Código Seção	Descrição Seção	Valor FOB (US\$)
2022	V	Produtos minerais	R\$ 104.286,00
2022	VI	Produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas	R\$ 50.311,00
2022	XI	Matérias têxteis e suas obras	R\$ 32.570,00
2022	XVII	Material de transporte	R\$ 26.456,00
2022	IV	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; Tabaco e seus sucedâneos manufaturados	R\$ 24.708,00
2022	XIII	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; Produtos cerâmicos; Vidro e suas obras	R\$ 14.017,00
2022	II	Produtos do reino vegetal	R\$ 11.903,00
2022	XX	Mercadorias e produtos diversos	R\$ 8.253,00
2022	XVI	Máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; Aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios	R\$ 8.141,00
2022	VII	Plásticos e suas obras; Borracha e suas obras	R\$ 5.856,00
2022	XII	Calçado, chapéus e artefatos de uso semelhante, guarda-chuvas, guarda-sóis, bengalas, chicotes e suas partes; Penas preparadas e suas obras; Flores artificiais; Obras de cabelo	R\$ 4.544,00
2022	XV	Metais comuns e suas obras	R\$ 1.935,00
2022	IX	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; Cortiça e suas obras; Obras de espartaria ou de cestaria	R\$ 1.143,00
2022	VIII	Peles, couros, peles com pelo e obras destas matérias; Artigos de correeiro ou de seleiro; Artigos de viagem, bolsas e artefatos semelhantes; Obras de tripa	R\$ 616,00
2022	X	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; Papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); Papel e suas obras	R\$ 374,00
2022	III	Gorduras e óleos animais ou vegetais; Produtos da sua dissociação; Gorduras alimentares elaboradas; Ceras de origem animal ou vegetal	R\$ 265,00
2022	XVIII	Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão; Instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos; Relógios e aparelhos semelhantes; Instrumentos musicais; suas partes e acessórios	R\$ 94,00
2022	XIV	Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas e semelhantes, metais preciosos, metais folheados ou chapeados de metais preciosos, e suas obras; Bijuteria; Moedas	R\$ 5,00

Fonte: comexstat (ME, 2023)

Entre 2010 a 2020 o número de imigrantes franceses totalizou 24.619, destes 6.026 são residentes e 18.593 temporários conforme indicado no relatório elaborado pelos pesquisadores do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), que apresentou uma análise pormenorizada da década de 2010 (2011-2020) (CAVALCANTI; OLIVEIRA; SILVA, 2021).

Ao analisar os dados a partir da base do Sistema de Tráfego Internacional (STI)²⁶ elaborado pelo SISMIGRA²⁷ conforme apresentado no Gráfico (33) é possível observar que a entrada de pessoas com naturalidade francesa via Amapá apresentou acentuado crescimento, a entre 2017 a 2019. Cabe destacar que no ano de 2017 houve a liberação do tráfego rodoviário sobre a ponte binacional construída sobre o rio Oiapoque. A redução do fluxo de entrada de pessoa nos anos de 2020 e 2021 tem como principal fator os reflexos da pandemia do COVID 19 (corona vírus) que restringiu a entrada e saída de pessoas entre os países.

Gráfico 33 - Entrada de pessoas natural da França via fronteira Amapá 2010 - 2022



FONTE: Sismigra

²⁶ O STI é um sistema gerido pela Polícia Federal e desenvolvido para registrar os dados das entradas e saídas das pessoas no país através dos postos de controle de fronteiras (terrestres, aeroportuárias e portuárias). Desse modo, são registrados pelo sistema todos os tipos de vistos de entradas possíveis, incluindo os concedidos por motivo de turismo, que representam a maior proporção dos registros, e que, por razões óbvias, não estão contemplados pelo SISMIGRA. (OBMigra, 2021, pg. 30).

²⁷ O SISMIGRA é constituído por registros administrativos da Polícia Federal que têm por objetivo cadastrar todos os imigrantes com autorização de entrada regular no país, exceto aqueles temporários concedidos por motivo de trânsito e turismo. Todas as pessoas com permissão de ingresso, temporário ou residente, devem comparecer, num período máximo de 30 dias, à Polícia Federal para obter o registro nacional migratório (RNM). Uma vez construído o cadastro, além do controle da presença dos imigrantes no território nacional, também é possível a emissão da carteira do registro nacional migratório (CRNM). O SisMigra está estruturado a partir de classificações que abrangem três categorias (residente, temporário e provisório). (OBMigra, 2021, pg. 32).

6 DADOS ECONÔMICOS SOBRE A FRANÇA E TERRITÓRIOS: UM OLHAR COMPARATIVO SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PIB, DIVISÃO DAS ATIVIDADES E ÍNDICE DE PREÇO AO CONSUMIDOR NA GUIANA FRANCESA.

Essa seção visa apresentar os principais dados econômicos registrados na França e seus territórios nos últimos anos, tendo como objetivo evidenciar as dinâmicas econômicas que ocorrem nesses espaços que incidem diretamente no índice de preço ao consumidor na Guiana Francesa. Ressaltando que os dados apresentados nesta seção foram extraídos a partir do painel do Instituto Nacional de Estatísticas e Estudos Econômicos (INSEE)²⁸.

Em janeiro de 2023, a França tinha 68,0 milhões de habitantes (65,8 milhões residiam na França continental e 2,2 milhões nos cinco departamentos ultramarinos), um aumento de 0,3% em relação a ano de 2022. A expectativa de vida ao nascer, em 2022, era de 85,2 anos para as mulheres e de 79,3 anos para os homens. Na Guiana Francesa, em 2020, residiam cerca de 285.133 mil pessoas, esta é a região da França, excluindo Mayotte, que apresentou maior crescimento populacional, tendo aumentado em média de 2,1%, cerca de mais de 5.466 mil habitantes a cada ano, entre os anos de 2014 a 2020 (INSEE, 2023).

Em 2021, o produto interno bruto (PIB) na França e seus territórios (tabela 21) ficou muito concentrado em algumas regiões: em 2021, Île de France representou 31% (764.844 milhões de euros) do PIB nacional, Auvergne-Rhône-Alpes 12% (290.877 milhões de euros) e cinco outras regiões – Nouvelle Aquitaine, Occitanie, Provence- Alpes-Côte d'Azur (PACA), Hauts-de-France e Grand Est – representaram cerca de 7%. Os departamentos ultramarinos (DOM) juntos representam 2%. O PIB da Guiana Francesa, especificamente correspondeu a (4.580 milhões de euros) em 2021 (INSEE, 2023).

Em relação à divisão da renda per capita, entre os territórios da França, a região da capital (Île de France) foi a que apresentou o valor mais elevado, com (62.105 euros) por habitante, quase o dobro da França metropolitana, que excluindo a Île de France foi de (31.741 euros). O PIB per capita da Guiana Francesa foi de (15.611 euros) ficando entre os dois menores resultados entre os territórios francês (INSEE, 2023). Esses dados podem ser melhor observado a partir da tabela 21 abaixo que indica o comparativo do PIB e renda per capita entre os territórios da França nos anos de 2020 e 2021.

²⁸ O INSEE foi criado pela lei de finanças de 27 de abril de 1946 Autoridade de Estatísticas Públicas . É uma direção geral do Ministério da Economia e Finanças localizada em toda a França. A sua independência profissional está consagrada na lei: a lei de modernização econômica de 4 de agosto de 2008 criou a, que deve garantir o respeito pelo princípio da independência profissional na concepção, produção e divulgação de estatísticas públicas (INSEE, 2023).

Tabela 21 - PIB e renda per capita dos territórios da França (2020 – 2021)

TERRITÓRIOS/FRANÇA	PIB (milhões de euros)		PIB par capita (euros)	
	2021	2020	2021	2020
Região metropolitana				
Auvergne-Rhône-Alpes	290.877	270.450	35.765	33.418
Bourgogne-Franche-Comté	81.712	76.922	29.258	27.498
Bretagne	108.252	100.395	31.820	29.684
Centre-Val de Loire	78.343	72.707	30.440	28.255
Corse	10.125	9.084	29.136	26.339
Grand Est	166.919	155.896	30.023	28.043
Hauts-de-France	174.336	163.006	29.115	27.204
Île-de-France	764.844	700.754	62.105	57.068
Normandie	99.315	92.017	29.897	27.694
Nouvelle-Aquitaine	189.278	174.700	31.139	28.900
Occitanie	181.274	168.569	30.232	28.126
Pays de la Loire	127.189	118.143	32.838	30.742
Provence-Alpes-Côte d'Azur	181.067	162.753	35.273	31.867
França metropolitana exceto (Île de France)	1.688.688	1.565.301	31.741	29.492
França metropolitana	2.453.532	2.265.393	37.431	34.675
Guadeloupe	8.912	8.696	23.449	22.729
Martinique	9.082	8.788	25.604	24.465
Guyane	4.580	4.425	15.611	15.367
La Réunion	20.339	18.973	23.423	21.937
Mayotte	2.932	2.712	9.978	9.541
FRANÇA	2.499.377	2.308.986	36.897	34.202

Fonte: INSEE (2023)

Ao analisar a distribuição das unidades jurídicas e volume de negócios de acordo com o tipo de unidades jurídicas e setores econômicos na Guiana em 2021 (tabela 22), os setores do mercado não agrícola e não financeiro reuniram 6.092 unidades jurídicas, com um volume de negócios de 5,2 mil milhões de euros em 2021. As sociedades de direito privado concentraram o maior número de unidades jurídicas (74,4%) e o maior volume de negócios realizados com (93,3%) de participação (INSEE, 2023).

O setor de comércio, representa o principal setor econômico da região com (46,5%) de participação dos volumes de negócios, seguido pelo setor da construção com (16,6%). A atividade imobiliária representa apenas 4,2% do volume de negócios total, desempenhando, no entanto, papel significativo na economia local (INSEE, 2023). Conforme pode ser observado na tabela (22) que representa a distribuição das unidades jurídicas e o volume de negócios de acordo com os setores econômicos realizados na Guiana Francesa em 2021.

Tabela 22 - Distribuição das unidades jurídicas e volume de negócios de acordo com o tipo de unidades jurídicas e setores económicos na Guiana em 2021

Tipo de unidades jurídicas /Setores económicos	Unidades jurídicas (em número)	Part. (%)	Volume de Negócios (em milhões de euros)	Part. (%)
Tipo de unidades jurídicas				
Empreendedores individuais	1.559	25,6%	351	6,7%
Empresas de direito privado	4.533	74,4%	4.877	93,3%
Setores económicos				
Indústria	685	11,2%	787	15,1%
Construção	1.234	20,3%	867	16,6%
Comércio	1.406	23,1%	2.432	46,5%
Transporte e armazenamento	389	6,4%	246	4,7%
Alojamento e restauração	496	8,1%	151	2,9%
Informação e comunicação	138	2,3%	36	0,7%
Atividades imobiliárias	306	5%	222	4,2%
Outros serviços comerciais	1.438	23,6%	487	9,3%
Total	6.092	100%	5.228	100%

Fonte: FARE Dirag, INSEE (2023).

Ao realizar o comparativo do índice de preço nos departamentos ultramarinos e na França, as atividades que representaram maior variação percentual foram as atividades ligadas à energia e alimentação, a variação do índice de preço na Guiana Francesa em janeiro de 2023 foi de 3,5%, na França esse índice foi 4,9% (INSEE, 2023). A tabela (23) abaixo indica o comparativo da variação de preço nos departamentos ultramarinos em relação à média registrada na França em janeiro de 2023, considerando a referência dos últimos 12 meses.

Tabela 23 - índice de preços nos departamentos ultramarinos e na França em 2023

PRODUTOS	Variação nos últimos doze meses (em %)					
	Guadalupe	Guiana	Martinica	Maiote	Reunião	França
Junto	4.7	3.5	3.7	4.2	3.3	4.9
Alimentação	10,2	9	8,3	7,8	7,5	9,7
Tabaco	4,1	6	5,5	6,3	4,6	9,9
Fábrica	3,2	1,5	2	0	2,3	2,8
Energia	12,5	13,5	13,3	17,9	16,8	11,9
Serviços	2,5	1	1,4	1,9	0,6	2,9

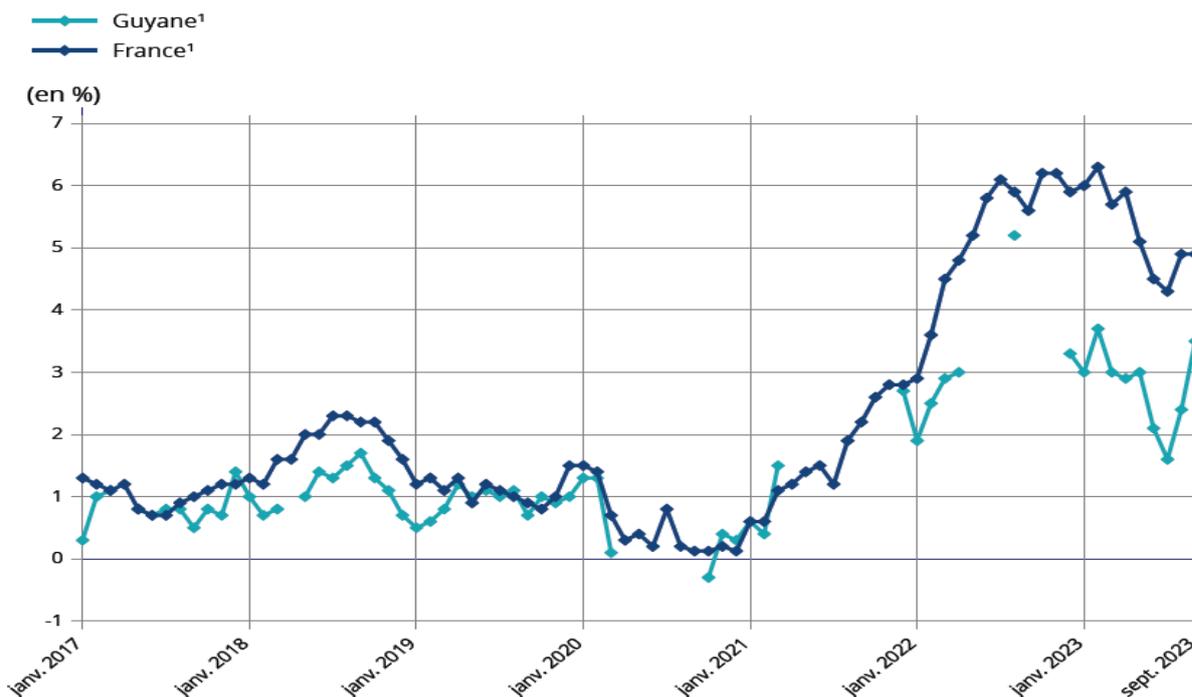
Fonte: INSEE (2023)

Os dados apresentados na tabela acima sugerem que houve um aumento considerável nos índices de preços na Guiana Francesa e na França em 2023, destacando o setor energético como principal contribuinte para o aumento da inflação ocorrido na França e seus territórios nos últimos anos. A Guiana apresentou índice inferior aos da França em razão da origem de seus fornecedores, não dependente da Rússia e pela composição dos preços que são fixados por decreto municipal (INSEE, 2023):

O ano de 2022 é marcado por uma inflação superior à dos anos anteriores (+3,4%, que compara com 2,5% em 2021 e 0,1% em 2020). No entanto, permanece num nível inferior ao da França (+5,2%). O setor energético é o principal contribuinte para a inflação. Com um aumento de preços de 14,8%, contribui para mais de um terço da inflação. O conflito entre a Rússia e a Ucrânia está a conduzir a um forte aumento dos preços. A depreciação concomitante do euro face ao dólar também acentuou a recuperação dos preços dos produtos petrolíferos que começou com a recuperação económica global de 2021. Os produtos petrolíferos, cujos preços subiram 17% apesar de um desconto governamental para os indivíduos, são, portanto, quase todos de a inflação diz respeito à energia. No entanto, o aumento dos preços dos produtos petrolíferos permanece 12 pontos inferior ao da França (+29%). A origem dos seus fornecedores (América do Norte e não a Rússia e a Ucrânia), bem como a diferença na política de preços dos combustíveis entre a Guiana, onde são fixados por decreto municipal, e a França continental explicam em grande parte esta diferença (INSEE, 2023, p.1).

Para melhor representar esta evolução, o gráfico (34) abaixo apresenta o comparativo da evolução do índice de preço na França e na Guiana Francesa entre 2017 a 2023.

Gráfico 34 - Evolução homóloga do índice de preços – Guiana e França (2017-2023)



Fonte: INSEE (2023)

Por outro lado, ao realizar o comparativo entre a Guiana e a França continental, os alimentos são os que mais contribuem para a disparidade de preços. O nível de preços dos alimentos é 39% mais elevado na Guiana em comparação com a França continental. É um dos principais itens de despesa das famílias guianenses (14%) e metropolitanas (15%). Tomando como referência a cesta Guiana, os preços dos alimentos são, em média, 29% mais caros do que os da França continental. Por outro lado, do ponto de vista da cesta metropolitana, os preços dos alimentos são 51% superiores aos da França continental (INSEE, 2023).

Os produtos lácteos, as frutas e legumes e as bebidas não alcoólicas são os que mais contribuem para as diferenças observadas na alimentação entre os dois territórios. Entre os produtos agroalimentares, as frutas e legumes representam 18% das despesas de consumo das famílias guianenses e a produção local destes produtos representa 26% do consumo na Guiana em 2019 (INSEE, 2023).

Um fator que contribui diretamente para a elevação dos preços dos alimentos na Guiana Francesa está relacionada as taxas de importação:

A taxa de entrada inclui direitos aduaneiros e a concessão do mar é de 4%. do custo de importação em 2019 de frutas e vegetais. As bebidas não alcoólicas representam 12% das despesas de consumo das famílias guianenses em produtos alimentares e apenas 13% do consumo provém da produção local em 2019. Esta família de produtos está entre as mais tributadas na importação para a Guiana. Na verdade, o imposto de importação sobre bebidas não alcoólicas atingiu 11% do custo de importação em 2019. Para os produtos lácteos, o peso dos gastos do consumidor é menor (7%). Quase um terço dos produtos lácteos consumidos no território provém da produção local (30%) em 2019. Além disso, em 2019, o montante dos direitos de entrada sobre os produtos lácteos representa 4% do seu custo de importação. As diferenças nos preços dos alimentos também advêm de outros custos, como os relacionados com as importações (INSEE, 2023, p.1).

Conforme pode ser observado nesta seção, a região da capital francesa (Île de France) representou 31% do PIB nacional, os departamentos ultramarinos juntos representam apenas 2% do PIB em 2023. A região da capital também apresentou maior elevação em relação à divisão do PIB per capita, com cerca de (62.105 euros) por habitante, quase o dobro da França metropolitana. O PIB per capita da Guiana Francesa foi de (15.611 euros) ficando entre os dois menores resultados entre os territórios francêss.

O índice de preço na França e Guiana Francesa em 2023 foram respectivamente de 4.9% e 3.5% tendo como principal fator de inflação o setor energético. O preço dos alimentos na Guiana foram 39% mais elevados do que os aplicados na França continental, sendo um dos principais itens de despesa das famílias guianenses com cerca de (14%) de participação. Em média o preço dos alimentos na Guiana foi de 29% mais caros do que na França continental.

7 PERCEPÇÕES LOCAIS SOBRE A IMPORTÂNCIA DO COMÉRCIO EM OIAPOQUE.

Esta parte da produção é dedicada às discussões sobre a importância do comércio local em Oiapoque, considerando as possibilidades de maior abertura ao comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana francesa. Para isso, foram realizadas entrevistas com os comerciantes locais, a presidente da associação de comércio e indústria (ACOI) e um vereador do município para entender como essas dinâmicas são vivenciadas e percebidas no cotidiano e nas políticas públicas aplicadas ao comércio de Oiapoque. Cabe ressaltar que não foi possível realizar a entrevista com o prefeito do município, embora este tenha assinado a carta de anuência para participar da pesquisa.

A principal iniciativa sugerida pelo representante da câmara municipal como proposta de incentivo à política pública voltada ao comércio de Oiapoque é o plano de desenvolvimento econômico em conjunto com a Associação de Comércio e Indústria (ACOI) que prevê a organização de um fórum econômico empresarial objetivando o protagonismo e a valorização social desta classe no município:

Há um esboço de um projeto de lei que preverá dentre outras questões a doação de imóvel para construção de empreendimentos que dentro de sua função social empreguem pessoas jovens no município, além disso, a isenção fiscal seja do ISS imposto municipal, seja na devolução de percentual do ICMS quando repassado do estado ao município uma devolução de um percentual às empresas a fim de auxiliá-las na sua geração de mais emprego (Y.A.S.A).

Sobre o comércio transfronteiriço, o representante da câmara indicou que existe uma proposta de criação de uma comissão de relações internacionais em 2023 para avançar nos diálogos com a Guiana Francesa a fim de estabelecer a cooperação internacional no âmbito econômico:

A reunião que tive com um representante da CTG da Guiana Francesa descortinou um cenário extremamente importante para o estado do Amapá que diz respeito também ao próprio desenvolvimento da Guiana Francesa que desde 2020 quando afetada pela pandemia do coronavírus teve elevação do preço de todos seus produtos já que mais de 83% das mercadorias que abastecem Guiana francesa vem da Europa. A título de exemplo um container que saía da Europa em direção a Guiana Francesa o frete custava r\$ 2.000 euros em 2019 passando a custar 11 mil euros em 2022 com aumento dos produtos havia e há por parte do governo guianense um cuidado para prever uma crise social em razão das pessoas não terem mais condições de garantir a subsistência (Y.A.S.A).

Outro fator importante citado pelo vereador nesse diálogo com o representante da coletividade territorial da Guiana (CTG), diz respeito à distribuição do biocombustível:

Em razão de uma norma europeia que determina que a partir de 1º de janeiro de 2024 será obrigatório a utilização do biocombustível em pelo menos 10% de todo combustível utilizado na Guiana Francesa. Ocorre que a Guiana Francesa não produz biocombustível então haverá a necessidade da compra de mais de 100 milhões de litros de biocombustível, isso demonstra para o Amapá que há um mercado consumidor na Guiana Francesa e platô das Guianas, atingindo as Antilhas francesas e o Caribe (Y.A.S.A).

Em relação à entrevista com a presidente da ACOI, a principal contribuição apresentada pela gestora como iniciativa da associação em benefício do comerciante local, foi a retirada do visto empresarial, este documento representa uma das maiores dificuldades impostas à circulação de pessoas na Guiana Francesa na atualidade:

Articulamos com a embaixadora em Brasília para que pudéssemos tirar o visto pela associação comercial, isso é uma referência dentro do município, nós juntamos e encaminhamos via Sedex toda documentação do empresário, nós somos privilegiados por retirar o visto pela associação comercial pois dentro da nossa capital Macapá eles dão visto para três meses e aqui eles dão para três anos. (L.S.S.C).

A presidente da ACOI e o vereador enfatizaram que existe a previsão da organização de uma feira internacional no município de Oiapoque em 2023, “embora não haja uma data específica para a realização”, esta articulação visa reaproximar os laços de cooperação que já ocorreram no município em outras três oportunidades 2010, 2014 e 2018.

Para o representante da câmara, a retomada da feira internacional atrairia possíveis investidores da Guiana Francesa, Suriname e Guiana Inglesa, além disso, seria apresentado como um espaço de colaboração aos potenciais investidores do município e de outras cidades brasileiras que teriam a oportunidade de estabelecer em Oiapoque uma linha de relações comerciais transfronteiriça.

Por outro lado, o vereador enfatiza que é necessário, primeiramente, estruturar o município de Oiapoque internamente para posteriormente se adaptar ao mercado externo:

O nosso dever de casa hoje é efetivar as políticas públicas de ordenamento territorial do plano de desenvolvimento econômico e identificar as matrizes econômicas para a partir de então começarmos a elaborar projetos, seja no âmbito da cooperação internacional, seja no âmbito do desenvolvimento regional entre estado do Amapá e o Pará, entre estado do Amapá e o restante do Brasil, enquanto nós não construirmos os mecanismos atinentes a identificação de nossa matriz econômica nós vamos estar agindo de forma aleatória buscando imaginar cenários que talvez nem existam ou estaremos agindo sem eficiência na elaboração de política pública voltadas para o desenvolvimento econômico do município (Y.A.S.A).

Segundo a presidente da ACOI, existem muitas propostas a serem efetivadas entre os comerciantes de Oiapoque e São Jorge, o problema é a burocracia impostas pelas normas europeias aos produtos brasileiros, na atualidade, produtos como açaí, a farinha, a cerveja e o guaraná, podem ser exportados sem grandes dificuldades, outros produtos estão prestes a serem liberados para exportação via ponte binacional como a areia, a lajota e o seixo. Por outro lado, a carne, o peixe e derivados não podem ser exportados por questões sanitárias.

Sobre a dificuldade de exportar estes produtos, o representante da câmara enfatiza que a partir de 2024 em razão da criação do posto de fiscalização sanitária em São Jorge, será possível realizar a venda de frios, carnes e outros derivados para Guiana Francesa, visto que, hoje a exportação destes produtos é proibida em razão das normas europeia. Para que estas ações sejam concretizadas, no lado brasileiro, há a necessidade de regulamentação dos selos e certificados estaduais e federais para exportação destes produtos e outras commodities.

Essa questão reforça e evidencia a problemática dos dois blocos econômicos distintos como enfatiza Silva, Granger e Tourneau (2019):

O fato de Brasil e da Guiana Francesa pertencerem a dois blocos econômicos distintos, cada um com suas lógicas protecionistas e sanitárias, faz com que boa parte das mercadorias, como a carne brasileira ou os produtos naturais produzidos ou vendidos na Guiana Francesa, como frutas e queijos, não possam passar legalmente pela fronteira.

Embora o preço das mercadorias seja mais elevado em relação a outras regiões brasileiras, em razão aos custos logísticos para se chegar até a fronteira, a valorização do euro em relação ao real e os altos salários pagos na Guiana Francesa em relação ao Brasil, tornam os produtos brasileiros atrativos pelo poder de compra apresentado pelos visitantes (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

Na visão dos atores locais quando perguntado sobre o que seria necessário para melhorar o setor de comércio em Oiapoque, obtivemos as seguintes considerações:

- “Primeiramente, para estruturar o comércio de Oiapoque deveria haver maior parceria entre os comerciantes locais, pois cada um está muito focado nos seus próprios interesses” (L.S.S.C).
- “Um ponto fraco do município é que os empresários não estão sendo unidos, eles colocam muitas barreiras vendo a gente como concorrentes, ao invés disso, nós poderíamos nos ajudar, eu entrei agora e as pessoas se fechar entre si” (D. S. P. S).

Outro aspecto enfatizado como condições fundamentais para melhoria do comércio em Oiapoque na percepção dos entrevistados está relacionado às condições de acesso e infraestrutura:

- “Oiapoque deveria ser um cartão postal do Brasil porque somos a única fronteira com a união europeia, infelizmente somos uma classe menosprezada, sucateada e esquecida. Nós estamos em 2023 e ainda temos ponte de madeira em uma BR que já recebeu muitos recursos para sua realização. Oiapoque precisa ser olhado com respeito pelos nossos governantes” (L.S.S.C).

- “A situação da BR deixa muito a desejar pelo fato de que muitas vezes a mercadoria chegar destruída, quando a estrada está bem ruim, normalmente o produto é danificado e perde totalmente o seu valor” (R. L. A).

- “Apesar de minha mercadoria não ser prejudicada por ser confecções, tenho prejuízos em relação aos prazos quando a mercadoria chega atrasada pois a BR 156 é a fonte de passagem dos nossos produtos” (D. S. P. S).

- “A melhoria na estrada traria muitos benefícios, tendo em vista que a maioria das mercadorias necessita desse acesso para chegar até aqui. Como experiencia pessoal, já perdi venda porque a mercadoria não chegou até a loja devido à dificuldade no transporte” (A. S. C).

- “Temos que organizar o município em primeiro lugar para a gente, depois para os visitantes, é claro que os turistas vão gostar e se sentir bem, isso favorece uma rede que vai desde o chopeiro ao comerciante, “essa é a nossa visão”, vamos abraçar essa Europa vamos abraçar essa oportunidade, esse privilégio de estar em uma Fronteira” (S.I).

Quando questionados sobre a importância do comércio transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge para o desenvolvimento econômico de Oiapoque, obtivemos as seguintes considerações:

- “O comércio exterior é uma forma de desenvolver o município, “muitas portas se abriram do outro lado”, a importação abraça do pequeno ou grande comerciante, além de oferecer mais oportunidade de emprego, fomenta toda a cidade. A abertura entre os dois comércios é muito importante e a cidade só tem a ganhar com isso” (L.S.S.C).

- “O turismo favorece o comercio local em razão da taxa cambial quando o euro é convertido para o real, o que permite que a população da Guiana Francesa venha adquirir seus insumos básicos em Oiapoque, “isso indica que o estrangeiro vem deixa dinheiro em

Oiapoque”, praticamente 40% dos empreendimentos existentes em Oiapoque se adaptaram para atender esse público que vem da Guiana Francesa, principalmente as pousadas, hotéis e restaurantes que focam seus planos de negócios nesse público” (Y.A.S.A).

- “O comércio é ligado ao turismo, é claro que consideramos os moradores do município, mas estamos numa fronteira, na verdade essa fronteira que temos na nossa frente não é nem a França, é a Europa, então a gente é privilegiado de ter na verdade três moedas de circulação o euro, o real e o ouro, eu acho que temos um grande potencial” (S.I).

- “Por ser uma área de fronteira, o comércio de Oiapoque é bem favorecido com o movimento de estrangeiros, principalmente os franceses, isso é um ponto bastante positivo para o comércio. Outro fator é a moeda de euro, muito valorizada e muito favorável ao bom andamento do comércio em geral” (A. S. C).

- “Seria muito bom se pudéssemos exportar para São Jorge e Caiena na Guiana Francesa, se houvesse ligação entre o Brasil e os representantes da Guiana Francesa, para que nossos produtos fossem aprovados e levados com mais frequência de forma legalizada e despachada pela aduana” (R. L. A).

- “Seria muito bom poder comercializar nossos produtos com segurança, eu faço vendas de lingerie e tenho sempre pessoas para levar mercadoria para lá, tudo por encomendas, não posso dizer que é totalmente legalizado, já que corre risco de a mercadoria ser apreendida” (D. S. P. S).

- “Diariamente recebo clientes da Guiana Francesa, eles me pagam em euro, eu recebo em valor mais baixo do que está sendo pago na casa de câmbio, geralmente espero um pouco e peço para minha irmã trocar em Caiena por um valor mais alto da cotação da bolsa, para mim é melhor receber em euro é mais lucrativo” (R. L. A).

Através das considerações apresentadas foi possível observar que existe uma necessidade de maior articulação entre os comerciantes locais para que estes possam lutar respectivamente pelos seus interesses. Essa falta de ação conjunta representa uma problemática que enfraquece a classe, seja por ações e reivindicações junto às autoridades públicas do município, seja para melhorar o engajamento deste setor no município.

Em relação as experiências com o um fluxo de turistas da Guiana Francesa, estes desenvolveram a habilidade de realizar a prática da cotação do euro em conformidade com a bolsa de valores, visto que, essa moeda é frequente utilizada em seus estabelecimentos.

Alguns se aventuram em mandar produtos sob encomenda para a Guiana, porém, indicam que possuem interesse de vender seus produtos de forma legalizada por meio da fiscalização aduaneira, no entanto, na atualidade se torna muito difícil devido a burocracia e falta de regulamentação para envio de seus produtos.

Em relação ao comércio transfronteiriço, ficou evidenciado ser importante para o comerciante local, todavia, sentem a necessidade de maior articulação política para que seus produtos possam trafegar na Guiana Francesa, visto que, na atualidade existem dois grandes desafios a serem superados para que o comércio seja explorado com maior eficiência: o primeiro, a necessidade de regulamentação dos produtos; o segundo, a burocracia relacionada ao visto para circulação de pessoas na Guiana Francesa.

Apesar dos desafios apresentados, no final do século XX a bacia do Rio Oiapoque se tornou um pilar estratégico nas escalas estaduais entre o Amapá e Guiana Francesa, bem como, entre Brasil e França, visto que, o valor simbólico dessa fronteira cresceu muito nas últimas décadas não se limitando mais a uma zona de confluência entre a Guiana Francesa, uma coletividade ultramarina francesa e o estado do Amapá, uma unidade federativa brasileira, mas uma representação das duas maiores alianças político-comerciais do mundo, a União Europeia e a Unasul/Mercosul (SILVA; GRANGER; TOURNEAU, 2019).

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Oiapoque, está situado no extremo norte do Amapá, possui uma área de 23.034,392 km², limita-se com os municípios de Calçoene, Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari e Laranjal do Jari, sendo o único município amapaense com sede na faixa de fronteira brasileira, desta forma constituindo cidade-gêmea, com a cidade de Saint-Georges na Guiana Francesa.

Por se tratar de uma fronteira brasileira, em contato territorial com uma coletividade territorial da França, a Guiana Francesa, nessa região são constituídos diversos arranjos e temas relacionados aos espaços geográficos deste município, essa relação evidencia outra característica que influencia diretamente no cotidiano da população, uma vez que as interações nesta fronteira consideram a participação de dois países em blocos econômicos distintos, o Brasil pelo Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a França, pela União Europeia, o que evidencia a importância da articulação entre estas organizações internacionais para o desenvolvimento socioeconômico destas populações na fronteira.

Essas características contribuem para uma visão internacionalizada da região em uma concepção geopolítica de integração e desenvolvimento econômico por meio dos eixos nacionais de desenvolvimento (BR-156; 210) e pela iniciativa da IIRSA por meio do Eixo do Escudo das Guianas, sendo uma região estratégica para se pensar no desenvolvimento econômico no aspecto regional, nacional e internacional. Hoje com expectativas enormes, considerando a via de acesso rodoviário por meio da ponte binacional construída sobre o rio Oiapoque, que liga Brasil à Guiana Francesa fisicamente.

O EID das Guianas representa uma referência territorial para o desenvolvimento sustentável da região, por abranger faixa de territórios multinacionais que concentram espaços naturais, assentamentos humanos, zonas produtivas e fluxos comerciais que se encontram isoladas ou subutilizadas. O Eixo do Escudo das Guianas permitiria fluxos de capitais através do acesso rodoviário a partir do porto de Santana, passando por Macapá, Oiapoque e diversas regiões da América Central e América do Norte.

Os investimentos concentrados na BR 156 visam fortalecer à estratégia de formação de um eixo de integração e desenvolvimento, conforme havia sido previsto desde a formulação dos ENID, em 1996, permitindo ainda a integração de uma parcela significativa do território do estado aos circuitos produtivos, já que a rodovia atravessa o estado de norte a

sul e integra todas as cidades do estado, seja diretamente ao longo de seu eixo, ou indiretamente por meio de outras rodovias que são acessadas pela BR-156.

Em se tratando de aspectos econômicos, o município de Oiapoque representou 2,64% do PIB amapaense em 2020, ocupou a 5ª posição no ranking de participação dos setores produtivos por municípios e ficou na 6ª colocação na ótica da divisão per capita no estado.

Em relação aos setores produtivos deste município, entre 2010 a 2020 foi possível observar que as atividades de administração pública vêm aumentando em termos de participação em relação aos demais setores produtivos no município. Em 2020, as atividades de administração pública foram responsáveis por 90,2% do PIB, a indústria 6,1% e a agropecuária 3,7% de participação. No setor de serviços, especificamente, as atividades com maior participação percentual foram: administração pública com 61,3%, imobiliárias 9,7% e comércio com 8,7%.

Em 2021, o número de estabelecimentos ativos por setor econômico foi de 326 unidades. Destes, 194 foram predominantes do setor de comércio, 99 do serviço, 27 da indústria, 4 da agropecuária e 2 da construção civil. Em relação ao grupo de estabelecimentos que compõe o setor de comércio, 15 eram por atacado e 179 por varejo. As atividades classificadas como varejista de mercadorias, em geral produtos alimentícios, representaram o ramo de atividade com maior número de estabelecimentos varejistas, seguido pelas atividades de varejo de artigos, de vestuário e acessórios.

Os setores de serviços e comércio foram as atividades que mais geraram vínculos empregatícios no município entre 2010 a 2021. Ressalta-se que nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2021 o número de vínculos no setor de comércio foi superior ao de serviço, demonstrando uma tendência de aumento gradativo do número de empregos registrados neste setor.

Sobre o perfil socioeconômico dos trabalhadores empregados no setor de comércio em 2021, a faixa de remuneração média entre (1,01 a 1,50) representou 53% do total de salários pagos, 71,92% dos trabalhadores possuíam o ensino médio completo como maior formação, 36,3% tinham entre 18 a 24 anos e 57% dos trabalhadores eram do sexo masculino.

Ao analisar especificamente o registro das exportações de Oiapoque, foi possível observar que a Guiana Francesa tem sido o principal parceiro comercial do município. Em relação ao registro das importações realizadas, a China representa o maior volume de importados no município.

Os principais produtos exportados do município de Oiapoque em 2022, foram os do tipo “produtos minerais”, “produtos das indústrias químicas ou indústrias conexas” e “matérias têxteis e suas obras”.

Os principais produtos importados para o município foram do tipo “máquinas e aparelhos, material elétrico e suas partes; aparelhos de gravação ou reprodução de som, aparelhos de gravação ou reprodução de imagens, de som em televisão e suas partes e acessórios”, e “instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia ou cinematografia, medida, controle ou de precisão, instrumentos e aparelhos médico-cirúrgicos, relógios e aparelhos semelhantes, instrumentos musicais, suas partes e acessórios”.

Ao analisar os dados econômicos da França e seus territórios, foi possível observar que a região da capital francesa (Île de France) concentra a maior participação econômica do volume agregado do PIB nacional francês, em 2023, o PIB dessa região teve 31% de participação. Por outro lado, os departamentos ultramarinos juntos representam apenas 2% do PIB nacional.

Em relação à divisão do PIB per capita “Île de France” também apresentou resultados bastante elevados em relação aos demais territórios da França, com (62.105 euros) por habitante, quase o dobro da França metropolitana, que excluindo Île de France foi de (31.741 euros). O PIB per capita da Guiana Francesa foi de (15.611 euros) ficando entre os dois menores resultados entre os territórios francês.

O índice de preço na França e Guiana Francesa em 2023 foram respectivamente de 4.9% e 3.5% tendo como principal fator de inflação o setor energético. O preço dos alimentos na Guiana foram 39% mais elevados do que os praticados na França continental, sendo um dos principais itens de despesa das famílias guianenses correspondendo cerca de (14%) de participação. Em média o preço dos alimentos na Guiana foi de 29% mais caros do que na França continental.

A inflação ocasionada pela elevação dos preços no setor energético e a elevação dos índices de preços dos alimentos na Guiana Francesa podem ser considerados fatores a serem discutidos na fronteira, uma vez que, a moeda francesa o “euro” possui maior valor agregado frente à moeda brasileira, a importação de produtos brasileiros a exemplo desses itens poderiam diminuir o impacto dos elevados custos registrados nestes setores no território francês.

Por fim, a pesquisa concentrou seus esforços para realizar intervenções via pesquisa de campo com autoridades e comerciantes locais buscando enfatizar como essas dinâmicas são vivenciadas e percebidas na fronteira pelos atores locais.

As principais considerações destacadas foram: a falta de articulação entre os comerciantes locais em prol das melhorias necessárias para o setor de comércio; a exigência de visto para circulação de pessoas na Guiana Francesa, uma vez que, essa exigência dificulta as negociações entre os comerciantes transfronteiriços, a falta de regulamentação para circulação de produtos por questões sanitárias e a falta de condições de acesso pelas condições estruturais da BR 156, em razão da falta de conclusão asfáltica, são comuns os atrasos e perdas de mercadorias durante o percurso no transporte até a chegada ao município.

Há um consenso na visão dos atores locais em relação à maior abertura do comércio de Oiapoque ao comércio transfronteiriço com o município de São Jorge na Guiana Francesa, por considerar que essa relação é benéfica e importante para o desenvolvimento do comércio local, muito em razão da circulação de turistas que utilizam o euro como forma de pagamento.

Em relação a hipótese apresentada, foi possível constar que o comércio de Oiapoque é importante devido ao seu potencial de emprego e renda, por representar uma das atividades que mais geram empregos na região. Soma-se ainda a importância do comércio exterior que representa grandes oportunidades de expansão e crescimento do setor de comércio em Oiapoque.

Na atualidade, existe uma proposta conjunta entre a câmara municipal de vereadores e a presidente da associação de comércio e indústria para que ocorra em 2023 uma feira internacional, buscando reestabelecer a linha de diálogo que já ocorreram no município nos anos de 2010, 2014 e 2018, tendo como principal objetivo fortalecer o comércio entre Oiapoque, São Jorge e regiões circunvizinhas.

Embora haja um cenário favorável a abertura do comércio de Oiapoque ao comércio transfronteiriço, ainda existem muitas limitações que impedem o desenvolvimento destas atividades na região, o que não deixa de enfatizar a importância que este setor representa para a comunidade local, principalmente por se tratar de uma fronteira distante da capital. A relação com o município de São Jorge na Guiana Francesa, portanto, representa uma importante oportunidade de expansão deste setor, sendo extremamente beneficiada em razão da circulação do euro que promove uma atratividade dos produtos comercializados na região.

A conclusão deste trabalho não esgota os assuntos atinentes ao comércio de Oiapoque. Ao contrário, os resultados da pesquisa permitem ampliar as discussões acadêmicas voltadas à compreensão desse assunto. Dessa maneira, este estudo pretende sugerir novos conteúdos para pesquisas posteriores, dado a importância que o setor de comércio representa para o desenvolvimento econômico do município de Oiapoque.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva. **Comércio exterior: interesses do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALMEIDA, Carina Santos de; RAUBER Alexandre Luiz. **Oiapoque, aqui começa o Brasil: a fronteira em construção e os desafios do Desenvolvimento Regional**. Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 1, janeiro-abril, 2017.

AMAPÁ, Secretaria de Estado do Meio Ambiente. **Diagnóstico da gestão ambiental do Município de Oiapoque**. Macapá: SEMA, 2017.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia**. 7. ed. Pearson, 2017.

BOTELHO, Lina Pereira; TOSTES, José Alberto. Oiapoque, município da mesorregião norte do Amapá: avaliação das políticas e níveis de integração e transformação com a Guiana Francesa. **Revista nacional de gerenciamento de cidades**. 2015.

BOTELHO, Lina Pereira. **Planejamento urbano da cidade de Oiapoque a partir da tríplice aliança rio, rodovia e fronteira**. Dissertação apresentada ao curso de mestrado integrado em desenvolvimento regional da universidade federal do Amapá, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em desenvolvimento regional. Macapá, 2017.

BRASIL. Congresso Nacional. **Decreto-lei nº 7.578, de 23 de maio de 1945**. Fixa a divisão administrativa e judiciária do território federal do Amapá. Brasília, 1945.

BRASIL. **Decreto nº 2.200, de 8 de abril de 1997**. Promulga o acordo-quadro de cooperação, celebrado entre o governo da república federativa do brasil e o governo da República francesa, em paris, em 28 de maio de 1996. Brasília: Presidência da República, 1997.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial: anais da oficina sobre a política nacional de ordenamento territorial**. Brasília: Secretaria de programas regionais, 2005a.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Proposta de reestruturação do programa de desenvolvimento da faixa de fronteira**. Brasília: Secretaria de programas regionais, 2005b.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de fronteira programa de promoção do desenvolvimento da faixa de fronteira – PDFF**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira**. Brasília, 2010.

BRASIL, Congresso Nacional. **Lei nº 12.723, de 9 de outubro de 2012**. altera o decreto-lei nº 1.455, de 7 de abril de 1976. Brasília, 2012.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Centro de Estudos e debates estratégicos: Arco Norte um desafio logístico**. Brasília: Centro de Documentação e Informação Editora Câmara dos Deputados Publicações, 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Consolidação dos planos de desenvolvimento e integração das faixas de fronteira**. Brasília: Secretaria de Programas Regionais, 2017.

BRITO, Bárbara Lis Rabelo; BRITO, Daguiete Maria Chaves; BATISTA, Andréia Jayme. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta> ISSN 2177-1642 Macapá, n. 9, p. 13-27, 2017.

CAVALCANTI, L; OLIVEIRA, T.; SILVA, B. G. **Relatório Anual 2021 – 2011-2020: Uma década de desafios para a imigração e o refúgio no Brasil**. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério da Justiça e Segurança Pública/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração Laboral. Brasília, DF: OBMigra, 2021.

CARMO, A. M. E; MIRANDA, P. C; BARREIRA, A, M, C, C. A dinâmica territorial das grandes obras de infraestrutura desenvolvidas no Amapá no âmbito do programa de aceleração do crescimento Macapá. Revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais. **PRACS** – Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2019.

CASTRO, Edna Maria Ramos de. Sociedade, Natureza e Desenvolvimento – SND: Desenvolvimento E Meio Ambiente. Universidade Federal do Oeste do Pará UFOPA - Centro de Formação Interdisciplinar – CFI. Santarém, 2012.

CHAGAS, Marco Antonio Chagas. **A geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade**. bol.goia. geogr. 2019.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Pesquisa CNT de rodovias 2017**. Brasília, 2017.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Rodovias esquecidas do Brasil**. Brasília, 2018.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Pesquisa CNT de rodovias 2019**. Brasília, 2019.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Anuário CNT do transporte - estatísticas consolidadas**. Brasília, 2020.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Anuário CNT do transporte - estatísticas consolidadas**. Brasília, 2021.

CNT, Confederação Nacional do Transporte. **Pesquisa CNT de rodovias 2017**. Brasília, 2021.

CONTE, Maria Irene de Conte. **A ponte sobre o rio Oiapoque: Uma ponte “transoceanica” entre o Brasil e a França, o Mercosul e a União Europeia?**. Dissertação de mestrado em

geografia humana. Universidade de são paulo, faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. São paulo, 2007.

COSTA, Mônica Pernambuco; BEZERRA, Roselane Gomes. Planejamento Urbano e Políticas Públicas: reflexões sobre dinâmica urbana da cidade do Oiapoque. **Inovação e Tecnologia Social**. nº5.2020. DOI:10.47455/2675-0090.2020.2.5.4854. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/inovacaotecnologiasocial/article/view/4854>

DAMASCENO, T. L.; FILOCREÃO, A. S. M. A RODOVIA BR 210: Uma análise para o desenvolvimento socioeconômico no município de Serra do Navio – AP. **XVIII ENANPUR. NATAL 2019**.

FEITOSA; Audalice dos Santos; MOURA, Ednilson Dutra de. Dinâmicas comerciais da cidade de Oiapoque – AP – Brasil: sob o contexto fronteiriço. **REVISTA GEONORTE**. V.9, N.33, P.43-65, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GUIMARÃES, Bernardo; GONÇALVES, Carlos Eduardo do Nascimento. **Introdução à economia**. Editora Elsevier. Rio de Janeiro, 2010.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Amapá. **Contas regionais Amapá PIB 2017**. Macapá, 2017.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Amapá. **Contas regionais Amapá PIB 2018**. Macapá, 2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Amapá. **Contas regionais Amapá PIB 2019**. Macapá, 2019.

IBGE. **Cidades Oiapoque Panorama**. 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ap/oiapoque.html>. Acessado em: 25.06.2020.

IBGE. Pesquisa Anal de Comércio. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=755>

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; SEPLAN, Secretaria de Planejamento do Amapá. **Contas regionais Amapá PIB 2020**. Macapá, 2022.

IBGE. **Produto Interno Bruto: O que é PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php> acessado em 09.01.2022.

IBGE. Contas Nacional. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais.html> acessado em 09.01.2023.

IIRSA, Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana. **Agenda De Projetos Prioritários De Integração**. Conselho Sul-Americano De Infraestrutura E Planejamento. IIRSA. Novembro 2011.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Infraestrutura econômica no Brasil: diagnósticos e perspectivas para 2025**. Brasília: 2010.

JÚNIOR, Raimundo Nonato. **Fronteira do Oiapoque”: experiências do campo de pesquisa na interface Brasil-França**. François-Michel Le Tourneau; Otávio do Canto. Amazônia brasileiras, Situações locais e evoluções, vol. 1 Sínteses dos casos de estudo, NUMA/UFPa, 2019, 978-85-88998-73-5. ffhalshs02354795f.

KLOTZLE, Marcelo Cabus; PINTO, Antonio Carlos Figueiredo; KLOTZLE, André Cabus. **Finanças internacionais**. Rio de Janeiro: Saraiva, 2007.

KRUGMAN, Paul R; WELLS, Robin. Introdução à **Economia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

KRUGMAN, Paul R; OBSTFELD, Maurice; MELITZ, Marc J. **Economia internacional**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2015.

LEITE, Antônio Dias. **A economia brasileira: de onde viemos e onde estamos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

MANKIW, Nicholas Gregory. **Introdução à Economia**. Tradução da 5ª edição. Norte-Americana. Editora Cengage Learning Edições Ltda. São Paulo, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade, LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017

MARTINS, Carmentilla das Chagas; CAVLAK, Iuri. O dilema da participação local na cooperação transfronteiriça Brasil-França (1990-2015). **Diálogos**, Maringá-PR, Brasil, v. 24, n. 2, p. 103-124, mai./ago. 2020.

ME; Ministério da Economia. **MAPA DE EMPRESAS**: Boletim do 3º quadrimestre de 2021. Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital: Secretaria de Governo Digital; Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração. Brasília, Publicação 2022.

ME; Ministério da Economia. Ministério do Desenvolvimento Indústria, Comércio exterior e Serviços. COMEX STAT. Base de dados 2023. Disponível em: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>

MTP; Ministério do Trabalho e Previdência. **Relação anual de informações sociais (RAIS)**: ano base 2021. MTP - STRAB - SPPT – CGCIPE. Brasília, publicação 2022.

NETO, Antonio Sabino da Silva; SÁ, Leonardo Damasceno de. A terceira margem do rio Oiapoque: comércio e garimpo na fronteira franco-brasileira. **REPOCS**, v.16, n.32, ago./dez. 2019.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista da FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002

PEITER, Paulo; GASTEL, Benoit Van; ROUX, Emmanuel; MUTIS, Martha Suarez; FRANCO, Vivian da Cruz. Processos sanitários em espaços de fronteira: o caso das cidades gêmeas de oiapoque, brasil e saint georges, guiana francesa no período de 2015 a 2018. **IX simpósio Nacional de Geografia da Saúde**. Blumenau Santa Catarina- 2019.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **O Conceito Histórico De Desenvolvimento Econômico**. Texto para Discussão. Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas FGV-EESP 157, dezembro 2006.

PDPO, Prefeitura Municipal de Oiapoque. **Plano Diretor Participativo de Oiapoque**. Ano 2020.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. 1 ed. Macapá: Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Amapá – SETEC, 2003.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS E INSTITUCIONAIS DO AMAPÁ: Conflitos e perspectivas. **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade São Paulo, 20 a 26 de março de 2005.

SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson Luís Rebelo; OLIVEIRA, Nilton Marques de. “Vivificação da fronteira setentrional brasileira: os territórios federais e a formação da condição fronteiriça no Amapá”. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, ISSN: 1988-7833, novembro 2020.

RUCKERT, Aldomar A; CARNEIRO, Camilo Pereira. “Políticas territoriais na América do Sul: infraestruturas de conexão e repercussões em regiões periféricas”. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integração sul-americana e regiões periféricas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018, p. 11-39

SABATEL, Vania de Oliveira; COSTA, Edgar Aparecido da. Considerações Sobre o Ordenamento Territorial em Áreas Rurais Fronteiriças. **Revista Perspectiva Geográfica**. ISSN 1981 – 4801 UNIOESTE v.8, n.9, 2013.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Eixos de circulação e infraestrutura na Amazônia setentrional amapaense (ASA). **VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional**. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

SEGRE, German. **Manual prático de comércio exterior**. 4 ed. São Paulo. Atlas, 2012.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Amapá. **Plano Plurianual 2016- 2019**. Macapá, 2015.

SILVA, Gutemberg de. **Usos contemporâneos da fronteira franco-brasileira: entre os ditames globais e a articulação local**. Dissertação de mestrado apresentado ao programa de pós graduação em geografia da universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2008.

SILVA, Gutemberg de; RUCKERT, Aldomar A. A fronteira Brasil-França. **CONFINS**, Revista franco-brasileira de geografia. julho de 2009. Disponível em: URL: <http://confins.revues.org/6040> DOI: 10.4000/confins.6040.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. **A COOPERAÇÃO TRANSFRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E FRANÇA: ENSAIOS E EXPECTATIVAS NESTE SÉCULO XXI**. Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2013.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. Desenvolvimento econômico em cidades da fronteira amazônica: ações, escalas e recursos para Oiapoque - AP. **CONFINS**, Revista franco-brasileira de geografia, 2013. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/8250>.

SILVA, Gutemberg de Vilhena – GRANGER, Stéphane. Políticas Territoriais para o desenvolvimento do turismo na bacia do rio Oiapoque: Debilidades estruturais, in potencialidades e interações transfronteiriças. in: ACOSTA, Willy Soto. **Repensar las fronteras, la integración regional y el territorio** /Ed.- Heredia: CLACSO, IDESPO, Universidad Nacional de Costa Rica. 2017.

SILVA, Gutemberg de Vilhena. “Litígios transfronteiricos na regio das Guianas: questoes geopolíticas na interface entre a Amazonia e o Caribe”. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integracao sul-americana e regioes perifericas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018.

SILVA, Gutemberg de Vilhena; MICELI, Clicia Vieira di; SILVA, Brenda Farias da Silva. Iconografia das fronteiras das Guianas silva. **CONFINS**, Revista franco-brasileira de geografia. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/17689>

SILVA, Gutemberg de Vilhena; GRANGER, Stéphane; TOURNEAU, François-Michel Le. **Desafios à circulação na fronteira entre Brasil e Guiana Francesa (França)**. Mercator, Fortaleza, v. 18, e18018, 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/17689>

SILVA, Aderaldo Eugênio da. **O comércio transfronteiriço brasileiro e a receita federal do brasil: os desafios na fiscalização**. Dissertação apresentada ao PPGA Profissional – Programa de Pós-graduação em Administração Profissional, EAUFBA – Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia - Salvador 2023.

SOUZA, Nali de Jesus de. **Curso de Economia**. 2. Ed. Editora Atlas S.A., SP, 2003.

SOUZA, N; J. **Desenvolvimento Econômico**. 6 ed. Editora Atlas S.A, São Paulo 2012.

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. Amapá (Brasil) e Guiana Francesa (França): definindo o corredor transfronteiriço. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP. 2016

TOSTES, José Alberto; FERREIRA, José Francisco de Carvalho. Amapá e Guiana Francesa na ótica do corredor transfronteiriço. **CONFINS**: Revista franco-brasileira de geografia. Edição 31 de 2017.

VASCONCELOS, Marco Antonio Sandoval de. **ECONOMIA: MICRO E MACRO**. 4ªed. Editora Atlas. São Paulo, 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Eriquez. **Fundamentos de economia**. 3 ed. Editora Saraiva, São Paulo 2008.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de; GARCIA, Manuel Eriquez. **Fundamentos de economia**. 5 ed. Editora Saraiva, São Paulo 2014.

VITTE, Claudete de Castro Silva. “Integracao da infraestrutura produtiva na america do sul sob a coordenação do Cosiplan/Unasul: financiamento e planejamento territorial”. In: RUCKERT, A. A.; SILVA, A. C. P. da; SILVA, G. de V. (Orgs.). **Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território: integracao sul-americana e regioes perifericas**. Porto Alegre: Editora Letra1, 2018.

APÊNDICE 1 – CARTA DE ANUÊNCIA***DECLARAÇÃO***

Eu

_____, na qualidade de responsável pelo(a) _____, autorizo a realização da pesquisa intitulada “**ANÁLISE COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR, BRASIL E FRANÇA**” a ser conduzida sob a responsabilidade do pesquisador **MAGNO MARTINS CARDOSO**; e DECLARO que esta instituição apresenta infraestrutura necessária à realização da referida pesquisa.

Oiapoque, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável

APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Convidamos o(a) Sr.(a) para participar da Pesquisa: ANÁLISE COMERCIAL DO MUNICÍPIO DE OIAPOQUE, NA PERSPECTIVA DO COMÉRCIO EXTERIOR, BRASIL E FRANÇA, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Magno Martins Cardoso, a qual tem como objetivo geral busca-se analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge na Guiana Francesa - FR

A coleta de dados será realizada por meio da aplicação de questionário de múltipla escolha e/ou entrevista semiestruturada. A pesquisa visa expor resultados qualitativos e quantitativos, os dados serão organizados em textos, planilhas, gráficos, além de outros elementos para facilitar a análise e simplificar as interpretações.

Sobre os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa, ressalta-se que não haverá experimento na área da saúde, todas as informações são de domínio público e não acarretará em danos diretos, principalmente, os que envolvam questões materiais, física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual, em conformidade com a Resolução nº 466 e resolução 510/2016.

Ao participar desta pesquisa você não terá nenhum benefício direto, entretanto, esperamos que o estudo contribua com informações importantes sobre o setor de comércio local, acrescente novos elementos à literatura, forneça uma base de dados para pesquisas posteriores, e favoreça um discurso sobre temas relacionados à políticas públicas sobre o comércio local através dos dados obtidos.

Sua participação é voluntária e estritamente confidencial, ao participar deste estudo você tem liberdade de se recusar a participar e ainda de recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do coordenador do projeto e, se necessário, por meio do telefone do Comitê de Ética em Pesquisa.

Consentimento Pós-Informação

Eu, _____ fui informado(a) sobre o que o(a) pesquisador(a) quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Declaro que recebi cópia deste termo de consentimento, e autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Assinatura do Participante: _____

Pesquisador Principal: Magno Martins Cardoso

E-mail: magno.cardoso@ifap.edu.br

Telefone: (96) 98119-9796 ou 991351099

Professor Orientador: Antônio Sergio Monteiro Filocreão Telefone: (96) 99971-3098

Comitê de Ética: Rod. Josimar Chaves Pinto, km2/Macapá-AP Telefone: (96) 40092804

APÊNDICE 3 – ROTEIRO DE ENTREVISTA ACOI



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Associação Comercial e Industrial de Oiapoque (ACOI)

Prezado (a) gestor (a), essa pesquisa está sendo realizada com fins de elaboração de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Magno Martins Cardoso, a qual tem, tem como objetivo analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge na Guiana Francesa - FR. Sua participação é muito importante para o resultado da pesquisa.

Dados sobre o entrevistado

- 1) Nos fale um pouco sobre você.

Informações sobre a associação

- 2) Nos fale um pouco sobre o seu papel como gestor (a) da associação de comércio e indústria de Oiapoque.
- 3) Na sua percepção quais foram as principais contribuições promovidas pela associação em benefício dos comerciantes no município de Oiapoque?
- 4) Na sua opção quais são as principais dificuldade encontradas pelos comerciantes de Oiapoque?
- 5) O que você considera fundamental para melhorar o comércio de Oiapoque em termos de infraestrutura?
- 6) O que você considera fundamental para melhorar o comércio de Oiapoque em termos de políticas públicas?
- 7) Em relação ao comércio transfronteiriço existe alguma parceria ou proposta de integração entre o comércio de Oiapoque e São Jorge na Guiana Francesa?
- 8) Na atualidade como funciona a relação de comercio entre Oiapoque e São Jorge?
- 9) Você considera importante a abertura do comércio de Oiapoque ao comercio exterior transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge para o desenvolvimento econômico de Oiapoque?
- 10) Quais são as suas expectativas em relação ao comércio exterior transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge?
- 11) Qual foi a experiencia mais desafiadora que você enfrentou como gestor (a) da ACOI?
- 12) Você gostaria de acrescentar algum assunto relacionado ao comércio de Oiapoque que não foi citado no roteiro da entrevista? Fique à vontade!

Muito Obrigado!

APÊNDICE 4 – ROTEIRO DE ENTREVISTA PREFEITO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Prefeitura Municipal de Oiapoque (prefeito)

Prezado (a) gestor (a), essa pesquisa está sendo realizada com fins de elaboração de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Magno Martins Cardoso, a qual tem, tem como objetivo analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge na Guiana Francesa - FR. Sua participação é muito importante para o resultado da pesquisa. Desde agradeço sua participação!

Dados sobre o entrevistado

- 1) Nos fale um pouco sobre você.

Informações sobre a prefeitura

- 2) Nos fale um pouco sobre o seu papel como gestor (a) da prefeitura do município de Oiapoque.
- 3) Na sua percepção quais foram as principais contribuições promovidas pela prefeitura em benefício dos comerciantes de Oiapoque?
- 4) Na sua opinião quais são as principais dificuldade encontradas pelos comerciantes no município de Oiapoque?
- 5) O que você considera fundamental para melhorar o comércio de Oiapoque em termos de infraestrutura?
- 6) O que você considera fundamental para melhorar o comércio de Oiapoque em termos de políticas públicas?
- 7) Em relação ao comércio transfronteiriço existe alguma parceria ou proposta de integração entre o comércio de Oiapoque e São Jorge na Guiana Francesa?
- 8) Na atualidade como funciona a relação de comercio entre Oiapoque e São Jorge?
- 9) Você considera importante a abertura do comércio de Oiapoque ao comercio exterior transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge para o desenvolvimento econômico de Oiapoque?
- 10) Quais são as suas expectativas em relação ao comércio exterior transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge?
- 11) Você gostaria de acrescentar algum assunto relacionado ao comércio de Oiapoque que não foi citado no roteiro da entrevista? Fique à vontade!

APÊNDICE 5 – ROTEIRO DE ENTREVISTA CÂMARA DE VEREADORES**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Prezado (a) gestor (a), essa pesquisa está sendo realizada com fins de elaboração de uma dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Magno Martins Cardoso, a qual tem, tem como objetivo analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge na Guiana Francesa - FR. Sua participação é muito importante para o resultado da pesquisa. Desde agradeço sua participação!

Dados sobre o entrevistado

- 1) Nos fale um pouco sobre você.

Informações sobre a atuação da câmara municipal

- 2) Atualmente quais são os dados elaborados pela câmara de vereadores sobre o comércio de Oiapoque?
- 3) Quais são as principais políticas ou incentivos realizados pela câmara de vereadores para o comércio local?
- 4) Existe políticas ou propostas na câmara de vereadores para promoção do comércio de fronteira?
- 5) Quais são as principais políticas ou incentivos da câmara par ao comércio transfronteiriço entre Oiapoque e Guiana Francesa?
- 6) Como funciona a dinâmica de entrada e saída de pessoas e mercadorias no município via fronteira?
- 7) Você acredita que o a integração do comércio transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge pode favorecer o desenvolvimento regional, especialmente em Oiapoque?
- 8) Você é a favor da maior abertura do comércio transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge?
- 9) Você gostaria de acrescentar algum assunto relacionado ao comércio de Oiapoque que não foi citado no roteiro da entrevista? Fique à vontade!

Muito Obrigado!

APÊNDICE 6 – QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ PRÓ-REITORIA DE PÓS GRADUAÇÃO MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL

QUESTIONÁRIO

Prezados Comerciantes,

O presente questionário tem por objetivo fundamentar a elaboração da dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá- UNIFAP, sob a responsabilidade do(a) pesquisador(a) Magno Martins Cardoso, a qual tem, tem como objetivo analisar o setor de comércio local no município de Oiapoque na perspectiva do comércio exterior entre Brasil e França, por meio da fronteira com o município de São Jorge na Guiana Francesa - FR. Sua participação é muito importante para o resultado da pesquisa.

Nome: _____

1- Idade:

- (a) Até 20 anos
- (b) De 21 a 30 anos
- (c) De 31 a 40 anos
- (d) De 41 a 50 anos
- (e) De 51 a 60 anos
- (f) Mais de 60 anos

2 - Sexo:

- a) Masculino
- b) Feminino

3 – Cor:

- a) Branco
- b) Preto
- c) Pardo
- d) Amarelo
- e) Indígena

4 – Qual é o seu nível de Escolaridade?

- a) Não alfabetizado
- b) Fundamental Incompleto
- c) Fundamental Completo
- d) Médio Incompleto
- e) Médio Completo
- f) Ensino Superior incompleto
- g) Ensino Superior completo
- h) Pós graduado

5 - A casa onde você mora é?

- a) Própria
- b) Alugada
- c) Cedida
- d) Outros

6 – Como começou o seu negócio?

- a) por acaso
- b) por falta de emprego
- c) por influência familiar
- d) por oportunidade de investir (planejado)
- e) por querer ser independente da administração pública

7 – Qual o tipo do seu empreendimento?

- a) Empresário Individual - EI
- b) Microempreendedor Individual -MEI
- c) Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI
- d) Sociedade Empresária limitada - SEL
- e) Sociedade Anônima – S/A
- f) Sociedade Limitada Unipessoal - SLU
- g) Outros _____

8 – O local do estabelecimento é?

- a) Próprio
- b) Alugado
- c) Cedido
- d) Outros _____

9 – Em que bairro o seu estabelecimento fica localizado?

- a) Centro
- b) Planalto
- c) Nova Esperança
- d) Nova União
- e) Infraero
- f) Teles
- g) Paraíso
- h) Russo
- i) Universidade
- j) Jardim dos Ipês
- k) FM

10 – O seu estabelecimento costuma receber quais tipos de pagamentos.

- a) Pix
- b) Somente à vista.
- c) Somente Débito.
- d) Somente Crédito.
- e) Outros _____

11 – O seu estabelecimento recebe como pagamento euro?

- a) Sim
- b) Não

12 – O seu estabelecimento recebe como pagamento ouro?

- a) Sim
- b) Não

13 - Qual é o principal tipo de divulgação dos seus produtos?

- a) Som Móvel (carro, moto ou bicicleta).
- b) Rádio
- c) Televisão
- d) Redes e mídias sociais
- e) Não faz propaganda
- f) Outros

14- Qual o principal tipo de mercadoria comercializada?

- a) Alimentos
- b) Cosméticos
- c) Confecções em Geral: Roupas, Calçados e Acessórios
- d) Eletrônicos
- e) Variedades
- f) Peças e acessórios
- g) Outros

15 – Os seus produtos são originários ou possuem origem no estado do Amapá?

- a) Sim
- b) Não

16 – A maioria dos seus produtos são de origem de qual região brasileira?

- a) Norte
- b) Nordeste
- c) Centro Oeste
- d) Sudeste
- e) Sul
- f) Importados

17 – Para chegar até o seu estabelecimento comercial os produtos possuem como logística principal a rodovia BR 156?

- a) Sim
- b) Não

18 – Como você classificaria as condições de acesso por meio da rodovia BR 156, ao município?

- a) Ótima
- b) Boa
- c) Regular
- d) Ruim
- e) Péssima

19 – Como você considera a Br 156, importante para o desenvolvimento do comércio em Oiapoque?

- a) Sim
- b) Não

20 – O seu estabelecimento comercializa ou importa algum tipo de produto de origem do município de São Jorge na Guiana Francesa?

- a) Sim
- b) Não

21 – O seu estabelecimento costuma exportar algum tipo de produto para o município de São Jorge na Guiana Francesa?

- a) Sim
- b) Não

22 – Você gostaria de vender (importar) produtos para São Jorge ou outras localidades na Guiana Francesa?

- a) Sim
- b) Não

23 – Você é a favor da abertura do comércio transfronteiriço entre Oiapoque e São Jorge na Guiana Francesa?

- a) Sim
- b) Não

24 - Na sua opinião qual a importância do setor de comércio para o desenvolvimento econômico do município de Oiapoque?

- a) Muito Importante
- b) Importante
- c) Moderado
- d) Pouco Importante
- e) Não é importante

25 - Faça suas considerações sobre o que você acredita ser importante para o desenvolvimento do comércio em Oiapoque e nos relate um pouco sobre sua experiência como comerciante/empresário.